

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA

**A CRISE DO SISTEMA DE PRODUÇÃO
ALGODOEIRO PARAIBANO**

(UMA ANÁLISE DAS CAUSAS)

JOSÉ JONAS DUARTE DA COSTA

CAMPINA GRANDE - 1996

JOSÉ JONAS DUARTE DA COSTA

**A CRISE DO SISTEMA DE PRODUÇÃO
ALGODOEIRO PARAIBANO**

(UMA ANÁLISE DAS CAUSAS)

Dissertação apresentada no Curso de
MESTRADO EM ECONOMIA da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para obtenção
do grau de Mestre.

Paulo Ortiz Rocha de Aragão
orientador

CAMPINA GRANDE - 1996



C837c Costa, Jose Jonas Duarte da
A crise do sistema da producao algodoeiro paraibano /
(uma analise das causas) / Jose Jonas Duarte da Costa. -
Campina Grande, 1996.
135 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Economia - 2. Sistema Produtivo Algodoeiro - 3.
Industria Textil - 4. Dissertacao I. Aragao, Paulo Ortiz
Rocha de, Prof. II. Universidade Federal da Paraiba -
Campina Grande (PB)

CDU 330-037.21(813.3)(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS II - CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

PARECER FINAL DO JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRE

ALUNO: JOSÉ JONAS DUARTE DA COSTA

TÍTULO: "A crise do sistema de produção algodoeiro paraibano
(uma análise das causas)"

COMISSÃO EXAMINADORA

CONCEITO


Prof. PAULO ORTIZ ROCHA DE ARAGÃO - ~~Mestre~~ ^{Doutor}
Presidente/Orientador

Aprovado


Prof. ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS - Doutor
- 1º Examinador -

Aprovado


Prof. CLODOALDO ROQUE D. BORTOLUZI - Doutor
- 2º Examinador -

Aprovado

Campina Grande, 17 de junho de 1996


Prof. Clodoaldo Roque D. Bortoluzi
Coordenador

Coordenador do Mestrado em Economia

A todos os "severinins"
espalhados pelo Brasil

AGRADECIMENTOS

- Aos meus pais, por tudo.
- A Cristiane, por ser grande companheira e conseguir forças para que eu continuasse este trabalho quando estas esgotavam-se. Sem a sua colaboração esta dissertação não chegaria a um termo.
- A Maria, Lola, Damião, Teteto, Menininha, Nanci, Rosil, Zé Quininha e Herta.
- Ao Professor Paulo Ortiz, que aceitou orientar este trabalho quando as dificuldades eram muitas. Com suas orientações precisas e seguras foi possível enfrentar estas dificuldades e até superá-las.
- Ao sempre Professor Ruston Lemos, pelas fundamentais correções neste trabalho.
- Ao Professor Robério Ferreira Santos, pesquisador da EMBRAPA/CNPA, que forneceu muito do material utilizado neste trabalho.
- Aos professores do Mestrado em Economia Rural.
- Aos professores do Departamento de História da UFPB Campus I, pela solidariedade.
- Aos professores do curso de História da FELCS/UEPB, especialmente as colegas Miriam e Santana que quando na coordenação do curso souberam compreender as dificuldades de fazer pesquisas com atividades em sala de aula.
- A Selma, coordenadora da Biblioteca do IBGE - João Pessoa.
- A Vânia, secretária na FIEP, sempre disposta a ajudar.
- Aos funcionários dos diversos órgãos consultados, sempre solícitos no atendimento aos pesquisadores.
- Enfim, a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO 1	
1 - A agricultura brasileira no pós-guerra e a crise da cotonicultura paraibana	9
1.1 - As transformações na estrutura econômica brasileira a partir do pós-guerra	11
1.2 - A agricultura brasileira no pós-guerra	21
1.2.1 - A agricultura nordestina no pós-guerra	30
1.2.2 - A crise da cotonicultura nordestina e paraibana	36
1.2.3 - A crise dos anos oitenta e o Bicudo do Algodoeiro	43
CAPÍTULO 2	
2 - A evolução da produção algodoeira Paraibana	50
2.1 - O algodão paraibano : da origem ao apogeu	51
2.1.1 - A migração do algodão na Paraíba: do Litoral ao Sertão	64
2.2 - As características da produção do algodão na Paraíba	79
2.2.1 - O algodão arbóreo	80
2.2.2 - O algodão herbáceo	87
2.2.3 - A produção simples e consorciada	88
CAPÍTULO 3	
3 - A Indústria têxtil algodoeira na Paraíba	92
3.1 - Panorama da evolução da indústria têxtil mundial	94
3.2 - Panorama da evolução da indústria têxtil no Brasil	97
3.3 - Evolução e crise da indústria têxtil algodoeira na Paraíba	105
3.4 - As fibras artificiais e a crise da indústria têxtil algodoeira	123
CONCLUSÃO	128
BIBLIOGRAFIA	131

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1	Participação das exportações de algodão em pluma na produção regional	41
TABELA 2	Evolução das exportações de algodão da Paraíba 1972/1979	42
TABELA 3	Província da Paraíba: Evolução das exportações de algodão, açúcar e couros - 1862/1871	54
TABELA 4	Evolução da produção de algodão nos principais estados produtores do Brasil: Safras 1921/1926 (em toneladas)	57
TABELA 5	Evolução da produção algodoeira na Paraíba e evolução da participação estadual a nível nacional: 1919/1992	62
TABELA 6	Evolução comparativa da produção e rendimentos da cultura algodoeira entre Paraíba e São Paulo	63
TABELA 7	Principais microrregiões e municípios produtores de algodão da Paraíba em 1919	66
TABELA 8	A evolução da produção algodoeira por mesorregiões paraibanas - 1949/1985	73
TABELA 9	Evolução da produção algodoeira na Paraíba por espécie: 1940/1985	83
TABELA 10	Evolução da produção de algodão segundo a forma de cultivo na Paraíba - 1949/1985	89
TABELA 11	Distribuição dos principais motores utilizados no Estado - 1920	99
TABELA 12	A evolução da indústria têxtil no Brasil, São Paulo, Nordeste e Paraíba	102
TABELA 13	Nordeste: Evolução dos equipamentos principais da indústria têxtil - 1959/1978	115
TABELA 14	Pessoal ocupado na indústria têxtil do Nordeste - 1959/1978	115

TABELA 15	Classificação do algodão na Paraíba na safra - 1975/1976	119
TABELA 16	Classificação do algodão produzido na Paraíba na safra de 1982/1983	122
TABELA 17	Evolução comparativa da produção industrial física de produtos têxteis de origens do algodão e artificiais - 1970/1985	126

RESUMO

Essa dissertação analisa as causas da crise do sistema produtivo algodoeiro paraibano. Para tanto, faz uma retrospectiva histórica dos caminhos percorridos pela economia brasileira nos últimos 40 anos. Aborda-se a reestruturação econômica no mundo, no imediato pós-guerra e as conseqüências dessa ordem mundial aos destinos da evolução econômica nacional. Como principal causa da crise algodoeira paraibana, aponta-se a própria forma como se desenvolveu a economia brasileira a partir de meados dos anos cinquenta.

No primeiro capítulo, analisa-se a evolução da economia da agricultura brasileira e da agricultura nordestina. Discute-se o processo de integração e as disparidades regionais, quando o produto paulista supera o nordestino. Ainda aborda o processo de modernização da agricultura brasileira e as conseqüências para os pequenos proprietários nordestinos, principais responsáveis pela produção algodoeira regional. No segundo capítulo, analisa-se a evolução da produção algodoeira no estado da Paraíba. Observa-se que, apesar das grandes mudanças no nível econômico, ocorrida no país, entre o pós-guerra e os anos oitenta, a estrutura de produção do algodão local não se alterou. O terceiro capítulo aborda a evolução da indústria têxtil regional e paraibana. Percebe-se um declínio constante, principalmente no setor de beneficiamento, como também uma substituição da matéria prima local por matéria prima importada.

R É S U M É

Ce travail analyse les causes de la crise du système de la production du coton d'état de la Paraíba. Pour cela, on fait une rétrospective historique des chemins parcourus par l'économie brésilienne dans ces derniers 40 ans. On parle de la réorganisation économique du monde d'après-guerre et les conséquences de cet ordre mondial pour les destins de l'évolution économique nationale. Comme cause principale de la crise du coton, on indique le mode de développement de l'économie brésilienne à partir des années cinquante.

Dans le premier chapitre, on analyse l'évolution de l'économie brésilienne et de l'agriculture de la région nord-est. On discute le processus d'intégration et les disparités régionales, quand le produit de São Paulo surmonte le nôtre.

On parle encore du processus de modernisation de l'agriculture brésilienne et les conséquences pour les petits propriétaires du nord-est, les principaux responsables par la production du coton régional.

Dans le deuxième chapitre, on analyse l'évolution de la production du même produit dans l'état de la Paraíba. On remarque que, en dépit des grands changements économiques produits dans notre pays, d'après-guerre jusqu'aux années quatre-vingts, la structure de production du coton local n'a pas changé.

Le troisième chapitre commente l'évolution de l'industrie textile régionale et "paraibana". On aperçoit un déclin fréquent, surtout dans le secteur d'amélioration. On ne doit pas oublier le remplacement de la matière première locale par une autre importée.

INTRODUÇÃO

Discutir a crise e declínio da cotonicultura paraibana parece ser, hoje, algo antiquado, visto o farto material e as diversas pesquisas que envolvem tal tema. Contudo, a motivação pela pesquisa aqui desenvolvida nasceu do propósito de reunir elementos abordados anteriormente, quase sempre de forma isolada, e muitas vezes com outros enfoques.

A vasta bibliografia sobre a crise da cotonicultura regional analisa fatores como a concorrência da **produção algodoeira paulista, o atraso das forças produtivas e das relações trabalhistas na produção nordestina, o clima e, ultimamente, a praga do 'bicudo do algodociro'**, como fatores determinantes desta crise. Por outro lado, fatores como a **"modernização" conservadora da agricultura brasileira, a internacionalização de sua economia e aumento das disparidades regionais** complementam as análises acima mencionadas. Inegavelmente, estes são elementos fundamentais à compreensão de tal problemática. Entende-se que há no entanto, a ausência de uma interrelação entre estes elementos como fatores da crise e declínio da produção algodoeira paraibana.¹

Há carências nestas análises, também, em relacionar o processo da produção primária com o setor secundário. As conseqüências das crises e oscilações do mercado sobre a indústria têxtil algodoeira têm uma direta e profunda relação com o declínio da produção agrícola algodoeira. A crise da manufatura do algodão, transformado em fios, linhas, tecidos ou em óleo comestível e farelo para alimento bovino, afeta de imediato todo o sistema.

¹ Sobre a produção algodoeira regional ou paraibana, seu declínio e suas perspectivas, citam-se os principais trabalhos estudados:

Braga (1992), Santos et al. (1994), Guimarães (1990), Lemos (1986), Silva (1985), Silva (1980), Vasconcellos (1980).

A este sistema, que se inicia com a produção do 'ouro branco'^{*} em pequena escala nos sertões nordestino e completa-se nas 'Fábricas da Pedra'^{*}, denominou-se neste trabalho de 'sistema produtivo algodoeiro'^{*}. Portanto, ao analisar-se a crise da produção algodoeira, necessário se faz compreendê-la como um momento da crise da indústria têxtil algodoeira; sendo verdadeira também a afirmativa de que a *débâcle* da produção algodoeira tem forte influência sobre o setor industrial.

Assim, pretende-se neste trabalho discutir o declínio da cotonicultura paraibana e seu impacto na indústria têxtil local. Apesar de já ter o tema uma expressiva bibliografia, buscou-se nesta pesquisa reunir elementos antes abordados isoladamente, ou vistos fora do contexto histórico e econômico. Para isso, procurou-se reconstituir elementos históricos fundamentais à compreensão da problemática em foco.

A produção algodoeira na Paraíba iniciou-se de longínquas datas: os primitivos já cultivavam a malvácea. Há, no entanto, no último quartel do século XIX, um novo sentido para esta produção. O algodão, antes cultivado nas 'sobras' de terras dos engenhos de cana, assume a condição de cultura de grande importância mercantil para o estado, atingindo, no final do século, a condição de principal produto na pauta de exportação.

Neste período o algodão ocupa o interior, adaptando-se ao clima semi-árido, que abrange a maior área do território paraibano. Nos anos 20 desse século, o estado da Paraíba passa a ser o maior produtor de algodão do país; deste modo, a sua exportação assume grande importância para a receita estadual. É também nos anos 20, que se percebem elementos que no futuro aparecem como fundamentais à compreensão do seu declínio, tais como o não reinvestimento na

* Referência a como o algodão passou a ser denominado pelos comerciantes, no período de grandes produções

* Referência à "Fábrica da Pedra" do Coronel Delmiro Gouveia, instalada no início do século no interior nordestino (próximo ao Rio São Francisco), que absorveu durante aproximadamente duas décadas o algodão da região. Para o autor, a Fábrica da Pedra, simboliza plenamente o processo de ascensão e queda da cotonicultura nordestina, idealizada a partir dos interesses 'progressistas' locais. Superada, nos meados do século, pela lógica do desenvolvimento capitalista brasileiro.

* A denominação "Sistema Produtivo Algodoeiro" procura definir as relações existentes entre a produção, comércio, beneficiamento e industrialização do algodão. Não utilizamos o termo "Complexo Agro-industrial Algodoeiro", pelas limitações da pesquisa, que não atingem as dimensões do "complexo agro-industrial", nas definições clássicas dos especialistas brasileiros, que estudam o sistema a jusante e a montante.

produção algodoeira da renda gerada na própria produção e a falta de tecnologias voltadas para este setor².

Embora a supremacia da Paraíba como 'maior produtor' tenha sido por curto período, é inegável sua importância relativa como grande produtor de algodão do país por um longo período. No entanto, a partir dos anos 40 verificou-se uma perda 'relativa' e, em determinados momentos, em valores absolutos, da importância da produção paraibana chegando a quase extinção da produção nos anos oitenta. Este trabalho procura explicar este processo histórico que culmina com o declínio desta cultura no estado.

Sendo assim, o declínio da cotonicultura paraibana passou aqui a ser tratado como um fenômeno decorrente de um conjunto de elementos intrínsecos à própria desenvoltura da economia brasileira nos últimos 40 anos. A relação entre o geral, representado pela evolução do quadro econômico brasileiro a partir da 2ª Guerra mundial, com o particular, indicado a partir dos processos e elementos componentes da dinâmica regional e estadual, empreende a este trabalho a condição necessária à compreensão da problemática.

Alguns elementos serão apresentados como responsáveis fundamentais pela crise e declínio da cotonicultura paraibana. O caminho no qual seguiu o desenvolvimento econômico nacional a partir da 2ª guerra, e mais precisamente da segunda metade da década de cinquenta pode ser considerado como um destes elementos. Por isso, a compreensão do processo que culminou com a vitória das forças, aqui denominadas de "neoliberais", torna-se fundamental ao entendimento do desenvolvimento econômico nacional deste período. Esta análise encontra-se na primeira parte do capítulo dedicado às abordagens históricas e teóricas.

Apresentado como uma decorrência do 'modelo econômico' adotado a partir de meados da década de cinquenta, e mais precisamente a partir de 1964, aponta-se como outro fator de grande relevância para a compreensão da crise, o 'modelo' de modernização da agricultura

² Vasconcellos (1980)

brasileira desenvolvido a partir da segunda metade da década de sessenta e durante os anos setenta³.

Concentradora e excludente, a modernização da agricultura brasileira fortaleceu os laços que a envolvem nas relações mercantis e desenvolveu um complexo empresarial rural que conseguiu altos níveis de produtividade. No entanto, a mesma modernização expulsou das terras milhares de pequenos produtores rurais. Este processo atingiu a produção algodoeira em duas frentes. Por um lado, quem modernizou-se e capitalizou-se para atingir altos níveis de produção foram alguns agricultores do Centro-Sul, mais precisamente, paulistas, que historicamente reuniram as condições necessárias para tal, tornando-se os principais produtores de algodão do país. Por outro lado, os pequenos produtores nordestinos, em sua maioria, perderam as terras. Para aqueles que conseguiram mantê-las, a produtividade era tão baixa que os impedia de participar de um mercado cada vez mais competitivo.

Inseridos nesta contextualização geral acima mencionada, aborda-se como elemento-causa da crise da cotonicultura regional e estadual a concorrência e superação do algodão local pelo algodão de origem paulista e depois de outras regiões do país. Este é um elemento fundamental, pois é a superação da produção regional pela paulista que vai emergir, e tornar-se claramente, o mais importante fator a configurar o declínio da cotonicultura regional. Porém, esse processo é um desdobramento do modelo de desenvolvimento econômico ocorrido no país. Buscou-se neste trabalho explicar como ocorreu este processo e quais as reais conseqüências para a problemática abordada.

Acrescente-se aos fatores acima expostos as próprias limitações climáticas da grande área produtora do algodão nordestino (o semi-árido). A seca é abordada como um fator complementar

³ Para o autor, o modelo econômico adotado a partir de 1964 aprofunda o que tem início em 1955. Na realidade, 1955 apresenta-se como marco de ruptura entre a economia na 'Era Vargas' e o que se segue. De fato, pode-se apontar como símbolo dessas mudanças a 'Instrução 113 da SUMOC'. No entanto, configura-se a partir daquela época, o que mais adiante vem a ser conhecido como modelo de desenvolvimento do capital 'Multinacional - Associado'. A vitória das forças militares em 1964, vinculadas a UDN, consolida o poder desse bloco de forças. Embora a economia brasileira, durante o período do regime militar sofra forte intervenção do Estado, esta é quase sempre no sentido de favorecer o citado 'Capital Multinacional-Associado'. Este é o ponto comum entre os militares e os civis no poder no período pós-64. A respeito leia-se, 1964 - 1974 - *Cartéis e Desnacionalização* (Moniz Bandeira; 1979)

ao desajuste do complexo econômico rural regional. Para uma região descapitalizada, com uma estratificação sócio-econômica concentrada, as intempéries climáticas vão atingir os de renda inferior⁴. Estes eram os responsáveis pela maioria da produção algodoeira regional. A falta de mecanismos de respostas às longas estiagens e as inevitáveis quedas na produção algodoeira, em decorrência, ocasionam perdas na produção e na produtividade, conseqüentemente perdas de mercado. Enquanto a produção do algodão nordestino era o principal, em termos de Brasil, o mercado oscilava em função das variações climáticas da região. Quando o algodão, sobretudo de São Paulo, assume o papel de principal fornecedor da matéria-prima, o algodão nordestino entra em crise.

Um fator de grande importância na compreensão da crise e declínio da cotonicultura regional é a praga do bicudo algodoeiro. Esta praga atinge a produção nordestina numa conjuntura econômica nacional de profunda crise, quando a agricultura em geral sofria um violento processo de descapitalização. O governo anunciara o fim do subsídio à agricultura. Descapitalizados e desassistidos, os pequenos produtores de algodão nordestino se vêem impossibilitados de esboçar qualquer reação. Foi o golpe final contra a tradição algodoeira nordestina, o algodão praticamente desaparece dos campos semi-áridos dos sertões ressequidos.

Do outro lado, observa-se em paralelo um processo semelhante ao declínio da agricultura na indústria têxtil algodoeira regional. Esta, originou-se na maneira artesanal da produção nativa. Através de manufaturas a base de moendas de madeira ou de pedras, descaroçavam o algodão e, em alguns mecanismos semi-artesanais, confeccionavam os fios e tecidos necessários. Primeiramente foi esta estrutura produtiva que evoluiu até a forma industrial clássica. Antes, porém, a indústria têxtil paraibana percorreu caminhos específicos a serem detalhados. O rico processo de desenvolvimento da indústria têxtil local foi interrompido por formas externas mais avançadas e de maior capacidade produtiva.

⁴ Sobre a seca no Nordeste e como esta é utilizada por suas classes dominantes no sentido de aumentar suas riquezas e sua ferocidade contra os camponeses, trabalhadores rurais e pobres em geral, um importante trabalho, desenvolvido numa perspectiva histórica é: *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. (Lúcia Guerra: 1993)

Nos anos 20 deste século, a Paraíba concentrava a maior parte das manufaturas têxteis com máquinas de serra do país. No entanto, os motores a vapor e a eletricidade encontravam-se já no Centro-Sul, mais especificamente em São Paulo. Dessa forma, denota-se que, desde o início do processo de modernização industrial, inclusive no setor têxtil, o estado de São Paulo partiu na frente⁵.

Mudanças substanciais ocorreram no final dos anos 20. O abastecimento da indústria têxtil paulista que era basicamente do algodão nordestino passou a receber o algodão de sua própria área. É porém a partir dos anos cinquenta que o impulso industrializante que avançou sobre o Brasil favoreceu as indústrias de capital originário do Centro-Sul. Montada numa infraestrutura superior e sobretudo dotada de maquinarias bem mais avançadas do que a maioria das indústrias têxteis nordestinas, a indústria paulista vai conquistando mercado, inclusive aquela ocupada anteriormente pela produção nordestina⁶.

A indústria regional, de capital doméstico, não tinha estrutura para concorrer com a indústria paulista (nacional); não teria portanto, como competir com as multinacionais que ocuparam a região a partir dos anos trinta e solidificaram sua penetração nos anos cinquenta. Este é outro ponto de salutar importância na compreensão da crise e declínio da indústria têxtil algodoeira regional.

Por fim, como elemento componente do declínio da indústria têxtil algodoeira na Paraíba e no Nordeste, apresenta-se a debilidade destas indústrias e suas impossibilidades de enfrentar algumas ondas de concorrência, como ocorreu quando da 'invasão' das fibras sintéticas a partir do final dos anos sessenta. Há resistência de alguns autores em aceitar esta questão como mais um dos elementos-causa da crise. Na realidade, a conexão deste componente com uma construção histórica, que trace o quadro fiel das indústrias têxteis regionais nos anos sessenta, e a verificação da dimensão da onda de consumo dos produtos artificiais no período leva a

⁵ Cano (1985).

⁶ Op. Cit.

considerar como um fator de grande importância na compreensão do processo de fechamento de pequenas e médias indústrias têxteis. Dessa forma, o setor industrial paraibano chega aos anos 80 debilitado o suficiente para ir à bancarrota com a crise da matéria-prima associada à crise da conjuntura econômica.

Dessa forma, essa pesquisa partiu das seguintes hipóteses a serem verificadas:

- O modelo econômico brasileiro desenvolvido a partir de 1955 encontra-se na raiz de todas as causas 'diretas' do declínio da produção algodoeira regional. As questões que dizem respeito a superação do algodão regional pelo paulista, a lógica da modernização da agricultura brasileira, a incapacidade de respostas técnicas produtivas a estes fatores econômicos, assim como aos naturais, também encontram-se na 'opção' de desenvolvimento econômico estabelecido pelo país nos últimos 40 anos.

- O pequeno proprietário rural nordestino, responsável maior pela produção algodoeira no Nordeste, foi penalizado ao longo desse processo de modernização da economia brasileira, tornando-se incapaz de reagir positivamente à concorrência externa ao seu produto, como também, as dificuldades naturais imposta pelas condições climáticas por ele enfrentadas.

- Do mesmo modo, o pequeno industrial desta região sofreu ao longo destes anos um violento processo de descapitalização, tornando-o presa fácil para as grandes indústrias nacionais e internacionais que nesta região atuaram.

- Por fim, podemos citar, esta conjunção de fatores econômicos e naturais, como causa da crise sem precedentes do setor produtivo, nos anos oitenta, ocasionando na prática, quase que a extinção do algodão na região.

Os aspectos anteriormente relacionados encontram-se como eixo norteador deste trabalho. Como objetivo, buscou-se obter as diversas ligações existentes entre os elementos causais apresentados. Entender o mecanismo como estas causas se relacionam entre si e completam um

todo, para explicar a crise e o declínio do sistema produtivo algodoeiro assumiu o caráter de desafio desta pesquisa.

Para alcançar tais objetivos, obedeceu-se a um trajeto. Primeiramente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, onde encontrou-se rico material disponível sobre o tema. Após trabalhar este material, passou-se a pesquisar dados empíricos que confirmassem ou não as hipóteses formuladas. O trabalho com os dados desenvolveu-se sob a luz da bibliografia supra mencionada. Para concluir, procurou-se organizar os dados e as interpretações, de forma que facilite a compreensão daqueles que buscam respostas a tão importantes indagações.

Ao final deu-se uma redação que procurou ser, antes de tudo, acessível a quem dela fizer uso. Depois, que contivesse informações suficientes para futuras pesquisas que objetivem aprofundar o tema exposto. E que, sobretudo, apresente sentido elucidativo às indagações arroladas. Para tanto, o texto conta no primeiro capítulo com uma análise teórica da evolução da economia brasileira no pós 2ª Guerra e a relação com o desenvolvimento da agricultura no período. Dá-se ênfase ao processo de modernização agrícola e à acentuação das disparidades regionais; ainda analisam-se os efeitos da crise econômica dos anos oitenta que veio acompanhada de pragas e secas fatais a qualquer organismo debilitado por uma doença crônica, como era o caso do sistema produtivo algodoeiro regional.

O segundo capítulo contém um trabalho descritivo, com poucas análises, sobre a evolução da produção algodoeira paraibana. No entanto, as informações ali contidas explicitam as razões da ascensão e declínio deste produto em escala paraibana e nordestina. Por último, o terceiro capítulo aborda a trajetória da indústria têxtil algodoeira paraibana. À medida que um item participa decisivamente das explicações contidas no outro; este capítulo, na realidade, passa a ser uma complementação do anterior, pois são partes de um mesmo processo obedecendo aos mesmos movimentos.

CAPÍTULO 1

1- A Agricultura brasileira no Pós-Guerra e a crise da cotonicultura paraibana

Este capítulo faz um levantamento de algumas análises sobre a crise da cotonicultura nordestina e paraibana. Para isso, partiu-se de análises da evolução da economia brasileira no pós 2ª guerra. Recuou-se no tempo procurando contextualizar a problemática numa dimensão histórica, entrelaçando-a à questões de âmbito econômico, político e social

As mudanças ocorridas no mundo e no Brasil a partir da reestruturação econômica, política, social, ideológica e cultural do pós-guerra, oferecem elementos para a compreensão da problemática enunciada. A partir do pós-guerra e mais precisamente dos anos cinquenta, o Brasil experimenta mudanças substanciais na sua agricultura e na integração do setor primário com o secundário. É também a partir deste período que a cotonicultura inicia seu declínio no Nordeste e na Paraíba; embora constatem-se elementos desta crise desde o período do seu apogeu, nos anos 30 e 40.

Para a compreensão desta temática buscou-se reunir elementos como a evolução da questão agrária no Brasil e no Nordeste; as políticas agrícolas governamentais dos diferentes governos do período; a perda de mercado para os produtos artificiais e sintéticos; as alterações a nível de mercado e comércio da pluma do algodão; como também, diversas análises constantes nos trabalhos de cientistas especializados na problemática em questão.

A trajetória da estrutura econômica nacional, nos últimos 40 anos não foi aqui objeto de estudo. No entanto, a observação de elementos desta estrutura como fatores causais do processo ora analisado fez com que se buscassem os componentes da intercessão e ligações de causas e efeitos necessários, como ponto de partida à compreensão da temática. A questão temporal não obedeceu necessariamente a uma evolução linear. Deu-se preferência aos temas

e análises de especialistas no assunto, daí a permanente ida e vinda no tempo, procurando elucidar cada aspecto abordado.

O caráter nacionalista do governo Vargas, no período 1951-1954, suas conseqüências para o conjunto da economia nacional e os efeitos na cotonicultura nordestina estão aqui apresentados. Por outro lado, a política desenvolvimentista e de abertura ao capital internacional do período pós-Vargas consta como um dos elementos mais importante na análise das causas do declínio da cotonicultura nordestina.

A descrição das conseqüências do processo de 'modernização' da agricultura, ocorrido a partir de meados dos anos sessenta, no pós-Golpe Militar; e a consolidação do processo de associação entre o grande capital nacional e o multinacional, com efeitos diretos na estrutura fundiária e industrial brasileira, são alguns dos elementos teóricos básicos na tentativa de compreensão da crise da cotonicultura do estado da Paraíba e da região Nordeste.

Neste capítulo, também é observada a problemática da concorrência do algodão de outras áreas com a cotonicultura paraibana. Neste item são apresentados elementos explicativos do processo de aprofundamento das disparidades regionais entre o Sudeste e o Nordeste, fator fundamental para o entendimento da perda de mercado por parte do algodão nordestino. É analisado o aumento de produtividade na agricultura, em geral, e na cultura do algodão, restringindo-se ao estado de São Paulo. Verificar-se-ão os efeitos da integração econômica nacional, quando os produtos paulistas conquistam mercados antes exclusivos de produtos nordestinos.

Ao final do capítulo analisa-se a bancarrota da economia algodoeira regional nos anos 80. Inserida numa conjuntura de crise econômico-financeira nacional, a produção algodoeira nordestina declina dolorosamente. Paralelo ao processo econômico de crise em curso, a agricultura algodoeira sofreu no período as conseqüências das estiagens e da praga do 'bicudo'. Para um setor que evoluiu num crescente processo de perdas, estes elementos vieram agravar e provocar o definhamento da produção.

Para analisar-se a crise da cotonicultura nordestina e, conseqüentemente paraibana, dois aspectos foram estudados: o primeiro, referente à produção algodoeira; o segundo, referente à indústria têxtil algodoeira. Nesta última, incluiu-se também a indústria de beneficiamento de algodão. Deste beneficiamento surgem a semente, o algodão em pluma, a torta e o farelo.

Quando se fala da crise da cotonicultura, é importante evidenciar que durante um extenso período da história econômica do Nordeste - da segunda metade do século XIX ao início dos anos 50 deste século - a cotonicultura foi um dos principais elementos da economia desta região, constituindo-se numa importante alavanca do desenvolvimento nordestino. No entanto, a partir dos anos cinquenta e, segundo Raimundo Moreira, a partir exatamente de 1956⁷, desencadeou-se o processo de crise da economia algodoeira no Nordeste, culminando com a quase extinção desta cultura na região. O mesmo processo ocorre com o estado da Paraíba. Portanto, nossa pesquisa tem como marco temporal o pós-guerra. E como demarcação espacial o Nordeste, especificamente o estado da Paraíba, importante produtor de algodão desta região por um longo período.

1.1- As transformações na estrutura econômica brasileira a partir do pós-guerra

A reorganização econômica mundial do pós-guerra delineia-se as grandes modificações ocorridas na economia brasileira. Com o reordenamento das novas forças políticas hegemônicas internacionais promoveu-se um intenso debate ao nível político-ideológico, com grandes influências no contexto político-social nacional.

A ascensão dos Estados Unidos das Américas à condição de maior potência capitalista mundial e a formação do 'bloco socialista', (composto por recentes repúblicas populares do Leste Europeu), liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, criaram o embate que norteou os caminhos de muitas nações; como também suas políticas econômicas,

⁷ Raimundo Moreira. *O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

influenciando os rumos políticos e ideológicos de muitos povos. Foi o período conhecido por 'Guerra Fria'.

No Brasil, as conseqüências de tal reordenamento de forças foram imediatas. Ainda em 1945, com o apagar da 2ª Guerra, forças políticas, fortemente influenciadas por ideologias liberais norte-americanas pressionam e derrubam Getúlio Vargas do poder. No período do governo Dutra, estas forças políticas se reforçam. É, porém, com a volta de Vargas ao poder, em 1951, que se desenha claramente o embate político-ideológico que nortearia o processo político brasileiro e suas conseqüências econômicas até os dias atuais.

O segundo governo Vargas assume claramente um conteúdo já apresentado no seu primeiro período à frente do Estado brasileiro - o nacionalismo. Com um ambiente internacional hostil a protecionismo de qualquer natureza, Vargas procurou desenvolver um '**capitalismo nacional**'. Promoveu um intenso desenvolvimento da indústria de base, controlada pelo Estado; estimulou e protegeu a indústria nacional e projetou-se numa política internacional de não alinhamento.

A política de construção de um '**Estado autônomo**' não agradou os Estados Unidos, que haviam intensificado seus negócios no Brasil durante a década de 40, e também no primeiro momento do 2º governo Vargas. Assim, as relações entre Brasil e Estados Unidos ficaram tensas. O governo norte-americano pressionava o governo brasileiro para abertura ao capital internacional, pois uma economia mundial aberta era a proposta de política econômica internacional dos E.E.U.U.

No Brasil, fortaleceu-se o movimento por um '**capitalismo nacional**'. Para Geraldo Muller: "*Não parece exagero pensar que no imediato pós guerra (1945-55) a grande preocupação da política internacional norte-americana era a possibilidade do ressurgimento dos 'capitalismos nacionais'*"⁸.

⁸ Geraldo Muller. *Introdução à Economia Mundial Contemporânea*. São Paulo, Ática. 1987. p 38.

O governo Vargas adotou medidas que aguçaram as divergências entre os dois países. Ainda em 1951, Getúlio regulamentou a lei de remessa de lucros ao estrangeiro. "*Esse regulamento foi o Decreto 30.363, que, como já vimos, restabeleceu a letra do decreto-lei 9.025 ao proibir o reinvestimento, isto é, a incorporação dos lucros realizados dentro do país ao capital registrado como estrangeiro, para efeitos de remessas. O aspecto mais polêmico das orientações de Vargas foi a decisão de fazer valer retroativamente a nova regulamentação, promovendo uma reestimativa do valor contábil do capital estrangeiro de modo a dele deduzir o reinvestimento ocorrido*".⁹

As citações acima são importantes para marcar as posições do governo Vargas e compreender as dimensões de tais medidas num ambiente político internacional de grandes pressões por uma "*economia mundial aberta*"¹⁰. O posicionamento político assumido pelo governo brasileiro no referido período, trouxe conseqüências à política econômica desenvolvida, deixando fortes traços na indústria e na agricultura nacionais.

A apresentação do quadro político-ideológico que perdurou no país, do imediato pós-guerra até a primeira metade da década dos 50, é importante para que se compreendam os rumos da economia nacional e conseqüentemente da agricultura, relacionando com as conseqüências na evolução da cotonicultura paraibana. À medida que se acredita ser o desenvolvimento da economia nacional fruto da implementação de uma estratégia, contida no embate entre as diversas forças políticas e sociais que compunham a sociedade brasileira naquele período, torna-se necessário este resgate histórico para que se compreenda, no essencial, a evolução econômica do Brasil nos últimos anos.

O protecionismo varguista à nascente indústria têxtil nacional e o estímulo as produções agrícolas de caráter regionais permitiram a proliferação de inúmeras pequenas

⁹Sérgio Besserman Vianna. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951- 1954)*. Rio de Janeiro, PUC/ BNDES, 1987. p 84

¹⁰Geraldo Muller. Op. cit., p.37.

indústrias têxteis espalhadas por povoados e fazendas Brasil afora. Esta economia, baseada na dinâmica da pequena indústria intrinsecamente ligada à produção regional, complementava-se com o desenvolvimento de um mercado consumidor em expansão, decorrente do crescimento dos centros urbanos, do aumento do proletariado e de seu poder aquisitivo.¹¹

Com a morte de Vargas, finda o modelo econômico acima descrito. Os mecanismos que passam a estruturar a economia nacional, a partir de então, baseiam-se no desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo duráveis e na introdução do capital internacional. A consequência foi um crescente processo de internacionalização da economia nacional. Os monopólios internacionais ocuparam vários setores. A indústria têxtil nordestina participou desse processo na condição de vítima. Fruto de uma evolução modesta, baseada num maquinismo superado tecnicamente, quando comparado com as modernas indústrias britânicas e norte-americanas, e mesmo com as nacionais do Sudeste, a indústria têxtil algodoeira nordestina ingressou num lento e contínuo declínio culminando num violento processo de concentração que aprofundou a cada crise econômica.¹²

Para uma melhor compreensão do período político-econômico acima analisado faz-se necessário uma breve exposição acerca do embate político-ideológico que marcou este período, 1946-1955. Segundo Octavio Ianni, este período delineou-se a partir de *“três perspectivas políticas mais marcadas, para a organização e o desenvolvimento da economia do país. (...) Uma dessas perspectivas caracterizava-se como uma estratégia política destinada a organizar e expandir a economia do país com base na associação com o capitalismo mundial. Segundo as forças econômicas e políticas partidárias dessa orientação, o Brasil deveria modernizar a sua organização econômica e desenvolver amplas e sistemáticas relações com as economias mais desenvolvidas. Negavam que se tratava de propor um capitalismo dependente, em face do*

¹¹ Moniz Bandeira.

¹² Sobre o domínio das grandes indústrias Têxteis na Paraíba, sugere-se como leitura: Celso Mariz. *Evolução Econômica da Paraíba*. João Pessoa, União, 1939. Acerca da formação dos monopólios e da internacionalização do capital, recomenda-se: V.I. Lênine. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Obras escolhidas, vol. I, São Paulo, Alfa-Omega, 1982. Maurice Dobb. *A Evolução do Capitalismo*. 7ª. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

*capitalismo hegemônico dos Estados Unidos. Implicitamente, no entanto, admitiam que o subsistema econômico brasileiro somente poderia progredir se mantivessem e desenvolvessem os vínculos com os centros hegemônicos, para obtenção de capital e tecnologia”.*¹³ Esta era a perspectiva neoliberal.

*“A outra estratégia política para a organização e desenvolvimento da economia brasileira caracterizava-se como socialista. Reunia os adeptos da socialização dos meios de produção, por via pacífica ou violenta”*¹⁴. A proposta socialista arregimentou setores da classe média, da pequena burguesia industrial e das classes trabalhadoras. Agruparam-se quase sempre no Partido Comunista, Partido Socialista e no Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB.

*“Havia, ainda, uma outra estratégia política de organização e desenvolvimento da economia brasileira. Tratava-se da estratégia destinada a impulsionar a formação do que poderia ser um capitalismo nacional no Brasil. Os partidários desta estratégia eram grupos de classe média, a pequena burguesia industrial, em parte também a grande burguesia industrial de origem nacional, além de setores do Exército, do proletariado e intelectuais. Para eles, tratava-se de desenvolver o intervencionismo estatal e adotar soluções de política econômica do tipo nacionalista, a fim de que se acelerasse a nacionalização dos centros de decisão sobre as diretrizes da economia do país. (...) Eram favoráveis ao intercâmbio e à participação de capital e tecnologia externos, mas sob controle nacional. Por isso, também, eram favoráveis ao fortalecimento do setor público e à própria planificação, como garantias contra as pressões das empresas e governos dos países hegemônicos”*¹⁵. Essas forças reuniam-se basicamente em torno do PTB de Vargas, pequenos grupos do PSD, setores de pequenos partidos políticos de influências regionais e lideranças trabalhistas.

¹³ Octavio Ianni. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991. pp. 145-146.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Id. Ibid.

A deposição e suicídio de Vargas em 1954, consagrou uma vitória parcial das "forças neoliberais".¹⁶ O governo que assumiu em seguida procurou desenvolver uma política de intenso estreitamento (nas suas relações) com os países capitalistas hegemônicos. Ocorreu, neste período, um intenso desenvolvimento industrial que teve como alavanca principal o setor de bens de consumo duráveis, dominado praticamente pelo grande capital internacional.

O impulso industrial dos anos cinquenta acentuou as disparidades regionais. O Centro-Sul (regiões Sudeste e Sul), que ainda no período 'primário exportador' assumira a hegemonia da dinâmica econômica nacional, a partir dos anos 30, com o capital excedente gerado na cafeicultura, assume a dianteira no processo de industrialização do país. O Estado brasileiro por sua vez colaborou com a infra-estrutura necessária: abrindo estradas, expandindo fontes energéticas, oferecendo subsídios e financiando iniciativas.

A disparidade do desenvolvimento industrial entre o Centro-Sul e o Nordeste foi uma das causas do declínio algodoeiro nesta última região. O crescimento industrial de São Paulo, estado que melhor caracteriza o intenso desenvolvimento econômico do Sudeste, levou de roldão o incremento agrícola, que por sua vez promoveu o crescimento da indústria intermediária deste estado. Assim descreve este processo, Brandão Lopes: "*Um estudo quantitativo minucioso de Nicholls, sobre as relações em São Paulo entre as mudanças na agricultura e a evolução urbano-industrial nos anos 40, mostrou estarem, em 1939/40, as zonas próximas de São Paulo bem mais comercializadas que as outras do estado, mas também que, nestas últimas zonas, entre 40 e 50, era mais intensa a expansão da atividade agropecuária comercial, com a conseqüente diminuição da vantagem relativa das zonas adiantadas de São Paulo. (...) Enquanto a economia rural paulista evoluiu no sentido mercantil e mesmo capitalista, no Nordeste caiu o ritmo de crescimento dos principais produtos comerciais da região, o açúcar e o algodão, com a substituição do mercado externo pelo interno (Centro-Sul), no qual passaram a sofrer a concorrência dos mesmos produtos dessa última região.*"¹⁷

¹⁶ Ibid., p. 143.

¹⁷ Juarez Rubens Brandão Lopes. *Do Latifúndio à Empresa*. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 26.

A industrialização dos anos cinquenta levou a um forte incremento da população urbana. Houve uma intensa migração das áreas rurais para as cidades e, sobretudo, das áreas de baixo nível de industrialização para as regiões mais desenvolvidas industrialmente. Neste sentido, ocorreu uma intensa migração da região Nordeste para a região Sudeste. No campo, aumentou a concentração fundiária. Os trabalhadores rurais, colocados à margem do processo de modernização do país, também mobilizaram-se por reformas e melhorias na condição de vida.

No início dos anos sessenta organizou-se o **Estatuto do Trabalhador Rural**, instrumento que legalizou uma série de relações trabalhistas no campo e que impôs às classes dominantes do meio rural um conjunto de elementos não-aceitáveis ao seu conservadorismo e interesses inerentes a estrutura fundiária vigente. No Nordeste, esta questão foi sentida mais profundamente, pois com uma elite rural arraigada a valores 'medievais', os mínimos direitos alcançados pelos camponeses e trabalhadores rurais eram contestados e não aceitos. Com isso, houve uma intensificação do processo de expulsão do homem do campo. Dessa forma, mesmo quando os ventos da modernização nas relações de trabalho no campo sopraram, intensificou-se a estrutura agrária dominante.

Neste período, aprofundaram-se os debates políticos e fortaleceram-se as mobilizações sociais. As forças 'neoliberais', tendo como principal representante a UDN (União Democrática Nacional), conseguiram eleger o presidente da república. Os nacionalistas elegeram o vice. Os movimentos sociais eclodiram em todo Brasil: exigia-se uma 'emancipação econômica' do jugo do imperialismo norte-americano. Pouco tempo depois, o presidente eleito, Jânio Quadros, renuncia e os movimentos populares conseguem empossar João Goulart (Jango).

O período do governo Jango foi de grandes conturbações políticas. Os movimentos sociais exigiam reformas profundas no caráter do capitalismo brasileiro. O Presidente e grande conjunto dos partidos no congresso defendiam e lutavam pelas reformas. Porém, as reações dos grupos ligados ao capital Multinacional-Associado foram muito fortes e tiveram o apoio

explícito do governo e de grupos econômicos norte-americanos.¹⁸ Esses grupos conseguiram preciosos apoios nas forças armadas nacionais.

Do ponto de vista econômico, o período foi de altas taxas de inflação, baixas taxas de crescimento econômico e altos índices de desemprego. A dívida externa brasileira assumiu altas proporções e os salários estavam em queda. Mas nem por isso o governo sofria maiores pressões. Como mostra Argemiro Brum, a crise econômica do governo populista não foi o principal responsável por sua queda. De fato, derrubou-se o governo de João Goulart por suas características democráticas e por seu projeto de emancipação econômica do Brasil.¹⁹ Esta queda, mais uma vez, significou a derrota da tentativa de desenvolvimento de um capitalismo nacional. As **'reformas de base'** propostas por Jango e seus aliados assustaram os conservadores brasileiros e seus comparsas internacionais, principalmente os norte-americanos.

O golpe militar de 1964 iniciou outra fase do capitalismo no Brasil. Foi mais uma vez através da força que os grupos que tentaram derrubar Getúlio em 1954; impedir a posse de Juscelino em 1955 e impedir a posse de Jango em 1961, assumiram o poder em 64 e desenvolveram sua estratégia de política econômica. Como se viu anteriormente, estas estão ligadas ao capital Multinacional-Associado. Neste período intensificou-se o processo de modernização da agricultura brasileira.

As forças que dominaram o país a partir do golpe de Estado de 64 tinham uma contradição. Se por um lado representavam os setores conservadores ligados aos interesses internacionais, por outro, solidificavam a intervenção estatal na economia. De comum entre os grupos que compunham o poder no golpe havia o anticomunismo e o receio de uma dominação soviética no país (fato inclusive fora de quaisquer possibilidades).

¹⁸ Sobre a organização dos movimentos sociais populares de características nacionalistas e socialistas do período, a historiografia brasileira é vasta. Porém, um estudo profundo sobre o caráter do Governo Jango, das organizações populares, da associação e organização do capital multinacional-associado no país e de sua movimentação e planejamento para derrubada do governo Jango, indica-se o livro de René Armand Dreifus. *"1964: A conquista do estado - ação política, poder e golpe de classe"*. Petrópolis, Vozes, 1987.

¹⁹ Vide Argemiro J Brum. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 10ª. ed. Petrópolis, Vozes, 1991.

No entanto, o caminho percorrido no campo econômico foi a vinculação mais forte com o capital internacional. *“Os governos dos anos 1964-1985 adotaram diretrizes econômicas que podem ser consideradas do mesmo gênero. Quanto aos seus objetivos, as políticas econômicas dos governos Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo orientaram-se na mesma direção. Dentre os seus principais alvos e realizações, destacaram-se os seguintes: reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores da produção; estimular a modernização das estruturas urbanas; executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; ampliar os limites do ‘mar territorial’; defender e estimular a indústria do café solúvel (...) retomar os estudos sobre a reforma agrária; propor o plano de ‘integração nacional’”*²⁰

O processo industrial avançou a largos passos e a economia brasileira foi intensamente internacionalizada. É importante destacar que as terras também. Houve nesse período a consolidação do domínio das agroindústrias na agricultura brasileira. Estas agroindústrias eram e são, na grande maioria, de capitais estrangeiros. São indústria dos setores de máquinas agrícolas, insumos, adubos e sementes. Em paralelo ao avanço do capitalismo no campo, aumentou a expropriação camponesa e a concentração fundiária. É marcante neste período um intenso processo de mudanças na produção agrícola.

Em relação ao Nordeste pode-se afirmar que, durante o pós-guerra, produziu-se um intenso distanciamento econômico-social entre esta região e aquelas mais desenvolvidas economicamente. Alguns dados podem ser ilustrativos dessa desigualdade regional. Em 1969, o Nordeste apresentava 20,7% do consumo de KWH do ‘Centro-Sul’; um PIB per capita de

²⁰ Op. cit., p. 229.

apenas 40,2% do 'Centro-Sul'. Acrescentem-se a isto, índices sociais que demonstravam as disparidades sócio-econômicas gigantescas entre as regiões confrontadas.²¹

Uma das principais argumentações usadas para explicar a crise e declínio da cotonicultura paraibana e nordestina encontra-se no fato de o mercado nacional passar a ser abastecido pelo algodão paulista. É neste contexto que as disparidades regionais afloram como fator decisivo. Portador de um desenvolvimento industrial e agrícola bastante moderno, em níveis técnicos, quando comparado com a produção nordestina, os produtores paulistas de algodão tiveram condições de oferecer ao mercado um melhor e mais barato produto. Esse processo restringe o mercado para o algodão nordestino e paraibano. Nos anos oitenta, é válido lembrar, a produção algodoeira de estados como o Paraná, Mato Grosso do Sul e mais recentemente Rondônia, atingiu altos níveis de produtividade e conquistou importantes parcelas do mercado.

Processo semelhante ocorreu no setor industrial. O parque industrial do Centro-Sul, especialmente o paulista, expandiu-se pelo mercado nacional e conquistou mercados antes ocupados pela débil indústria nordestina. O setor têxtil é bem característico desse processo, como demonstra-se no capítulo 3.

Como neste trabalho apresentam-se as desigualdades regionais como um dos principais fatores da crise da cotonicultura nordestina, foram feitas algumas análises na busca de entendimento do processo de intensificação destas. Em muitos casos, o avanço industrial do Centro-Sul, articulou-se com o atraso do Nordeste. *"Apesar dos percalços lembrados de passagem, não resta dúvida de que certas variáveis vêm atuando com visível importância para manter a região no seu estágio de insuficiente desenvolvimento. (...) A política de industrialização adotada no Brasil no último após-guerra, gerando escassez de divisas e maciços subsídios aos investimentos industriais, com controle severo de importações, teria, por sua vez, favorecido a região de maiores possibilidades de crescimento industrial, até por uma*

²¹ Vide Clóvis Cavalcanti (et all). *Nordeste do Brasil - Um desenvolvimento conturbado*. Recife. Massangana. Fundação Joaquim Nabuco, 1981.

decorrência de natural aglomeração buscada por um parque manufatureiro em formação. Registre-se outrossim a presumível existência de permanente fluxo de recursos do Nordeste para o Centro-Sul, através do setor privado, capaz de contrabalançar as transferências federais que têm sido diagnosticadas no panorama de desequilíbrios regionais no Brasil. Estas transferências, possuindo natureza assistencial, teriam poucas repercussões em termos de estrutura econômica e de capacidade de produção, enquanto os recursos privados são capitais em busca de colocação. (...) Uma causa que teria atuado para reforçar o desnível Nordeste-resto do país estaria no sistema tributário federal, classificado como regressivo - uma queda de renda provocando queda menos do que proporcional da quota de impostos. (...) Dessa forma, a estrutura do fisco estaria impedida de atuar automaticamente como mecanismo corretor dos desequilíbrios regionais, antes na verdade vindo agravá-los, inclusive pela incidência de uma carga tributária relativamente mais pesada no Nordeste do que no Centro-Sul".²²

As desigualdades regionais são sentidas também na tecnificação da agricultura. Enquanto no chamado Centro-Sul ocorreu uma grande modernização na produção agrícola, (num ritmo bastante acelerado); no Nordeste esta desenvolveu-se mais lentamente e, apenas em determinadas áreas e lavouras. Além disso, o processo de modernização da agricultura no Nordeste manteve e/ou aprofundou a estrutura fundiária vigente, agravou os problemas sociais e, em muitos casos, aumentou o êxodo rural. O item a seguir nos mostra a evolução da agricultura brasileira no período do pós-guerra numa estreita relação com as causas da crise da cotonicultura nordestina e paraibana.

1.2 - A agricultura brasileira no Pós-guerra

A produção algodoeira nordestina, dispersa em pequenas e descapitalizadas propriedades do semi-árido, desenvolveu-se como uma cultura complementar. Neste caso, os produtos principais eram os de subsistência, mais precisamente: milho, feijão, fava e jerimum. Em algumas áreas cultivava-se também o arroz. Outra forma de consórcio do algodão nordestino foi

²² Op.cit., pp. 20-21.

com a pecuária tradicional leiteira. O tradicional aqui é importante para diferenciar da pecuária que desenvolveu-se na região a partir dos anos setenta. O entendimento do quadro da produção algodoeira nordestina completa-se com a principal espécie de algodão produzido: o algodão arbóreo, de lavoura permanente.

As transformações ocorridas na agricultura brasileira, nos últimos 40 anos, não alteraram a estrutura acima descrita, no sentido da modernização ou da capitalização desses pequenos produtores responsáveis pela grande produção algodoeira do Nordeste. Pelo contrário, as mudanças impostas vão acentuar, no essencial, o caráter de atraso desta estrutura. A pequena produção no Nordeste vai tornar-se mais pobre e logicamente menos competitiva. O caráter concentrador de terras destas mudanças por si só penaliza a produção algodoeira baseada na pequena produção. Por outro lado, a integração entre a agricultura e a indústria, como a integração entre o Nordeste e as regiões mais desenvolvidas do país, favoreceu os setores mais modernos tecnicamente em detrimento das áreas mais atrasadas.

No caso do algodão verificou-se, por exemplo, uma diferença substancial entre a estrutura produtiva nordestina e a paulista. Enquanto na primeira, a base produtiva era a pequena produção e o algodão era cultivado como cultura complementar; em São Paulo, o cultivo do algodão já desenvolve-se sob o caráter eminentemente mercantil e tem como base a grande propriedade capitalizada. Dessa forma, as características das transformações ocorridas na economia brasileira como um todo, e na agricultura em particular vão no sentido de favorecer a dinâmica produtiva paulista em detrimento da nordestina.

Presas a amarras estruturais seculares, montada numa base agrária, política e social que impediu acompanhar de forma progressista as inovações ocorridas na estrutura produtiva nacional; o Nordeste, seus produtores e seu produto foram penalizados no processo. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento da economia e da agricultura brasileira promovido a partir da segunda metade do anos cinquenta não tinha como prioridade integrar à 'modernidade', estes setores. A bem da verdade, a modernização promovida no país nos anos cinquenta, sessenta e setenta teve um caráter eminentemente excludente. As diversas análises transcritos a seguir

demonstram um pouco desse processo e possibilitam um melhor entendimento das causas que prejudicaram setores tão importantes para a economia nacional, como os pequenos produtores de algodão objeto deste estudo.

Os estudos sobre a evolução da agricultura brasileira nas últimas décadas, têm evidenciado diferentes fases do seu desenvolvimento. Marca-se como etapas distintas: a primeira, até os anos sessenta e a segunda a partir da 'modernização' promovida nos anos sessenta e setenta. Sobre este processo, apresenta-se, a seguir, o pensamento de alguns autores.

Na concepção de Bernardo Sorj, "*a análise dos níveis de produtividade permite caracterizar melhor o padrão de expansão da produção agrícola nas últimas décadas. No período que vai de 1948-50 a 1967-69, o aumento da produção agrícola no Brasil se deveu fundamentalmente à expansão da área (91,9%), sendo que os aumentos nos rendimentos ocupam um lugar secundário (20,26%). No Sul o aumento devido ao rendimento por hectare é muito maior (39,9%), particularmente no estado de São Paulo, onde 93% do aumento da produção é devido aos ganhos de produtividade. Portanto, o crescimento da produção agrícola no seu conjunto não implica modificações importantes ao nível das forças produtivas, com a exceção de São Paulo e algumas regiões dos estados sulinos, embora tenha havido modificações ao nível das relações de produção e distribuição com a intensificação dos circuitos de comercialização*"²³.

Caracterizando o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira e a questão agrária, intrínseca à evolução da agricultura, Bernardo Sorj afirma: "*O padrão de expansão agrícola brasileira conjuga de forma original a expansão da pequena produção, e portanto um caminho distributivo, que permanentemente é quebrado pelo latifúndio que volta a afirmar um caminho concentracionista de organização fundiária. Trata-se então de um processo altamente dinâmico, no qual a pequena propriedade consegue incrementar a área ocupada, aí se consolidando em muitos casos, sem chegar porém, em geral, a eliminar o latifúndio.*"²⁴

²³ Bernardo Sorj. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1980, p. 18.

²⁴ Op.cit., p. 20.

Ainda utilizando os estudos de Bernardo Sorj sobre a agricultura brasileira, verificou-se uma espécie de transição e consolidação de uma tendência a partir de 1964: *“Em fins da década de 1950, e claramente a partir da década de 1960, há uma quebra nos mecanismos de integração da agricultura no padrão de acumulação industrial, seja em termos políticos, seja em termos econômicos, que irá exigir uma reorganização da agricultura a partir da intervenção do Estado e dos grupos chamados a orientar a nova dinamização da produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação. (...) No caso do Brasil pós-1964, essas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólico ao qual se associarão, em posição secundária, os grandes proprietários de terras.”*²⁵

Para detalhar o processo de integração agricultura - indústria, sob a dominação dos monopólios econômicos e em associação com uma elite latifundiária, que se transformaram aos poucos em ‘empresários rurais’, Bernardo Sorj descreve: *“O incremento acelerado e constante dos excedentes agrícolas, adequado a uma economia industrial em expansão como a brasileira já estava consumindo, em especial desde a década de 1950, uma quantidade crescente de insumos e maquinarias modernas, essa demanda, que eventualmente poderia ser satisfeita com importações, gera, de fato, um novo campo de valorização do capital industrial, que tem na formação social brasileira seu lugar privilegiado de realização (como um campo isolado da ação da lei do valor a nível internacional). (...) Portanto a expansão do complexo agro-industrial no Brasil se funda no próprio crescimento da produção agrícola na medida em que esta cria o mercado necessário para a sua realização. Esse aspecto é fundamental, já que as medidas protecionistas permitem que se gere um mercado cativo, dado que os níveis de produtividade da indústria de insumos e maquinarias agrícolas no Brasil é geralmente menor do que o nível internacional.”*²⁶

O processo de ‘modernização’ da agricultura brasileira ocorreu mantendo a estrutura fundiária anterior. O dilema dos anos 50 e início dos anos 60, de que seria necessário a

²⁵ Ibid., p. 28.

²⁶ Id. Ibid., p. 29.

implantação de uma reforma na estrutura agrária brasileira para que o país pudesse tecnificar sua agricultura e promover o desenvolvimento industrial almejado foi resolvido pelo próprio processo histórico. Se 'modernizaram' a agricultura, sem no entanto, promover uma reforma na sua estrutura agrária. Pelo contrário, a 'modernização' levou a um intenso processo de concentração fundiária e expulsão das camadas pobres da zona rural. O estudioso da Questão Agrária brasileira, José Graziano da Silva, denominou este processo de "*modernização dolorosa*"; outros denominam de "*modernização conservadora*". O fato é que, para as maiorias espalhadas no campo, o processo de tecnificação da agricultura brasileira foi penoso, pois foi antes de tudo excludente e conservou uma estrutura agrária de injustiças.

Para Graziano: "*O apoio estatal, especialmente sob forma de crédito subsidiado, constitui um instrumento fundamental da modernização dolorosa, favorecedora do latifúndio e das agro-industriais*"²⁷. Segundo Graziano, o subsídio embutido no crédito agrícola, em 1977, ultrapassou os 20%, com uma distribuição extremamente concentracionista, já que mais de 90% deste crédito foi para os que possuíam grandes áreas de terra. Aos pequenos proprietários restou a disputa por um ínfimo crédito, cerca de 5% do montante destinado à agricultura.²⁸

Precisamente sobre a questão agrária e a concentração de terras no Brasil nas últimas décadas, José Graziano explicita: "*Muitos argumentam que essa concentração de terras no Brasil não deve preocupar porque há ainda muitas terras devolutas a serem incorporadas pela expansão da fronteira agrícola. De fato, a expansão da fronteira agrícola nas últimas décadas foi muito grande, mas isso não melhorou a distribuição fundiária do país. Pelo contrário, recentemente, a presença de grandes empresas multinacionais agravou o problema. Entre 1960 e 1970, por exemplo, o número de estabelecimentos agropecuários passou de 3,3 milhões para 4,9 milhões, e a área que ocupavam, de 250 milhões de hectares para 294 milhões, o que significou uma ampliação de 44 milhões de hectares em 10 anos. Em 1975, o Censo agropecuário indicava 5 milhões de estabelecimentos e uma área de 324 milhões de hectares, o*

²⁷ José Graziano da Silva. *A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Petrópolis. Vozes, 1980, p 25.

²⁸ *Ibid.*, pp. 26-27

que significou cerca de 30 milhões de hectares a mais em apenas 5 anos, ou seja, um ritmo ainda maior de expansão do que o dos anos sessenta. Mas convém notar que o número de estabelecimentos só aumentou em 100 mil no período de 1970/75, contra 1,6 milhões no período de 1960/70. Isso significa que na primeira metade da década dos setenta a expansão da fronteira agrícola - ao contrário dos anos sessenta - deu-se com base em grandes fazendas, especialmente na Região Amazônica. Assim, a expansão recente da fronteira agrícola no país, ao invés de melhorar, tem agravado a concentração de terras."²⁹ Esta intensificação da concentração fundiária penalizou os pequenos proprietários, no caso do Nordeste, especialmente os produtores do tradicional algodão arbóreo.

Na mesma linha de raciocínio, verificando o processo de incremento tecnológico da agricultura brasileira, Auxiliadora Lemos, a partir de estudos de José de Souza Martins, afirma que, "o desenvolvimento agrícola impulsionado pelo Estado tem sido definido como 'modernização conservadora', porque conserva e reforça a estrutura concentrada da propriedade rural e permite ao latifúndio capitalizar-se sem riscos e com altos lucros garantidos. Os governos pós-64 formularam programas e políticas a favor da grande propriedade, impulsionando a concentração de terras e de rendas."³⁰

No estudo de Ronaldo Conde Aguiar, **Abrindo o Pacote Tecnológico**, são apresentadas as principais características do processo de modernização da agricultura brasileira, que para o autor significou "o aprofundamento das relações mercantis e a ampliação de inovações técnicas". Neste processo destacou-se "o alinhamento na nova divisão internacional do trabalho"³¹. Portanto, a partir dessa colocação é possível afirmar que a modernização agrícola brasileira privilegiou os produtos exportáveis em detrimento da produção de alimentos básicos para o consumo interno.

²⁹ José Graziano da Silva. *O Que é Questão Agrária*. 16ª. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 37-38.

³⁰ Maria Auxiliadora Lemos. *Efeitos Sócio-Econômicos da Crise da Cotonicultura, Agravada com a Praga do "Bicudo"*. Estudo de caso: Município de Ingá, PB. Campina Grande, UFPB, 1986. p. 3. A autora apresenta como referência: José de Souza Martins. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1985.

³¹ Ibid.

Colocando o problema numa dimensão mais ampla, Ronaldo Aguiar, assim se refere ao incremento tecnológico da agricultura brasileira nos anos sessenta e setenta: “*o equívoco, (...) no qual alguns estudiosos da questão tecnológica se deixam envolver, está no fato de que ela desconsidera a economia mundial constituída e, por conseguinte, as relações específicas de dominação e subordinação nos diferentes pólos que a constituem, ou seja, os Estados-Nações do centro e os Estados-Nações da Periferia.*” Para o autor, o processo de ‘modernização’ da agricultura brasileira foi fruto de determinantes externos, “*(...) a adoção de uma política tecnológica resulta, antes de tudo, da integração do sistema produtivo periférico ao processo de produção capitalista mundial, já que os principais agentes desse processo são as empresas multinacionais. Define um dado modelo de desenvolvimento e articula a formação social periférica às leis da acumulação mundial.*”³²

Para reforçar os argumentos, Aguiar complementa: “*A economia mundial constituída é o resultado das condições históricas do desenvolvimento do sistema capitalista. É a economia mundial na fase do imperialismo. Significa a internacionalização da produção através da transferência de um certo número de atividades industriais do centro para a periferia, o que se traduz pela industrialização desta última. Em consequência, esse processo provoca um intenso fluxo (transferência) internacional de tecnologia, cujo resultado é a unificação mundial das técnicas em determinados setores produtivos.*”³³

Dessa forma, conclui o autor: “*As grandes propriedades serão preservadas e estimuladas, quando apresentarem condições de bom rendimento do trabalho, e serão assistidas para elevar o seu nível de produtividade. O reagrupamento de minifúndios será feito para evitar a extrema pulverização das terras que gera a insuficiência de renda.*”³⁴

Com esta interpretação, Aguiar define o papel do Estado brasileiro no processo de modernização da agricultura: “*... A política de modernização impunha a intervenção do Estado,*

³² Ibid.

³³ Ibid.

³⁴ Id. Ibid., p. 86.

já que essa modernização tinha por fim a inserção do sistema produtivo agrícola na divisão internacional do trabalho.” Então “... o Estado teria que se constituir, de fato, no agente mediador do sistema produtivo rural com o setor industrial produtor dos chamados insumos e máquinas, amplamente dominado pelas empresas multinacionais, e com os interesses exportadores.”³⁵

A análise de Aguiar não deixa de conter um forte grau de determinismo, pois a implementação de uma política econômica ou de qualquer processo social não pode ser atribuído a uma única causa. Certamente, outros fatores - inclusive já apontados neste trabalho - contribuíram para a forma como decorreu o processo de modernização da agricultura brasileira. Contudo, deve-se salientar que Aguiar parte de premissas verdadeiras, além de apresentar uma correta interpretação da influência dos monopólios internacionais sobre a formação econômica do Brasil, especialmente no desenvolvimento da agricultura.

Este processo de ‘modernização’, à imagem do transcrito por Ronaldo Aguiar, é um dos elementos básicos da crise cotonicultora no Nordeste. À medida que avançou uma ‘modernização’ que privilegiou e favoreceu a grande propriedade rural e, estimulou o desenvolvimento das empresas rurais, integrando-as ao setor industrial, houve a promoção da produção agrícola algodoeira paulista, baseada na grande propriedade e na produção tecnificada; penalizando-se, assim, a produção nordestina, baseada em formas tradicionais de produção e dispersas em centenas de milhares de micro propriedades rurais, responsáveis pelo cultivo da grande maioria do algodão nordestino.

Analisando os diversos trabalhos aqui já apresentados, percebe-se uma espécie de unanimidade quanto ao caráter da modernização ocorrida na agricultura brasileira nos anos sessenta e setenta. De fato, estas colocações vão de encontro à vertente interpretativa contida neste estudo sobre o caráter do desenvolvimento econômico brasileiro na segunda metade deste

³⁵ Id. Ibid., p. 87.

século, principalmente, no que concerne ao pós-golpe militar de 1964. Há um intenso processo de internacionalização da economia brasileira. E a agricultura passa a fazer parte deste processo.

Reforçando esta visão, pode-se apresentar, finalmente, o trabalho de Guilherme da Costa Delgado, **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Nele, o autor aprofunda os estudos que demonstram a vinculação e dependência do processo de modernização agrícola brasileiro ao capital financeiro. Em Síntese, Delgado apresenta o processo de financiamento da agricultura, descreve o período de expansão do crédito rural, 1967-1976, mostra uma pequena queda em 1977, a retomada em 1978/79 e a tendência a restrição no início dos anos oitenta, até o corte nos subsídios a partir de 1982. Abordando o incremento do crédito no período 1967-76, ele afirma: *"... o índice de valor real do crédito rural concedido passou de 100 a 400 (...). Tal elevação corresponde ao crescimento geométrico no período 1969-76, de 23,8% a.a., que é várias vezes superior ao crescimento real do produto agrícola, situado em torno de 5% a.a."*³⁶ Delgado descreve dessa forma, os créditos até 1982, e culmina afirmando: *"Cada uma dessas destinações do crédito rural contempla um bloco agro-industrial específico, em termos de demanda institucionalmente dirigida."*³⁷

Procurando sintetizar as transformações na agricultura brasileira, diria-se que esta foi reorganizada no sentido de atender os ajustes da divisão internacional do trabalho. Dessa forma, desenvolveu-se um processo de modernização tecnológica de caráter social excludente, estreitando-se, assim, os laços de associação e dependência da agricultura nacional com as multinacionais, e promovendo-se a vinculação com o capital financeiro no setor.

Dessa forma, verifica-se que as transformações ocorridas na agricultura brasileira no decorrer dos últimos 40 anos penalizaram os pequenos proprietários, beneficiaram os grandes latifundiários e os empresários rurais. Estas são referências histórico-teóricas* que se apresentam

³⁶ Carlos Guilherme da Costa Delgado. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. Campinas. Unicamp/Ícone, 1988, p. 79.

³⁷ *Ibid.*

* Sobre as transformações na agricultura brasileira nas últimas décadas, com mais ou menos, as mesmas visões apresentadas, indicam-se: John Wilkinson - *O estado, A Agroindústria e a Pequena Produção*; Geraldo Muller - *Complexo Agro-*

como subsídio à compreensão da crise da cotonicultura no Nordeste e especificamente na Paraíba. Para isso, passa-se a descrever a seguir, as transformações da agricultura nordestina, no referido período.

1.2.1- A Agricultura Nordestina no Pós-Guerra

O desenvolvimento industrial brasileiro acelerou e intensificou as disparidades regionais. Coube a região Nordeste assumir a condição de parte subdesenvolvida no processo. Raimundo Moreira assim se refere à participação nordestina no processo industrial brasileiro na segunda metade do século XX : *“ a partir do fim da 2ª guerra, passada uma conjuntura favorável, a região torna a enfrentar uma crise de demanda externa para seus produtos, que dura até 1953, quando a situação melhora, parcialmente, devido à reforma cambial. Por outro lado, a partir deste momento, tem-se que considerar a conjuntura favorável da intensa industrialização da região Centro-Sul, que contribuiu para que se evoluísse para a formulação do conceito dos desequilíbrios regionais. (...) Não obstante estes fatos, o setor industrial do Nordeste não se manteve estacionário, nem tampouco apresentou apenas um crescimento vegetativo. Segundo dados que figuram no documento do GTDN, entre 1948 e 1956 a produção industrial cresceu 50%, a uma taxa anual de 5,2%. Porém sua participação no produto industrial do país baixou, no período, de 11 a 9%, devido ao intenso processo de substituição de importações, fundamentalmente concentrado no Centro-Sul, cujo produto industrial evoluiu, no mesmo período, a uma taxa anual de 7,7%* . Estas questões de relevo fundamentam a compreensão do atraso nordestino relativo ao Centro-Sul.*

Por fim, Moreira arremata: *(...) outro aspecto importante dentro da evolução sócio-econômica do Nordeste é que sua economia caracterizava-se pela existência de uma renda bastante concentrada, denotando praticamente a ausência de um mercado interno capaz de*

industrial e Modernização Agrária; Anna Luiza Ozório de Almeida (coord.) - **Biotecnologia e agricultura, Perspectivas para o caso brasileiro.**

* O grifo é do autor

engendrar uma industrialização de maior alcance regional. A economia de subsistência, principal absorvedora de mão-de-obra, apresentava níveis de renda bastante baixos e, ademais, sofria as conseqüências diretas das secas periódicas. (...) A origem do crescente distanciamento quantitativo acima apresentado reside fundamentalmente no vigoroso processo de crescimento industrial do Centro-Sul, favorecido, (...) pelo governo com suas respectivas políticas econômicas, a exemplo da política cambial, através da qual a acumulação das divisas obtidas pelas exportações do Nordeste se destinou a financiar a importação dos equipamentos requeridos pela industrialização do Centro-Sul."³⁸

Como a indústria, a agricultura nordestina não acompanha o ritmo de 'modernização' do Centro-Sul. Há uma consonância entre o relativo atraso da indústria nordestina e o atraso da agricultura. As mudanças na agricultura do Nordeste ocorreram obedecendo a suas especificidades produtivas e, em muitos casos, adaptando-se às relações de produção seculares existentes na região. Há autores inclusive, que defendem haver no Nordeste, uma resistência a inovações de todo tipo, inclusive às tecnológicas. Para estes, a 'Questão Nordeste' além de econômico-social é também um problema cultural. Sem dúvidas, resistências existem; contudo, acredita-se que as causas principais do 'atraso' relativo da agricultura nordestina encontram-se na evolução do processo político, econômico e social, e que a partir do golpe militar de 1964 é que se agudizam estas contradições.

O processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro não foi homogêneo. Pelo contrário, mostrou-se anteriormente uma relação de diversidade na unidade, quando elementos de uma mesma realidade desenvolveram-se diversamente, mas com graus de complementaridades determinantes. Lemos assim explica: "*Este processo de expansão do capitalismo na agricultura não foi igual em todo país e esta heterogeneidade explica que os problemas e contradições sociais apresentam diferenças importantes. Por cima dessas*

³⁸ Raimundo Moreira. *O Nordeste Brasileiro - Uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 36-37

diferenças se impõe um traço comum: a exclusão de largos segmentos da população rural dos benefícios do crescimento econômico.”³⁹

A agricultura nordestina mantém sua estrutura praticamente imutável durante todo o período colonial. Na segunda metade do século XIX, com o declínio do açúcar, assumiram grande importância a produção algodoeira e a pecuária bovina. Estes produtos introduziram o sertão nordestino, sua maior área, no circuito mercantil mundial. Bernardo Sorj, assim aborda a questão: “ *a partir da decadência do açúcar, a pecuária extensiva e o algodão se transformaram nos produtos mais importantes comercializados no Nordeste, acompanhados pela produção de subsistência, pequenos produtores na maioria dos casos, que constitui o maior volume da produção. Dentro dessa estrutura, o capital mercantil é o maior concentrador de excedentes (no caso do algodão como intermediários de uma grande empresa, a Anderson Clayton), sendo que o desenvolvimento das forças produtivas só se apresenta em certos estabelecimentos e produtos particulares (cacau e açúcar).*”⁴⁰ *

A citação de Sorj é importante para se observar uma questão fundamental no entendimento da agricultura do sertão, especificamente o caso do algodão. À medida que o capital excedente produzido por este produto, concentrou-se na grande maioria, no setor mercantil, provocou relativa descapitalização das unidades já pobres do sertão. Ou seja, o algodão gerou muito capital e fez circular grandes volumes de riquezas. No entanto, a principal parte desta, concentrou-se no setor mercantil e industrial. Por sua vez, o produtor de algodão sertanejo, em sua maioria pequenos produtores descapitalizados, ficou à mercê das intempéries do tempo; visto que, com a menor parte do rendimento gerado pelo algodão, esta só era

³⁹ Maria Auxiliadora Lemos. *Efeitos Sócio-Econômicos da Crise da Cotonicultura, agravada com a Praga do “Bicudo”*. Estudo de caso: Município de Ingá, PB. Cit., pp. 1-2.

⁴⁰ Bernardo Sorj. Op. cit. p. 97.

* No segundo capítulo deste trabalho, apresenta-se a evolução da cotonicultura paraibana. Ali, será descrito o processo de ocupação do sertão e as relações de produção predominantes nas atividades de pecuária e algodão. Por outro lado, percebeu-se a quase inalteração das relações de trabalho nestas atividades sertanejas. Detecta-se, também, a absoluta ausência de inovações tecnológicas nesta região, pois estes produtos mantêm praticamente os mesmos índices produtivos ao do início do século. É bom destacar que, só a partir do ‘Bicudo do Algodoeiro’ e das formas desenvolvidas de convivência com tal praga, fizeram aumentar a produtividade da cultura do algodão. Mesmo assim, hoje, é uma cultura ainda restrita, que não se alastrou com novas técnicas entre os produtores.

suficiente para consumir no período de estiagem, mantendo a atividade que lhe conferia um rendimento diário, a pecuária leiteira. Nos anos de grandes estiagens não restava-lhes formas de sobrevivência. Perdiam as terras para o grande proprietário que conseguia 'atravessar' a seca.

A modernização dos anos 60 pouco alterou este ciclo produtivo no sertão. Pelo contrário, à medida que concentrou terras e promoveu uma interligação maior com o Centro-Sul, região de maior produtividade, a agricultura nordestina (baseada na pequena propriedade), retraiu-se mais ainda. *"O crescimento da produção agrícola na década de 1960 foi devido fundamentalmente à expansão de terras cultivadas, que se deu através de novas fronteiras agrícolas ou da subdivisão e maior utilização das terras já ocupadas, particularmente pelos minifúndios. Grande parte dessa expansão se deu com perdas de produtividade. A expansão da produção comercializada foi parcialmente possibilitada pelo crescimento da rede viária e pelo aumento do número de caminhões. Essa maior integração do mercado regional e estadual foi, porém, acompanhada por uma maior integração do mercado nacional, favorecendo as crescentes importações do Centro-Sul, que gozam de níveis mais altos de produtividade. Dessa forma, a agricultura nordestina encontrava-se impossibilitada de se expandir. Apesar dos custos de transporte, a agricultura do Centro-Sul apresentava preços mais baixos, visto serem compensados pela disponibilidade de uma indústria de rações, maquinarias, e insumos agrícolas, que os produtores nordestinos geralmente tinham de importar do Centro-Sul.*

*A estrutura de desenvolvimento regional desigual, até certo ponto, adequou-se aos processos de acumulação do Centro-Sul, especialmente no sentido de suprir com força de trabalho barata a expansão industrial."*⁴¹

Acrescente-se a estas desigualdades, a forma de intervenção estatal, já citada anteriormente. Quando foi criado em 1952/53, o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), já continha, teoricamente, o intuito de reduzir os desequilíbrios regionais. Para isso, o banco deveria funcionar como um agente de fomento à indústria e à agricultura regionais. No entanto, o BNB atuou mais como um financiador da grande propriedade rural e como ponte de uma

⁴¹ Bernardo Sorj. Op. Cit. p. 97.

integração do Nordeste ao Centro-Sul, (onde o Nordeste figurava como mero importador de produtos manufaturados), ou como financiador da expansão do capital do Centro-Sul nas terras nordestinas.

Em 1959, o governo federal criou a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Para Bernardo Sorj, “ *A criação da SUDENE expressava a necessidade das classes dominantes do Centro-Sul de controlar as transformações sociais numa região que se estava transformando num potencial de revolta política crescente.*”⁴²

Neste particular, acredita-se haver um equívoco por parte de Sorj. Primeiro, deve-se levar em conta que, no Brasil, raramente as elites procuraram evitar ‘revoltas’ com ‘desenvolvimento’ ou injeção de capitais. Em segundo lugar, a SUDENE foi um importante mecanismo de viabilização de projetos de grandes grupos econômicos do próprio Centro-Sul na região. Logicamente, entre o papel destinado teoricamente à SUDENE e suas realizações há grandes distâncias, visto que ao ser idealizada no período desenvolvimentista, foi gerida durante quase todo período, sob o autoritarismo. Por outro lado, é importante salientar que no período do governo Jango, as pressões das elites do Centro-Sul, notadamente paulistas, contra a SUDENE foram grandes, como também, movimentos sociais nordestinos, organizados em sua defesa, foram intensos, estes quase sempre por setores populares.

Complementando o pensamento supra citado em relação ao direcionamento das políticas governamentais para o Nordeste no pós-64, um trecho do texto de Sorj, é elucidativo: “ *a característica central das políticas para o Nordeste no período pós-1964 no seu todo é o abandono de qualquer sentido distributivista e a promoção do grande capital, seja na agricultura ou na indústria. Essas empresas capitalistas são feitas à imagem e por graça do capital monopólio do Centro-Sul, particularmente paulista, através do mecanismo de incentivos fiscais na indústria (e particularmente na agricultura) e com políticas especiais de subsídios e créditos na agricultura.(...).* Portanto, as políticas públicas orientaram-se no sentido de

⁴² Ibid., p. 98.

subsidiar o capital que se dirigiu ao Nordeste, de forma a transformá-lo numa área de valorização do capital monopolista"⁴³.

Outro estudioso do assunto, Francisco de Oliveira, analisa que foi a concorrência da agricultura comercial de abastecimento urbano de outras regiões, notadamente do Sudeste, o principal fator inibidor do seu desenvolvimento no Nordeste. Oliveira aponta também a política fiscal, aplicada pelo governo central, como um dos fatores que penalizaram a região⁴⁴

Esse processo de integração do interior nordestino ao mercado mundial, isto é, da 'integração' do Nordeste, desencadeia-se com o impulso industrial do pós-guerra. Brandão Lopes, assim descreve: "*Por outro lado, em grande parte do sertão quebrou-se nos anos 40 e 50 o isolamento e penetraram os produtos faturados. (...) A conseqüente destruição do artesanato rural acentuou o caráter mais puramente agrário da economia sertaneja e agrestina e tornou-a mais vinculada ao mercado, intensificando particularmente as vendas de excedentes de autoconsumo. Destes excedentes consiste ainda hoje a maior parte do abastecimento urbano da região. Apesar, entretanto, do intenso crescimento urbano das cidades nordestinas, a sua demanda por alimentos não cresceu tão dinamicamente que não pudesse ser atendida pela própria expansão horizontal do campesinato (pequenos proprietários, posseiros, e arrendatários em estabelecimentos rurais com produção comercial decadente). Por outro lado, são a própria extensão das atividades de subsistência e o seu caráter (o fato de não crescerem por solicitação do mercado, mas tão-somente na medida em que aumentam a população camponesa e as suas terras), os principais fatores a inibir o aparecimento, na região, de agricultura comercial de abastecimento urbano*"⁴⁵.

A Quebra do isolamento da estrutura econômica do interior nordestino, baseado no binômio algodão-pecuária, provocou na região um desenvolvimento econômico dependente. A

⁴³ Id. Ibid., p. 99.

⁴⁴ Francisco de Oliveira. *Elegia Para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁴⁵ Juarez Rubens Brandão Lopes. *Do Latifúndio à Empresa - Unidade e diversidade do capitalismo no campo*. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 27.

economia, em geral, e a agricultura nordestina, em particular, evoluíram sob a égide dos monopólios já em seus altos estágios de desenvolvimento tecnológico. A parte envolvida no circuito mercantil com maior desenvolvimento tecnológico e, portanto, com maior capacidade produtiva acumula e concentra capitais, limitando as regiões mais atrasadas à condição de subordinação.

Com a entrada dessas áreas no circuito do capitalismo, as contradições deste sistema afloram. Rompem-se os limites da vida rural fechada em si, isolada, auto-suficiente. Essa característica é progressista numa visão ao nível econômico, pois provoca alterações no cotidiano de caráter autonomista, modernizante. Do ponto de vista social, significou a exclusão de parcelas do campesinato. Desta forma, verifica-se que, quanto mais desenvolveu-se a integração do setor 'atrasado' (o Nordeste), com o setor 'avançado', (o Centro-Sul), mais aprofundaram-se as relações de dependência da primeira, em relação à segunda.

1.2.2- A Crise da Cotonicultura Nordestina e Paraibana

As causas da crise na produção algodoeira nordestina podem ser apontadas como desdobramento de vários elementos na ligação entre a economia nordestina e o restante do país. Também na relação entre a produção regional e o mercado internacional, além da própria crise no setor manufatureiro regional, ou seja, no que se denomina aqui de indústria têxtil algodoeira.

Encontram-se no cerne das causas desta crise os elementos que compõem a própria estrutura produtora de algodão no Nordeste. Quando o '**Nordeste algodoeiro**', supera e subordina o '**Nordeste açucareiro**', há uma espécie de retrocesso nas relações que sustentam a estrutura produtiva da região.⁴⁶ A dispersão espacial e o isolamento na estrutura de produção do algodão nordestino, mantém as relações de trabalho servis ou semi-servis; consolida o poder dos

⁴⁶ Francisco de Oliveira. *Elegia Para uma Re(li)gião*. Cit.

coronéis e uma estrutura produtiva arraigada num atraso que só beneficia os poderosos intermediários daquele mundo isolado, produtor de uma fibra de suma importância no mercado mundial.

O algodão estreita as relações entre o Nordeste isolado, disperso e atrasado, com o mercado mundial no seu outro extremo, ou seja, a indústria têxtil inglesa e europeia, que era o que existia de mais desenvolvido em termos tecnológicos no mundo. As fibras longas do algodão nordestino, que atraiu os interesses da indústria europeia era produzido primitivamente, basicamente nas mesmas condições práticas utilizadas pelos nativos, ou seja, sem grandes objetivos mercantis.

O algodão produzido no Nordeste foi, em sua maioria, por um longo período, o algodão arbóreo, que embora apresentasse uma fibra mais longa do que a do algodão herbáceo, apresentava baixíssimo nível de produtividade. Além do que, era basicamente uma cultura permanente, cultivada sempre em consócio com lavouras de subsistência e sempre em função da pecuária. Dessa forma, o cultivo do algodão enfrentava os limites de uma produção destinada ao comércio internacional, mas com uma produção desprovida de quaisquer preparos técnicos.

Por outro lado, o cultivo do algodão desenvolveu-se sempre por parte dos pequenos proprietários, meeiros, posseiros e arrendatários rurais, quase sempre descapitalizados, produzindo sem qualquer prevenção às pragas e variações climáticas. Acrescente-se a estes elementos, o fato de não haver projetos de incentivos tecnológicos, ou de procurar-se capitalizar este setor, pois o poder das classes sociais dominantes, encontrava-se na dependência destes pequenos produtores em relação a eles, '**oligarquia comercial-latifundiária**'.* Estas oligarquias também plantavam algodão, mas seus lucros quase sempre eram desviados para a atividade principal, a pecuária; ou investidos em imóveis residenciais, ou até no aumento da propriedade para pecuária extensiva. Sendo assim, o algodão cultivado no interior nordestino

* A respeito do domínio das oligarquias rurais nordestinas e o empecilho deste domínio à modernização da economia agrícola nordestina, especialmente a pecuária e o algodão, culturas do sertão, indica-se: Manuel Correia de Andrade - *A Terra e o Homem no Nordeste*. Sobre o caso específico da Paraíba, vide o estudo de Eliete Queiroz de Gurjão - *Morte e Vida das Oligarquias - Paraíba (1889 - 1945)*.

nunca alcançou níveis de produtividade competitivos. Para completar, saliente-se o grave problema climático, pois sem investimentos em pesquisas e tecnologias, esta cultura ficava praticamente à mercê do clima pouco favorável.

É importante destacar o trabalho desenvolvido por representantes da indústria têxtil inglesa, nos anos vinte, com o objetivo de selecionar o algodão à importar. Para isso, os ingleses enviaram ao Brasil técnicos especialistas na produção e no beneficiamento de algodão, com vistas a melhorar a qualidade produzida e promover uma espécie de seleção das fibras para adequar-se ao maquinismo inglês.

As orientações foram muitas. Desde medidas de seleção de sementes, para obtenção de uma semente 'pura', até orientações no uso das máquinas de beneficiamento para "proteger" a fibra importada por eles. Desse trabalho, desenvolve-se no estado de São Paulo o principal resultado. Com mais de 50 "fazendas de sementes" e um forte aparato estatal, introduz-se em São Paulo o algodão herbáceo de fibra longa adequada aos interesses ingleses. Com técnicas de plantio e trato que aumentaram a produtividade e melhoraram a qualidade, o algodão paulista passa de uma média de 8% da produção nacional, no início da década dos 20, para 50% da produção nacional nos anos 30, desbancando o Nordeste da condição de principal produtor nacional⁴⁷.

Outro fator a destacar é o fato de a produção algodoeira nordestina ser, em sua maior parte, no semi-árido, em condições de sequeiro, o que é por si só, um fator explicativo para o não uso de insumos industriais no campo. E por sua vez, determinante em relação à produtividade e estrutura produtiva do setor, que o torna com poucas condições de competitividade.

A partir dos anos cinquenta, como vimos nos itens 1.1. e 1.2., o impulso industrializante e o processo de modernização da agricultura integraram o Nordeste a esta nova realidade. Neste

⁴⁷ Morcira e Santos (1994).

sentido, o Nordeste que já enfrentava com dificuldades a concorrência do algodão do Centro-Sul, passou a sofrer as conseqüências do seu atraso histórico na concorrência com as áreas mais desenvolvidas do país. À medida que se desenvolveu no país um intenso processo de industrialização, o Nordeste perdeu mercado e assumiu a condição de contrapeso do processo industrializante. Acredita-se que nos itens anteriores, conseguiu-se demonstrar que o processo de 'avanço industrial' do Centro-Sul ocorreu em detrimento do 'atraso' do Nordeste, como elementos que fazem parte do mesmo processo.

Esta é a primeira grande causa direta do declínio do algodão no Nordeste. A incapacidade de competir com o algodão paulista. Com o impulso industrial dos anos 50 e a modernização agrícola dos anos sessenta e setenta, a região integra-se ao mercado nacional como região subordinada, dependente. Ou seja, o capitalismo penetrou no interior nordestino já em sua fase monopolista e, portanto, subordinou as formas de produção existentes na região, como foi visto nos itens anteriores.

Por outro lado, o algodão nordestino também enfrentou a concorrência no mercado internacional e a forma como o país e esta região inseriram-se no capitalismo mundial foi também causa do declínio desta cultura. Assim apresenta o problema Auxiliadora Lemos: "*A frágil posição concorrencial do Brasil, no que se refere ao algodão, não decorre de uma produtividade física menor mas, sobretudo, da sua dependência como país vendedor num mercado dominado pelos compradores, pelos oligopólios dos países desenvolvidos, que comercializam e processam o produto. Estes, (...) decidem o volume e o preço do algodão comercializado no mercado mundial. Essa estrutura de domínio/dependência com relação ao mercado mundial, é um dos fenômenos condicionantes da crise e vulnerabilidade permanente da cotonicultura brasileira.*"⁴⁸

Porém, Auxiliadora percebe a questão da dependência frente ao mercado mundial, não como a principal causa dessa crise, pois a causa originante " *...são as contradições da*

⁴⁸ Maria Auxiliadora Lemos. Op. cit. p. 07.

organização sócio-econômica, caracterizada pelo domínio quase absoluto do latifúndio-associado aos negociantes (cooperativas, maquinistas, agro-industriais, bancos) e nas formas de regulação, isto é, nas políticas oficiais discriminatórias a favor dos grandes proprietários e comerciantes."⁴⁹

Quanto à produção nordestina, Lemos afirma: "*A vulnerabilidade da cotonicultura nordestina às flutuações do mercado mundial é maior que a do Sudeste e isto se manifesta numa evolução ziguezagueante da produção, de tendência basicamente declinante, especialmente da variedade arbóreo.*" Por fim, a autora aponta a estrutura produtiva nordestina como causa fundamental desta 'tendência declinante' da cotonicultura nordestina. "*(...) esta tendência declinante é resultado da ação das classes que monopolizam a maior parte das terras; ela prefere opções mais rentáveis que a produção de algodão consorciado, com produção de cana, mandioca, pastagens para expandir a pecuária. (...) Em síntese, a crise da cotonicultura só acarreta quebras irreparáveis para os trabalhadores, os quais perdem não somente o seu trabalho, em boa parte confiscado pelos donos da terra e pelo capital comercial mas, em muitos casos, perdem até a possibilidade de acesso à terra e, portanto, a possibilidade de produzir alimentos para a sua sobrevivência.*"⁵⁰

Na realidade, a estrutura agrária nordestina encontra-se na raiz da questão. Porém, o acesso à terra por parte dos pequenos produtores não significa aumentar a oportunidade. Pois essa produção, nos moldes em que se desenvolveu, é incapaz de concorrer com a produção do Centro-Sul. Portanto insuficiente para se capitalizar. No Centro-Sul, especialmente em São Paulo, observaram-se condições climáticas processo de desenvolvimento da agricultura favoráveis a sua capitalização e conseqüente modernização, alcançando altos níveis de produtividade.

Quanto ao mercado internacional, verificou-se que o Nordeste aumentou suas exportações a partir de 1956, quando o mercado interno passou a ser suprido pelo algodão

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Id. Ibid.

paulista e paranaense. Na tabela 1 é possível verificar o comportamento das exportações do algodão nordestino entre os anos de 1956 a 1971. Foi a partir de 1972, no entanto, que o mercado internacional fechou paulatinamente as portas às exportações nordestinas.

A crise econômica internacional que eclodiu a partir daqueles anos, fruto da 'crise do petróleo'; conjugado ao incremento a nível mundial da produção de fibras sintéticas, e por fim, as exigências de qualidade superior do algodão exportado; qualidades essas pouco acessíveis a uma região que produzia algodão 'artesanalmente', ou 'amadoristicamente'; fizeram o Nordeste e particularmente a Paraíba se retirarem do circuito de exportação de algodão no mercado mundial.

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO EM PLUMA DO NORDESTE
NA PRODUÇÃO REGIONAL
1956/71 (em toneladas)

Anos	produção (A)	Exportação (B)	% (B/A)
1956	148.724	6.108	4,1
1957	165.960	10.406	6,3
1958	107.232	10.720	10,0
1959	172.267	9.713	5,6
1960	215.289	22.073	10,3
1961	225.189	74.954	33,3
1962	217.850	32.501	14,9
1963	249.654	51.435	20,6
1964	224.367	60.444	26,9
1965	255.846	47.611	18,6
1966	209.165	50.211	24,0
1967	243.827	66.846	27,4
1968	262.952	44.345	16,9
1969	259.076	73.127	28,2
1970	155.075	33.084	21,3
1971	276.025	24.632	8,9

Fonte: CACEX e ETEA-M.A. - Extraído da publicação do Banco do Nordeste. Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste até 1980. Fortaleza, 1972

De acordo com os dados da tabela 1, o impulso da exportação do algodão nordestino, ocorreu na década de 1960. Para os técnicos do BNB, a crise algodoeira do Nordeste intensificou-se a partir do final dos anos 70. Neste sentido, outro elemento também é apontado como fator decisivo na crise do setor. É a penetração das fibras artificiais que aos poucos ganham fatias cada vez maiores do mercado, no setor de tecidos principalmente. No terceiro capítulo deste trabalho, quando apresenta-se a evolução da indústria têxtil algodoeira é apresentada a influência das fibras artificiais e sintéticas na redução do mercado para fibras vegetais, especialmente as do algodoeiro.

As exportações de algodão atingiram o mínimo ainda na década dos 70. Houve uma redução drástica, até chegar a ínfimos índices de exportação sequer computáveis em estatísticas. A tabela 2, evidencia esse processo a nível de Paraíba.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO DA PARAÍBA - 1972/1979
ALGODÃO NÃO CARDADO S/RAMA

ANOS	EXPORTAÇÕES (T)
1972	12.038
1973	5.844
1974	1.812
1975	20
1976	*
1977	*
1978	*
1979	*

Fonte: Banco do Brasil/ CACEX

Com o estreitamento do mercado, redução nas exportações por conta da perda de competitividade e com um alto grau de descapitalização, o setor produtivo de algodão no Nordeste e na Paraíba chegou aos anos 80 na exaustão. O 'bicudo do algodoeiro' apareceu então

como o golpe final contra esta cultura e os que com ela lidavam. No próximo item, aborda-se especificamente a crise algodoeira nos anos oitenta.

1.2.3 - A Crise dos Anos Oitenta e o Bicudo do Algodoeiro

Os anos oitenta surgiram para o pequeno produtor rural nordestino, anunciando dificuldades jamais imaginadas anteriormente. Estes, habituados aos sofrimentos impostos pelas constantes estiagens e suas pobreza históricas, são tomados, nos anos oitenta, por uma grave crise econômica, somando-se a terríveis e insistentes estiagens. Para completar o quadro desolador dos anos oitenta, ataca a cultura que lhes dava um pouco de rendimento - o algodão - a praga do 'bicudo do algodoeiro'.

No período de 1979-1983, o Nordeste foi dominado por longas estiagens que marcaram apenas as dificuldades impostas pela natureza. em 1979 as chuvas foram poucas e má distribuídas, com grande queda na produção algodoeira. Em 1980, repete-se o fenômeno de 1979, com o agravante da redução das chuvas. Em 1981, em algumas sub-regiões do Nordeste choveu muito, mas em períodos concentrados, faltando chuvas noutros períodos, caracterizando mais uma vez grande seca. Dessa forma, a produção continua a cair. Em 1982, praticamente não choveu e mesmo assim, as chuvas foram muito mal distribuídas. Em 1983, abateu-se sobre a região, uma das maiores secas de que se tem registro.

Desalentado, desestruturado e descapitalizado pela estiagem de cinco anos consecutivos, o pequeno produtor de algodão nordestino que conseguiu sobreviver a tão drásticas contrariedades foi apanhado por outro fator negativo à produção, a praga do bicudo do algodoeiro. Em 1983, a praga ataca na Paraíba, inicialmente na região agrestina, no município de Ingá. Depois avança sobre todo o estado. Ao final da década, o bicudo é uma realidade em toda região Nordeste.

As reações políticas e técnicas ao 'bicudo', demoraram, sobretudo diante das dificuldades vividas no período. Os agricultores descapitalizados e sem condições econômica de combaterem

tal praga, mantendo-se numa estrutura econômica regressiva historicamente, não conseguiram responder à praga e sucumbem com esta.

O Nordeste passa a ter nos anos oitenta uma grande onda de imigração. Agravaram-se as contradições sociais e o trabalhador rural sem meios para sobreviver dignamente no seu pedaço de chão, fugiu para a cidade. Para se ter uma idéia, pesquisas realizadas em cidades paraibanas de forte tradição algodoeira como Campina Grande, mostram que durante a década dos oitenta surgiram o maior número e as maiores favelas de sua história⁵¹, na maioria de ex-moradores da zona rural da região por esta cidade polarizada.

Aliado ao 'bicudo' e aos anos de estiagem, a década de oitenta trouxe também a crise financeira. Resultado de décadas de um modelo de desenvolvimento econômico baseado no financiamento externo, a economia brasileira tomou um profundo golpe quando, a partir do início da década os juros da dívida externa explodiram. O país, que teve muitas das grandes obras dos anos setenta erguidas com financiamentos a baixo custo, (do 'barato' dinheiro internacional), sofreu conseqüências imediatas quando os 'juros flutuantes' subiram.

O Brasil passou a orientar sua economia com vistas ao pagamento dos juros e serviços da dívida externa. Portanto, provocou uma redução das importações e um aumento extraordinário das exportações. Fruto desse modelo, cresceu a dívida pública interna. Os governos passaram a emitir papéis para cobrir os dólares dos exportadores. Este modelo desencadeou um processo inflacionário e uma tendência à recessão. A chamada 'estagflação' é resultado de uma política econômica voltada a saldar os compromissos internacionais.

Para Argemiro Brum, " *Sinteticamente pode-se afirmar que duas são as causas básicas da crise econômica nos anos 80: a redução da taxa de investimento e a redução da eficiência dos investimentos. (...) A taxa de investimento, que apresentou uma média anual de 26,8% na década de 70, baixou para uma média de aproximadamente 17% ao ano na década de 80. Esse declínio*

⁵¹ José Jonas Duarte da Costa. *O surgimento da favelas de Campina Grande*. Campina Grande, Mimeografado, 1989.

*decorre principalmente de dois fatores: a) a cessação dos empréstimos externos e aumento de transferência de recursos para o exterior para pagar o serviço da dívida externa; b) a redução da capacidade de poupança do setor público brasileiro, provocada pela queda da receita e aumento das despesas com juros, funcionalismo e custeio*⁵².

Importante destacar no entendimento da crise dos anos oitenta o fluxo de capital entre o país e o exterior. Entre 1972 e 1980 entraram na economia brasileira, em forma de empréstimos ou financiamentos internacionais, o valor de 62.849 milhões de dólares, saíram, na forma de amortização e pagamentos de juros, a quantia de 38.337 milhões de dólares. Portanto, nos anos 70, o saldo foi positivo em 24.512 milhões para a economia nacional. Aliás, este saldo é um dos principais fatores de crescimento econômico do país nos anos setenta, pois o Estado tinha condições de investir e gerar renda.

Com as alterações na conjuntura econômica internacional, a partir de 1979, e mais precisamente no início dos anos oitenta, o fluxo de capitais altera-se drasticamente, trazendo duras conseqüências à toda economia nacional. Para uma entrada, na mesma forma, no período 1979 - 1989, de 96.280 milhões de dólares, saíram, também na mesma forma a quantia de 198.690 milhões de dólares⁵³. A partir dos dados acima apresentados, depreende-se que migraram do país nos dez anos entre 1979-89, a quantia de 102.410 milhões de dólares. Esta é a forma de riqueza líquida, ou seja, o país transferiu a partir de sua riqueza produzida mais de cem bilhões de dólares em dez anos.

As conseqüências de tão violento desfalque na economia nacional foram imediatas. Na agricultura, o corte do subsídio ocorreu no primeiro ano de grandes proporções de fluxo negativo, em 1982. Logicamente o juros agrícolas começaram a subir. Os empréstimos para agricultura subsidiados. Embora majoritariamente para os grandes produtores, também era utilizado pelos pequenos. Neste particular, o depoimento de um pequeno proprietário, agricultor

⁵² Brum (1991)

⁵³ Op. Cit.

nordestino, é elucidativo. Disse ele: “ *O pobre no Nordeste só pôde plantar até o governo Figueiredo. Naquele tempo, quando chovia a gente ia no banco se inscrevia e o dinheiro que saía dava para pagar com lucro. Se não lucrasse, ainda tinha o perdão. Nós pequenos nunca deixamos de pagar o banco. Sempre que o banco emprestava o dinheiro, a gente pagava. Os grandes não pagava e o governo deixou de emprestar pra gente* ”⁵⁴.

Com o fim do subsídio para a agricultura, os juros dos empréstimos agrícolas tornaram-se impagáveis para os pequenos proprietários que se aventuram a praticar empréstimo, sendo mais uma forma de descapitalizar a agricultura nordestina. Este fato afeta diretamente o produtor de algodão nordestino que cultivava seu algodão consorciado e que reduziu sua área de produção agrícola como um todo e, conseqüentemente a do algodão. O processo de descapitalização do pequeno produtor nordestino agravou-se com as altas taxas de inflação e sua baixa rentabilidade, seja como assalariado rural ou como produtor.

No campo nordestino, a maioria dos trabalhadores assalariados, não tinham e não têm qualquer garantia trabalhista. Seus aumentos salariais ocorrem em conformidade com a vontade do patronato. Como na maioria, estes recebem por empreitadas ou diárias. Numa conjuntura inflacionária, portanto, seu salário é corroído rapidamente. Desorganizados e sem força sindical, estes perderam violentamente durante os anos de inflação. Além disso, com as seguidas estiagens dos anos oitenta, a mão-de-obra era farta, pressionando para baixo os salários do trabalhador da zona rural do semi-árido. Para os pequenos proprietários que se mantinham com venda diária do leite ocorreu processo idêntico. Estes, dispersos e desorganizados, não tinham e não têm poder de pressão sobre as usinas compradoras do leite, que majoravam o preço de venda, acompanhando o ritmo inflacionário, enquanto que na compra dos produtores, aumentavam quando queriam, sem qualquer pressão. Para completar, existia e existe ainda a figura do atravessador que ficava e fica com a maior parte da renda gerada na produção. Esse quadro perdurou nos anos oitenta e muitos dos pontos acima apresentados ainda persistem.

⁵⁴ Depoimento do vaqueiro *Zé Leiteiro*, em maio de 1996 em reunião na Associação dos Moradores de Linas, com o representante da EMATER sobre as causas da diminuição da área plantada no interior do Nordeste e especificamente da Paraíba.

No Nordeste, especificamente no setor agrícola, os efeitos da recessão dos anos oitenta se fazem sentir mais drasticamente. Para exemplificar as conseqüências deste processo na agricultura nordestina, é preciso compreender a evolução da 'modernização' da agricultura nesta região. Embora no processo de modernização da agricultura brasileira dos anos sessenta e setenta, o Nordeste tenha sido a região com o mais baixo índice de avanços técnicos; nos anos oitenta é a região de maiores perdas tecnológicas. Chega ao ponto de algumas maquinarias implementadas na região diminuírem em termos absoluto em relação ao início dos anos oitenta.⁵⁵

Especialmente para a produção algodoeira, os anos oitenta foram desfavoráveis. Com os problemas econômicos já apresentados acima, as conseqüências na cultura algodoeira fizeram-se sentir imediatamente. No início dos anos oitenta a produção de algodão no Brasil era suficiente praticamente para o consumo. O país praticamente não importava algodão, as alíquotas de importações eram altas e protegiam a produção nacional. As exportações também eram poucas. Em 1980, por exemplo, para uma produção de 557 mil toneladas, o país exportou apenas 9 mil e não importou. Naquele ano, o país consumiu 572 mil toneladas de algodão.

Talvez por estar passando a onda do consumo das fibras sintéticas, nos anos oitenta constata-se um aumento no consumo de algodão. Até 1983 há um crescimento tímido, no entanto, a partir daquele ano, o consumo nacional de algodão aumenta significativamente. Entre 1985 e 1989, cresceu cerca de 45% o consumo nacional. Porém a produção não cresceu na mesma proporção. Na realidade, após alguns anos de crescimento, a produção algodoeira no país chega ao final da década dos oitenta nos mesmos níveis da metade da década.

Grave neste período para a produção algodoeira nacional foi a política de importação levada a cabo nos governos Sarney e Collor. Sem qualquer incentivo ou desenvolvimento de estratégia de recuperar o setor produtivo de algodão, baixaram as alíquotas de importação do produto ao nível mínimo. Em 1986, a alíquota era de 55% para o algodão importado; em 1988

⁵⁵ Cf. José Jonas Duarte da Costa e Roberto Macagnam. *Indicadores de "Modernização" da agricultura brasileira: 1980 - 1985*. Campina Grande, UFPB, 1992.

chegou à 10% e, em 1991, o governo Collor reduziu para zero, agravando ainda mais a situação dos produtores⁵⁶.

Com a redução nas alíquotas de importação, passa a entrar no país algodão à preço inferior aos preços internos. Numa conjuntura inflacionaria, logicamente este processo de abertura ao algodão estrangeiro prejudicou ainda mais o produtor nacional. Numa pesquisa sobre **'O algodão na região do compartimento da Borborema após o aparecimento do bicudo-do-algodoeiro'**, Lemos e Santos discutem a evolução da produção algodoeira no Brasil, Nordeste e Paraíba. Afirmam: *"Considerando o período 1973/1974 a 1986/1987, a área colhida com algodão no Nordeste do Brasil atingiu seu pico no ano agrícola 1976/1977.(...) Sua trajetória tem sido descendente a partir de então, alcançando, em 1986/87, o nível de 1,03 milhão de hectares, cerca de 32% da área de 1976/77. (...) Na paraíba, estado onde se localiza a região estudada neste trabalho, pode-se observar, (...) que a maior área com algodão arbóreo ocorreu também em 1976/77, mantendo-se, nos quatro anos agrícolas seguintes, em torno de 465 mil hectares. Nos dois últimos anos do período seco de 1979/83, ela se reduziu, continuando a cair durante o período de propagação do bicudo. Em 1986/87, ela atingiu 19% daquela de 1976/77. A área colhida com algodão herbáceo, a exemplo da região Nordeste, teve tendência ascendente nos anos agrícolas 1983/84 e 1984/85. Na safra 1986/87, ocorreu uma redução bastante significativa, alcançando cerca de 7% da maior área colhida no período em estudo, aquela do ano agrícola de 1980/81"*⁵⁷.

Por fim os autores concluem: *"1- O bicudo-do-algodoeiro aumentou a fragilidade do sistema de produção tradicional e acelerou o processo de empobrecimento do pequeno cotonicultor da região do Compartimento da Borborema, chegando, em muitos casos, principalmente entre os não proprietários, a expulsá-los da atividade agrícola. 2- A produção de algodão no Compartimento da Borborema foi praticamente extinta a partir de 1986. 3- Dos produtores de algodão entrevistados, 64% não combatem as pragas, 83% não conhecem técnica*

⁵⁶ Santos et. all. - Conjuntura Nacional do Algodão, 1995.

⁵⁷ Santos e Barros In: SOBER (1989)

de produção diferente daquelas que normalmente utilizam, e todos afirmaram não conhecer outro produto que substitua, economicamente, o algodão. 4- Entre os motivos que justificam a utilização de técnicas tradicionais na produção do algodão no Compartimento da Borborema, destacam-se a falta de dinheiro e de um nível de educação que permita aos produtores se livrarem da prática de produção que está arraigada pelos seus níveis culturais; a dificuldade de obter informações de como utilizar as novas técnicas de produção, e a não-disponibilidade de alguns insumos necessários para aplicação dessas técnicas, como a semente selecionada. 5- A maioria dos produtores que deixaram de plantar algodão, principalmente os proprietários, continuam no campo. O milho e feijão, devido às suas instabilidades de preço, não constituem renda certa para os pequenos proprietários. E os grandes, criando gado, alguns produzindo sisal e outros começando a plantar árvores frutíferas. É preocupante a migração dos jovens, que voltou a se acelerar com a seca de 1987”⁵⁸.

Embora o texto acima transcrito trate de uma pesquisa sobre o compartimento da Borborema no estado da Paraíba, sem dúvidas, reflete o que ocorreu na atividade cotonicultora no Nordeste, na década dos oitenta. Combinando esta análise que aborda praticamente, os efeitos do bicudo-do-algodoeiro sobre esta cultura, com a análise anterior que aborda os efeitos da crise econômica sobre a mesma cultura nos anos oitenta, têm-se um quadro daquela cultura no período

⁵⁸ Op. Cit.

CAPÍTULO 2

2- A Evolução da Produção Algodoeira Paraibana

Este capítulo descreve a trajetória da cultura do algodão na Paraíba. Desde seu uso inicial, ainda na lógica indígena, percorrendo seu ápice como produto fundamental para agricultura, indústria e comércio do estado, até sua crise e declínio.

O algodão é uma cultura milenar. Seus primórdios são desconhecidos em sua plenitude. Há indícios de ter se originado na Índia, no Paquistão ou em outras regiões do Oriente Próximo. No entanto, é certa sua existência há centenas de anos no continente americano. Mesmo antes dos europeus aportarem neste território e colonizá-lo, seus nativos cultivavam o algodão. São muitas as evidências da existência desta fibra na América Pré-colombiana. Seu cultivo entre os primitivos tinha várias finalidades: desde a utilização em ritos culturais até o uso para vestimentas. Sempre se deu de forma primitiva e para o suprir necessidades diárias dos usuários, como as demais produções nativas. Porém, com a inserção das américas nas relações mercantis mundiais, a partir do século XVI, e mais precisamente a partir do século XVIII com a revolução industrial e o desenvolvimento da indústria têxtil européia (basicamente inglesa), o algodão passa a desempenhar decisivo papel no processo de expansão capitalista mundial. Neste contexto, as áreas produtoras de algodão em todo o mundo integram-se à lógica industrial e à tendência de desenvolvimento mundial.

A Revolução Industrial criou grande demanda por algodão. À medida que se desenvolviam máquinas de fiar e tecer com maior capacidade produtiva, mais se necessitava de algodão e de sua fibra propícia ao desenvolvimento industrial. Neste 'boom' inicial do algodão, regiões brasileiras inseriram-se no mercado mundial através da produção e exportação da mercadoria. Nesta fase, o grande produtor brasileiro foi o estado do Maranhão. Assim se referem a esta fase da cotonicultura brasileira os autores Moreira e Santos: "*Os agentes responsáveis por este*

expandiu-se. Segundo Vasconcellos, *“Pode-se adiantar, como hipótese, que nos períodos de alta cotação do algodão, as terras destinadas à implantação ou expansão da cultura de algodão, eram aquelas ocupadas antes por agricultura de subsistência, geralmente de melhor qualidade após as dos canaviais, e é bem possível que em todo o período de decadência da economia açucareira tenha havido uma maior tendência em permanecer estacionária a área plantada com cana, que a sua contração”*.⁶⁴

Contudo, as mudanças mundiais não cessavam. O século XX nasceu com alterações no panorama internacional. A disputa inter-potências capitalistas em busca de novos mercados desenvolvia-se numa atmosfera belicosa. A Europa preparava-se para ser palco de mais uma guerra de anexações. A crise desencadeada pela superprodução e pelo estreitamento relativo do mercado europeu levou aqueles países a migrarem capitais para áreas com baixo nível de industrialização. Além disso, as matérias-primas de suas indústrias encontravam-se nestas regiões do planeta.

Foi neste contexto histórico que no Brasil tomou impulso o processo de industrialização iniciado timidamente na segunda metade do século XIX. A ascensão do café à condição de principal produto de exportação nacional havia transferido a dinâmica econômica do **Nordeste açucareiro-algodoeiro** para o **Sudeste cafeeiro**. Ocorreu, neste período, o fim do trabalho escravo e a migração da mão-de-obra nordestina, europeia e asiática para aquela região. Foi sobretudo nesta área, produtora e exportadora do café brasileiro, que se acumularam os capitais suficientes para desenvolver a indústria nacional.

Culminando com essas condições favoráveis à industrialização brasileira, ‘estourou’ na Europa a I Guerra Mundial. Este conflito bélico impediu que muitas das indústrias localizadas no velho continente desenvolvessem normalmente suas atividades, fazendo com que houvesse carência dos produtos daquela região, propiciando o desenvolvimento de uma indústria doméstica. Neste aspecto há quase uma unanimidade entre os historiadores brasileiros. Por

⁶⁴ Ibid., p. 30.

exemplo, Nelson Werneck Sodré, afirma "... o investimento industrial assinala, com altos e baixos, uma aceleração de ritmo em seu desenvolvimento, que denuncia a influência da Primeira Guerra Mundial: até 1870, havia sido investido na indústria 2,2% do total (admitindo o investimento total como decorrente do operado entre 1849 e 1919); entre 1880 e 1884, o investimento constituiria 7,8% do total; entre 1885 e 1909, aquele investimento representaria 46,4% do total. (...) Em períodos mais largos, o dimensionamento assinala o contraste entre um crescimento de 5% de 1850 a 1879, e de 92,3% de 1880 a 1919." ⁶⁵

Como se sabe, a primeira e mais importante indústria a expandir-se no Brasil foi a indústria têxtil. Esta, nascida no Centro-Sul, abasteceu-se inicialmente do algodão nordestino. Também desenvolveram-se neste período, espalhadas pelas fazendas interioranas, indústrias de beneficiamento lã e do algodão.

Nos anos vinte, a região Nordeste ainda destacava-se como a principal produtora de algodão do país. Mesmo com o algodão desta região apresentando baixíssima produtividade, este produto espalhou-se nas terras tórridas do semi-árido. Quase sempre consorciado com a pecuária extensiva, o algodão consolidou as relações de trabalho seculares no interior nordestino, e até reforçou as plantações de 'meia', a 'parceria' e todas as conhecidas formas desenvolvidas com a pecuária.

Na Paraíba, o algodão que aos poucos foi ganhando espaços entre as plantações de cana das usinas, nas baixas do Paraíba e Mamanguape, expandiu-se neste período por terras secas e pedregosas. A possibilidade de consorciar com as culturas de subsistência como o feijão, milho e a fava fez do sertanejo, pequeno ou grande proprietário, um plantador de algodão. Assim, a Paraíba assumiu nos anos vinte deste século a condição de principal produtor nacional. No entanto, o resultado, em termos de tributos aos cofres estaduais não cresceu na proporção da produção, pois grande parte deste produto era escoada via Pernambuco. Para alguns autores, este foi um dos fatores que prejudicaram o produto na Paraíba. O fato de uma dupla tributação

⁶⁵ Nelson Werneck Sodré. *Radiografia de um Modelo*. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 62/63.

encarecia o produto para exportação, tornando-o menos competitivo no mercado internacional⁶⁶. Associando o que acabamos de comentar a outros fatores determinantes na (des)motivação da produção de algodão no estado, os produtores diretos não se viam estimulados a continuar expandindo suas áreas de cultivo. Entretanto, a produção estadual aumentou consideravelmente, contradizendo os elementos teóricos que apontavam sua diminuição. A tabela 4 mostra a evolução da produção do algodão nos principais estados produtores na década dos 20, no período que vai de 1921 a 1926, quando a Paraíba alcançou a condição de maior produtor do país.

TABELA 4

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DO BRASIL: SAFRAS 1921/1926 (EM TONELADAS).

Estados	1921-22	Índice	1922-23	Índice	1923-24	Índice	1924-25	Índice	1925-26	Índice
CE	15.772,1	100	16.551,7	104,9	17.050,5	108,1	21.627,5	137,1	18.500,0	117,2
MA	11.406,3	100	10.885,3	95,4	11.025,3	96,6	15.810,9	138,6	12.900,0	113
PB	12.248,3	100	13.098,1	106,9	13.633,8	111,3	18.715,9	152,8	20.600,0	168,1
PE	11.160,3	100	12.754,4	114,2	13.408,5	120,1	19.380,6	173,6	16.500,0	147,8
SP	22.805,0	100	27.886,5	122,2	30.418,1	133,3	38.435,4	168,5	17.613,0	77,2

Fonte: *Diretoria Geral de Estatística - Recenseamento Geral do Brasil, 1920. Publicado em 1927.*

De acordo com os dados acima, a Paraíba obteve no período um crescimento na produção algodoeira próximo aos 68%, com um crescimento médio, por safra, de 17,02%. Os demais estados na referida tabela relacionados não passam de um crescimento médio por safra dos 5%, com exceção de Pernambuco que tem uma taxa média de crescimento de 11,95%. O estado de São Paulo, deteve no período, a mais baixa taxa de crescimento da produção algodoeira no país. Com variações anuais muito grande, este estado apresentou-se com uma taxa de crescimento positiva até a safra 1924-25, caindo enormemente na safra 1925-26.

⁶⁶ Silvano Alberto de Vasconcellos. Op. cit., p.27.

Esta queda de produção no algodão paulista na safra 25-26 decorreu basicamente de dois fatores interligados entre si. O primeiro, o fato de a produção paulista ser basicamente de algodão herbáceo (anual); e o segundo, a migração em 1924 para a produção de café, devido ao aumento do preço do produto no mercado internacional e as garantias governamentais ao café, no referido período. No Nordeste, a predominância do algodão arbóreo e o aumento das áreas plantadas no período o colocaram como a principal região produtora nacional. No entanto, a crise de 1929 e as mudanças políticas que afetaram o país alteraram rapidamente este quadro na década dos vinte. A partir dos anos trinta, o estado de São Paulo passou a ser o grande produtor nacional de algodão e a determinar os rumos desta cultura.

A produção de algodão no estado de São Paulo teve seu primeiro impulso a partir de 1919, após a geada de 1918, que afetou em muito as plantações de café daquele estado; fazendo com que, alguns agricultores migrassem para uma cultura temporária com períodos mais curtos em seu ciclo produtivo. Esta cultura foi o algodão. O algodão herbáceo foi o escolhido por conseguir maior produtividade e também por ter fibra média, que já predominava nas tecelagens inglesas.

A produção de algodão em São Paulo variou de acordo com o mercado internacional/nacional e de acordo com os preços do seu 'competidor' principal, o café. Nos anos 20, em virtude do café ter atingido preços altos, o algodão teve quedas naquele estado. Com a crise de 1929 e a queda dos preços internacionais do café, houve uma forte transferência de agricultores daquela produção para o cultivo do algodão, entre outras culturas. E, em 1932, São Paulo já era o principal produtor de algodão do Brasil, conquistando mercados antes ocupados pelo algodão nordestino.

Com a perda de mercado, a produção de algodão nordestino começa a declinar neste mesmo período. À medida que os produtores paulistas se especializavam, aumentavam sua produtividade. No Nordeste as características da produção emperravam este processo, fazendo com que a região fosse superada em pouco tempo. Sobre esta concorrência entre o algodão

nordestino e o paulista, assim se refere Alcir Veras: “ *Estando a economia algodoeira estabelecida sob uma base espacial dispersa no interior do Nordeste, em condições ecológicas adversas ao sistema de cultivos intensivos e muito freqüentemente consorciada com outras culturas e com a pecuária, o algodão nordestino não poderia competir com os preços ditados por regiões especializadas*”⁶⁷.

A baixa produtividade e as próprias características de produção do algodão indicavam um princípio de crise da cotonicultura nordestina e, no caso específico, da paraibana. Medidas governamentais foram adotadas, nos anos trinta, teoricamente com o objetivo de tornar competitiva a produção estadual. Em seu estudo sobre as oligarquias paraibanas, Eliete Gurjão descreve este período para a cotonicultura paraibana e as medidas do interventor federal no estado naqueles anos, como também a reação dos produtores e comerciantes, ante as medidas governamentais e os produtores paulistas. “ *Face ao êxito da lavoura paulista em 1932, no ano seguinte, os comentários da imprensa local concentram-se nas especulações a cerca dos motivos da perda de hegemonia da produção do Nordeste. Invocavam motivos de ordem climática, os processos rotineiros e as deficiências técnicas. O governo estadual anunciou medidas mais sérias para melhorar a produção - distribuição de sementes selecionadas, divisão racional das zonas de cultura, proibição de soltar gado nas plantações do arbóreo - inclusive, importação de sementes de São Paulo*”⁶⁸.

Ao mesmo tempo, medidas governamentais favoreciam os produtores paulistas em detrimento dos nordestinos. “ *O Serviço do Algodão, por sua vez, adotou medidas em prol do aumento da produção e da melhoria de sua qualidade. Passou-se, a partir de então, a exigir que a produção algodoeira da Paraíba fosse racionalizada dentro de critérios impostos pelos órgãos oficiais. Tratava-se portanto, da imposição do equivalente geral, (...) que estabelecia teoricamente condições iguais para diversas regiões produtoras, mas, no entanto, favorecia o Sudeste que tinha melhores possibilidades de atender às exigências decretadas. (...) Com o*

⁶⁷ Alcir Veras da Silva. *Algodão e indústria têxtil no Nordeste - Uma atividade Econômica Regional*. Natal, Universitária, 1980, p. 31.

⁶⁸ Eliete Queiroz de Gurjão. *Morte e Vida das Oligarquias, Paraíba (1889 - 1945)*. João Pessoa, Universitária, 1994, p. 135.

crescimento da demanda internacional e a alta do preço do algodão no início da década de trinta, abre-se uma polêmica entre os comerciantes locais e industriais têxteis do Sudeste. Estes pedem a intervenção do governo federal para forçar a baixa do preço, provocando a revolta dos comerciantes locais, que afirmavam ser uma pretensão absurda e lembravam os inúmeros sacrifícios que o governo tem feito para defender o café sem que o Nordeste reclamasse. Assim, não obstante a conjuntura favorável dos mercados externos à demanda e preços do algodão, a burguesia industrial-têxtil do Sudeste procurava forçar sua baixa, inclusive importando algodão brasileiro que estava estocado em Liverpool e, ainda mais, exigindo a dispensa das tarifas alfandegárias”⁶⁹.

Gurjão ainda cita o alerta do delegado da Superintendência do Serviço do Algodão na Paraíba, João Maurício de Medeiros, que em 1932 assim se pronunciava: “... nenhuma dúvida nos assiste neste particular, tendo já a *Delegacia do Algodão* dado a conhecer seu ponto de vista a respeito, no relatório ao Sr. Interventor federal. (...) São Paulo, que sempre foi o nosso principal mercado, já está produzindo e em grande quantidade, algodão de fibra curta superior ao nosso, dado o conjunto de qualidades que reúne e que às do nosso sobrepõem, tais como comprimento e uniformidade, principalmente... . O delegado do Serviço do Algodão na Paraíba ainda acrescentou que, “ São Paulo preparava-se para a produção de algodão de fibras médias e longas em quantidade suficiente para abastecer a sua indústria o que implicaria na perda do mercado paulista e redundaria no fatal comprometimento do comércio da Paraíba”. Por fim, as reclamações do Sr. Maurício de Medeiros deixam clara a política governamental para o algodão na Paraíba. “... melhor do que ninguém do futuro que nos aguarda se não cuidarmos seriamente do nosso algodão, em seu benefício empregando o estado pelo menos 10% da renda proveniente de sua exportação, d’esse algodão, e não apenas 2% dessa renda, como vem acontecendo...”⁷⁰

As palavras do Sr. delegado do Serviço do Algodão foram proféticas. Nos anos trinta, a Paraíba perdeu a hegemonia do algodão no Brasil e, a partir de 1942 a Paraíba perdia também a

⁶⁹ Ibid., p. 135. (o grifo é nosso)

⁷⁰ Id. Ibid., pp. 133 e 134.

condição de principal produtor nordestino. Embora os setores sociais envolvidos com a cotonicultura neste estado alertassem para as inovações e os incentivos necessários à manutenção do negócio do algodão no estado, os governantes faziam vistas grossas com uma política de descapitalização do setor. De acordo com os dados apresentados por Gurjão (1994), a arrecadação tributária do estado, com algodão, nos anos de 1934/35/36/37/38 correspondia respectivamente aos seguintes percentuais: 73%, 78%, 75%, 84% e 63% . No entanto, durante todo esse período foram investidos em pesquisa, seleção de sementes e, por fim, em fomento à cultura do algodão, apenas 2% a.a.⁷¹ .

Mesmo assim, a produção de algodão continuou a crescer na Paraíba. Descartando o período de 1930 a 1932, quando a produção do algodão teve quedas bruscas, as demais safras apresentaram um aumento no volume bastante significativo. De acordo com a tabela 5, a seguir, a Paraíba atingiu o auge de sua produção, no ano de 1940, em plena segunda guerra mundial. Observa-se também que, entre 1930 e 1932, ocorreu uma das maiores secas do Nordeste, causa indiscutível da grande queda ocorrida na produção de algodão destes anos na Paraíba.

Verifica-se ainda na mesma tabela que só houve queda na produção estadual a partir dos anos 40. Até então, percebe-se um intenso e constante aumento da produção algodoeira no estado. Mesmo sendo o algodão - do final dos anos 40 ao início dos anos 80 - o principal produto do estado (período de profundas transformações na economia nacional, quando ocorreu um intenso processo de 'modernização' da agricultura brasileira, e em algumas áreas do Nordeste), observa-se praticamente a mesma taxa de produtividade (na cultura do algodão paraibano), apesar das profundas mudanças econômicas ocorridas neste período, com isso, chegamos à conclusão de que não houve nesta agricultura, ao longo destes anos, mudanças importantes quanto às técnicas e características de produção no estado da Paraíba.

Embora a colheita de 1975 tenha demonstrado um surpreendente aumento na produção algodoeira do estado (que teve entre o período de 1940 e 1970 uma queda de 47,9% no volume

⁷¹ Ibid.

de sua produção), isto não representou uma recuperação desta cultura, pois observa-se a seguir nova violenta queda na produção.

É fácil perceber o declínio da produção algodoeira na Paraíba, observando-se a perda relativa de sua participação no total da produção nacional. Da condição de um dos maiores produtores nacionais, no início do século, o estado transformou-se num insignificante produtor, com uma participação na produção nacional inferior a 2% na última década do século.

TABELA 5
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NA PARAÍBA
E EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ESTADUAL A NÍVEL NACIONAL: 1919/1992

ANOS	PRODUÇÃO (t)	AREA (ha)	RENDIMENTO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NACIONAL EM %
1919	11.932	--	--	10,7
1930	18.000	--	--	--*
1940	103.347	--	--	8,04
1949	74.886	325.429	230,13	9,73
1959	89.021	431.105	206,99	9,30
1970	53.817	323.827	166,19	4,26
1975	107.670	580.356	185,50	3,55
1980	49.698	409.079	121,48	1,14
1985	66.961	315.619	212,15	2,85
1991	24.872	82.307	302,18	1,32
1992	18.480	91.760	201,39	0,95

Fonte: FIBGE. Censo Agrícolas e Agropecuários de 1930 a 1985. Anuário Estatístico de 1994.

* Não se conseguiu dados sobre a produção de algodão no Brasil neste ano.

Fazendo um quadro comparativo da evolução da produção algodoeira no estado da Paraíba com o estado de São Paulo, verifica-se uma gigantesca diferença no que tange à produtividade e, sobretudo, no que se refere a evolução desta produtividade. Claro está que esta diferença diz respeito não só as condições climáticas, mas, sobretudo, às características de

produção e à inversão de capitais ocorridas nestas áreas. A tabela 6, a seguir, evidencia estes contrastes.

TABELA 6
EVOLUÇÃO COMPARATIVA DA PRODUÇÃO E RENDIMENTOS DA CULTURA
ALGODOEIRA ENTRE PARAÍBA* E SÃO PAULO

ANOS	PARAÍBA			SÃO PAULO		
	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)
1940	103.347	----	----	840.597	--	--
1949	74.866	325.404	230,13	445.559	723.828	615,55
1959	89.021	431.105	206,49	442.046	408.297	1.082,65
1970	53.817	323.827	166,19	610.222	531.099	1.148,97
1975	107.670	580.356	185,50	394.736	292.498	1.349,53
1980	49.698	409.079	121,48	433.388	236.687	1.831,05
1985	66.981	315.619	212,15	571.022	325.579	1.753,86
1991	24.872	82.307	302,18	438.700	243.600	1.800,93
1992	18.480	91.760	201,39	397.625	230.000	1.728,80

Fonte: FIBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários de 1950, 1960, 1975 e 1985 e, o AEB de 1994.

Na Paraíba, à medida que o algodão penetrou sertão adentro, organizaram-se as relações sociais de produção que envolviam o produto. Estas, em sua maioria, dominadas pela estrutura agrária montada no latifúndio e no binômio Pecuária-algodão. Silvano Vasconcellos assim relata a penetração do algodão no interior paraibano: *“Deve-se levar em conta, também, que o algodão, quando foi quase que totalmente deslocado para o agreste e sertão, sempre fora encarado como uma atividade secundária, já que a hegemonia pertencia à pecuária, embora a atividade algodoeira frequentemente proporcionasse rendas superiores a atividade criatória. (...) Entretanto, o excedente proporcionado pelo algodão dificilmente retornava à lavoura em forma de benefícios para capitalizá-la, ou seja, através de fertilizantes, implementos, defensivos,*

* Para efeitos comparativos, calculou-se o rendimento do algodão paraibano reunindo o algodão herbáceo e o arbóreo. Porém, para estudos a níveis técnicos e mesmo econômico há que diferenciar as duas espécies, vistos que os parâmetros de produtividade não podem ser os mesmos. Por isso, no final deste capítulo há um item dedicado a cada espécie.

sementes selecionadas etc. Sendo certamente aplicado na atividade principal; a pecuária ou mesmo fora do setor, geralmente na aquisição de imóveis. Todos esses fatores, aliados ao baixo nível de informação do homem do campo, o lavrador propriamente dito, resistente ou sem acesso às inovações tecnológicas e aos métodos racionais de cultivo, fizeram com que a Paraíba aumentasse sua produção muito lentamente, aumento esse proporcionado mais pela incorporação de novas terras que pela melhoria de produtividade das lavouras".⁷²

Com um baixo nível de produtividade e praticamente nenhuma inovação tecnológica, o algodão na Paraíba foi definhando. Sem condições de concorrer com as altas produtividade alcançada pelo estado de São Paulo e depois por outros estados brasileiro, o algodão paraibano foi perdendo mercado até emaranhar-se na crise atual. Para compreender esse processo, necessita-se entender como desenvolveu-se a cultura do algodão no estado. Desta forma, o item a seguir procura mostrar o processo de ocupação do algodão nas diferentes microrregiões paraibanas e as diversas formas por ele assumida, nestas áreas do estado.

2.1.1- A migração do algodão na Paraíba: do litoral ao sertão

O algodão produzido no Nordeste tinha características de fibras longas, e por conter quase sempre baixa umidade, adequou-se facilmente às nascentes fábricas têxteis. Assim, o algodão, durante a Primeira Guerra, voltou a desenvolver-se em território paraibano. Nesta nova fase, o algodão consolidou-se sertão adentro. Como sertão, nos referimos a toda área da Mesorregião do sertão paraibano. Na denominação do (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) IBGE; aí incluem-se os cariris velhos, o seridó, atualmente subdividido numa área também denominada de curimataú; Depressão do Alto Piranhas, Sertão de Cajazeiras, Serra do Teixeira e Sertão de Catolé do Rocha.

Os dados que apresentam o estado da Paraíba como o principal produtor de algodão do Brasil na década dos 20 ainda apresentam os municípios das áreas úmidas do estado como os maiores produtores. É importante frisar que aparece neste período o algodão arbóreo como o

⁷² Silvano Alberto de Vasconcellos. Op. cit., p.40.

mais cultivado no estado. Porém, verifica-se que na região do baixo Paraíba e nos brejos do Piemonte da Borborema a presença do herbáceo já era bastante significativa, sendo um dos principais fatores da superioridade produtiva desta microrregião sobre o sertão.

Nesta área do estado da Paraíba, onde a umidade é mais alta e a escassez de chuvas menor, cultivou-se durante muitos anos apenas a cana-de-açúcar. Aproveitando-se das facilidades do cultivo, da qualidade do solo e da oferta d'água disponível, os senhores de engenho cobriram as margens dos rios Mamanguape e Paraíba de cana, ficando o algodão como cultura marginal. Esta área tem como principais municípios: Mogeiro, Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, São Miguel de Taipú, Pedras de Fogo, Gurinhém, Marí, Sapé, Cruz do Espírito Santo e Santa Rita, margeando o Paraíba; e os municípios de Itapororoca, Mamanguape e Rio Tinto banhados pelo rio Mamanguape.

Além destas áreas, onde a monocultura da cana impedia o florescimento da cultura algodoeira, havia os municípios agrestinos com alta umidade, média pluviométrica elevada e com distribuição de chuvas mais regulares. Estas áreas nas encostas do Planalto da Borborema foram as primeira onde se cultivou o algodão em escala comercial, consorciado à pecuária. Isto ocorreu também nos brejos localizados no alto da Serra da Borborema.

Na região da cana, o algodão ocupava áreas secundárias, pois as melhores terras estavam ocupadas por cana-de-açúcar. Silvano de Vasconcellos mostra que quando aumentou a área destinada ao algodão nestas regiões do estado, não houve uma redução na área da cana-de-açúcar. As áreas que se destinavam ao cultivo do algodão eram áreas antes ocupadas por culturas de subsistência. Isto indica que quando se tornava lucrativo, os senhores das terras ocupavam as áreas de produção de subsistência, antes cultivadas pelos moradores e trabalhadores dos engenhos e usinas de cana. Mesmo assim, nos latifúndios da zona da mata, nas pequenas propriedades do agreste e do brejo e (nas imensidões sem cerca) e na seca dos sertões, o algodão foi se desenvolvendo na Paraíba, no final do século XIX e início do século XX. *"Enquanto na mata predominavam a cana e o algodão, no agreste, pequena e média propriedade criatória e o*

algodão, no sertão, a grande propriedade criatória e o algodão, no brejo predominavam as culturas alimentares, ...⁷³.

A organização geográfica da produção algodoeira na Paraíba é muito importante para a compreensão de sua evolução ao longo dos anos, como também para se entender como este estruturou-se nas relações de produção e nas suas características produtivas. As diferenças climáticas e de estrutura agrária foram fatores determinantes no tipo e na forma de produção.

TABELA 7
PRINCIPAIS MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS
PRODUTORES DE ALGODÃO DA PARAÍBA EM 1919

MICRORREGIÕES *	TOTAIS	MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (T)
AGRESTE DA BORBOREMA	598,9	CAMPINA GRANDE	232,4
		INGÁ	366,5
AGRO-PASTORIL DO BAIXO PARAÍBA	404,0	PILAR	404,0
CARIRIS VELHOS	460,1	CABACEIRAS	127,4
		MONTEIRO	204,5
		SÃO JOÃO	128,2
CURIMATAU	111,7	ARARUNA	111,7
DEPRESSÃO DO ALTO PIRANHAS	260,0	PATOS	58,0
		PIANCÓ	95,3
		SANTA LUZIA	68,0
		SOUZA	38,7
LITORAL PARAIBANO	179,2	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	179,2
PIEMONTE DA BORBOREMA	48,3	ALAGOA GRANDE	48,3
SERIDO PARAIBANO	37,8	PICUI	37,8
SERTÃO DE CATOLÉ DO ROCHA	83,0	CATOLÉ DO ROCHA	83,0
SERTÃO DE CAJAZEIRAS	78,2	CAJAZEIRAS	78,2

FONTE: Diretoria Geral de Estatísticas - Censo Geral de 1920
*MICRORREGIÕES DEFINIDAS PARA O CENSO AGROPECUÁRIO DE 1985

⁷³ Ibid., p. 23.

Os dados da tabela 7 evidenciam as disparidades entre a produtividade das regiões úmidas e das semi-áridas, no início do século. Um dos fatores determinantes nessa diferença é o clima. À medida que na 'Zona da mata', em municípios como Pilar e Cruz do Espírito Santo há uma certa regularidade das chuvas, com médias pluviométrica anuais de aproximadamente 1000 mm., município como o de Cabaceiras, no centro da microrregião dos cariris velhos, teve uma média pluviométrica, registrada no início do século inferior a 400mm ao ano, sendo considerada a mais baixa do Brasil.

Se agrupar-se os municípios por mesorregiões, ou seja, dividir-se entre a área úmida, ou que tem pluviosidade mais regular, e a área que envolve o semi-árido; percebe-se mais nitidamente a presença do clima como fator determinante da produção algodoeira do estado. Colocando no mesmo grupo os municípios do agreste, litoral, agro-pastoril do baixo Paraíba e piemonte da Borborema, obtém-se um total superior a 1.091 toneladas, ou 69,89% do algodão do ano de 1919. Por outro lado, agrupando os municípios do semi-árido, ou seja, dos cariris velhos, depressão do alto Piranhas, curimataú, seridó, sertão de Cajazeiras e sertão de Catolé do Rocha; chega-se a um total de apenas 470,7 toneladas - 30,14%. Conclusão: para uma área do estado bem maior, verifica-se uma produção menor do que a metade da produção da área de clima mais favorável. Deve-se salientar que nas áreas mais úmidas há uma predominância do algodão herbáceo, de maior produtividade, salientando o que já foi dito antes.

Estes dados empíricos apresentam a dimensão da dependência do clima vivido pelos agricultores paraibanos ao longo destes anos. A problemática do clima completa-se com as condições das terras das áreas do semi-árido. Há uma maior identidade de clima e solo entre os grupos do curimataú, seridó e cariris velhos. Como também, no grupo dos vários sertões paraibanos.

Nas áreas colocadas no grupo dos 'cariris', o ambiente hostil à agricultura se completa com as características dos solos. Estes, com grande parte da superfície coberta de pedras, na maioria rasos, onde com menos de um metro abaixo da superfície defronta-se com material conhecido por 'Piçarra', impenetrável por raízes. Com isso tem-se como predominante nesta área uma

vegetação rasteira que passa grande parte do ano seca. Um solo compactado, dificultando a penetração das águas, juntamente com muito sol faz com que a evaporação deste líquido ocorra rapidamente.

Por outro lado, o tipo e as formas de cultivo de algodão desenvolvidos nestas microrregiões do semi-árido são bastante diferentes dos cultivados na área úmida da mata. Na mata, o algodão era cultivado nas áreas baixas, onde também se cultivavam as lavouras de subsistência dos moradores dos engenhos. Estas terras geralmente tinham bom nível de fertilidade. Como já se falou anteriormente, os senhores de engenho plantavam algodão não como substituto da cana, mas como ocupante das áreas antes destinadas às lavouras de subsistência. Isto ocorria quando o preço do algodão alcançava níveis altos no mercado internacional. Portanto, a lavoura predominante na agricultura da 'mata' era de caráter temporário. Desta forma, no caso do algodão, predominou o algodão herbáceo(Branco ou Mata, como ficou popularmente conhecida esta variedade).

— O agreste paraibano e a região do baixo Paraíba quando não dominados por cana, eram permeados por pequenas propriedades onde se consorciava a produção de subsistência com o algodão. No início do século, como já foi frisado anteriormente, havia uma forte presença da pecuária que ao longo do tempo passou a ser a principal atividade econômica da área. *“É uma região mais povoada, inclusive em virtude das épocas de depressão da atividade açucareira, quando o excedente da mão-de-obra da Zona da mata procurava o agreste para plantar alimentos, proporcionando a formação dos minifúndios. Em virtude das próprias condições de solo, do clima, da estrutura fundiária, da mão-de-obra disponível etc., apresenta um maior nível de produtividade, sem, no entanto, apresentar um nível tecnológico mais avançado”*.⁷⁴ Aqui, plantava-se o herbáceo e o arbóreo, predominando a lavoura temporária, ou seja, o algodão herbáceo.

⁷⁴ Gitana Figuerêdo de Lira. *O Homem ou o boi, o roçado ou o capim*. Campina Grande, UFPB, 1983.

Nos cariris, o cultivo do algodão ocorreu inicialmente consorciado com o milho e o feijão quase sempre nas terras dos camponeses pobres, agregados do fazendeiro criador de gado, nos altos das serras e serrotes. É comum nesta parte do interior nordestino e paraibano encontrar-se o camponês e o trabalhador rural assalariado na mesma pessoa. Isto ocorria freqüentemente no início do século e predomina em algumas destas áreas ainda hoje. Na realidade, o pedaço de terra dos camponeses nesta área era e continua insuficiente para ele retirar sua subsistência durante todo o ano. Sendo assim, nos anos de chuvas regulares eles conseguiam em seus roçados (em muitos casos nas terras dos fazendeiros) a colheita necessária para alimentar-se durante boa parte do ano. No entanto, as demais despesas destes camponeses eram cobertas vendendo sua força de trabalho ao fazendeiro mais próspero e mais próximo, nas atividades de trato do gado e/ou na 'broca'⁷⁵ das terras para o plantio do ano vindouro.

Com o cultivo do algodão, estes camponeses pobres passaram a ter uma opção a mais para obtenção de rendas. Cultivando a lavoura permanente, ou seja, o algodão arbóreo, em consórcio, principalmente com o milho e o feijão, ao final da colheita de subsistência colhiam o algodão, que fornecia-lhe uma espécie de renda excedente, suficiente para o restante das despesas anuais. Assim, o algodão espalhou-se pelo cariris velhos, seridó, curimataú e sertões. Como uma agricultura do pequeno, médio e grande proprietário e até dos que não tinham terra, mas que em acordo com o fazendeiro cultivavam nas deles, trazendo na maioria das vezes vantagens para os grandes fazendeiros no preparo de suas terras.

O depoimento de um agricultor do município de Cabaceiras, nos cariris velhos, com 80 (oitenta) anos hoje, que viveu a época áurea do algodão na Paraíba, descreve nostalgicamente as condições do cultivo do algodão nos cariris e os resultados econômicos para quem plantava. Conta ele: "*Se plantava algodão mocó e herbáceo. O algodão mocó muitas vezes plantava-se no seco, ou seja, antes de chover. O herbáceo se esperava a chuva. Plantava-se uma carreira de milho, uma de algodão mocó e outra de herbáceo; também plantava-se no algodão: o feijão,*

⁷⁵ A 'broca' é o preparo das terras para o cultivo na próxima internada. Geralmente trata-se de arrancar os 'tocos', ou seja, desmatar as Juremas, Marmeleiros e outras vegetações conhecida por caatingas - do Tupi, mata rasteira. É feita, logo após, a colheita do cambão do milho, que se dá ao gado, geralmente de setembro em diante.

principalmente o de 'arranca'. O 'macassa' por enramar muito, prejudicava um pouco o algodão, assim como a fava, mas mesmo assim, plantava-se no partido de algodão. Após virar o milho, passava-se a limpar as raízes de algodão. A colheita começava em Setembro e, em muitos anos, em dezembro ainda se apanhava algodão. Com pouca chuva o algodão dava. Todo ano se arrancava o algodão Branco (herbáceo); após dois anos o roçado ficava só para o algodão mocó; este botava até vinte anos ou mais. Os pés de algodão ficavam enormes com troncos grossos e raízes fundas. Dava até para crianças subirem no pé. As terras eram soltas (não havia cerca). Todos criavam bode, soltos durante o dia e encheirado à noite. Cercavam-se apenas os roçados; neles cultivava-se vinte anos ou mais, no mesmo roçado; ruim ou bom era ali que se trabalhava. Todos plantavam algodão. Os que tinham terras enchiam seus roçados, os que não tinham, conseguiam com os que tinham. Mesmo os pobres arranjavam áreas para plantar algodão. Com o lucro se comprava roupas, chapéus e gastava-se nas festas da época. As novenas eram quase sempre no tempo da safra de algodão”.

Mesmo com a baixa produtividade o algodão era um grande negócio para todos (que se sabe através de diversos estudos e a partir dos dados neste trabalho apresentados), os depoimentos dos antigos agricultores da região não deixam dúvidas sobre isso. Eis o que o agricultor de 80 anos narra a seguir: “... os pobres viviam mais fácil, pois todos tinham criação de bodes, as terras soltas, mas com criação de bodes presos nos chiqueiros. Nos tempos das colheitas de algodão os apanhadores ganhavam um bom dinheiro; meninos, mulheres, todos apanhavam algodão cantarolando nos roçados.”⁷⁶.

O depoimento do Sr. Cláudio Euvágero, cobre um período que vai do final dos anos vinte aos dias atuais. Deixa claro que nos cariris velhos naquele período, o algodão era uma cultura predominante. A pecuária era basicamente a caprinocultura. O gado bovino tinha pouca participação. É importante destacar a questão das 'terras soltas', que propiciavam o acesso praticamente a todos. Por outro lado, o entrevistado não consegue explicar que a vida naquele

⁷⁶ Depoimento de Cláudio Euvágero de Melo, agricultor no município de Boqueirão, PB. Realizada pelo o autor em 08/10/1995.

tempo era melhor e ao mesmo tempo mais difícil; visto que, embora os pobres tivessem mais acesso a alguns bens, as dificuldades de estruturas eram infinitamente maiores.

Os dados da tabela 7 são insuficientes para que se possa quantificar a produtividade das diversas microrregiões apresentadas, pois o Recenseamento Geral de 1919, não traz a produção por área e sim por estabelecimento. Como também não difere a produção por tipo de algodão, ou seja, se herbáceo ou arbóreo. No entanto, os depoimentos e citações apresentados oferecem um quadro de como era cultivado o algodão paraibano, nestas áreas, no início do século.

Os anos trinta vieram com grandes modificações nos cenários internacional e nacional. A crise econômica mundial de 1929 forjou novos rumos para a economia mundial, novos paradigmas e, novas forças sociais surgiram e alteraram o cenário internacional até então hegemonizado pela Grã-Bretanha. As transformações mundiais refletiram direta e imediatamente na economia e na vida política brasileira. Aqui também novas forças sociais emergiram. O café, até então principal produto nacional, responsável pela maior parte das exportações e das divisas nacionais, sofreu grande abalo com a queda dos preços internacionais, proporcionando mudanças na estrutura da economia brasileira. O Brasil, antes visto como exemplo de país de 'vocação agrícola', sob um Modelo Primário-Exportador, experimentou neste período os ares da industrializa o, fortemente 'empurrada' pelo capital estatal.

Com a industrializa o dos anos trinta se alteraram algumas rela oes no interior paraibano. Na indústria do algodão percebeu-se de imediato uma mudança pouco estudada pelos especialistas em Nordeste.   medida que foram se instalando máquinas de beneficiamento do algodão, foram-se alterando todas as rela oes envolvendo o produto. Até então aproveitava-se apenas a pluma do algodão. Os caroços eram desperdiçados. No entanto, a partir dos anos trinta surgiu no interior nordestino um tipo de ra o a partir dos caroços de algodão, conhecida como 'torta', para o gado bovino. Com a prensagem da semente, de onde se extraía o óleo, alcançava-se uma casca úmida e amarelada que passou a ser utilizada como alimento para o gado.

A partir daí, a ração da 'torta' passou quase que integralmente a constituir uma das condições fundamentais para criação do gado bovino. Juntamente com a torta surgiu a 'Palma' forrageira, uma planta nativa da América Central que adaptou-se muito bem ao clima seco do semi-árido paraibano. A 'palma' expandiu-se bastante nos cariris velhos, curimataú e seridó, não se desenvolvendo muito no alto sertão. Cacto bastante resistente à seca, a 'palma' desenvolveu-se a partir dos anos trinta. Nos anos quarenta já fazia parte da composição da ração bovina juntamente com a 'torta'. Os campos de algodão nesta região quase sempre apareciam consorciados e eram predominantemente de algodão arbóreo. No sertão paraibano, o gado e o algodão se desenvolveram juntos. Para entender essa ocupação do sertão pelo algodão paraibano, apresenta-se a seguir uma tabela com a evolução dessa cultura e seu processo de migração interno no estado .

TABELA 8

A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA POR MESORREGIÕES PARAIBANA - 1949/1985

MESOR REGIÕES*	1949			1959			1975			1985		
	produção (t)	área (ha)	rendi- mento	produção (t)	área (ha)	rendi- mento	produção (t)	área (ha)	rendi- mento	produção (t)	área (ha)	rendi- mento
JOÃO PESSOA	875 (1,1%)	1.918 (0,58%)	456,2	1.215 (1,3%)	2.931 (0,67%)	414,5	208 (0,19%)	655 (0,11%)	317,5	44 (0,04%)	137 (0,04%)	321
AGRESTE E BREJO PARAIBANO	15.745 (21%)	47.874 (14,7%)	328,8	34.346 (38,5%)	150.442 (34,8%)	228,3	14.774 (13,7%)	51.365 (8,8%)	287,6	1.460 (2,18%)	6.121 (1,9%)	238,5
SERTÃO PARAIBANO	58.266 (77,8%)	275.606 (84,7%)	211,4	53.458 (60%)	277.726 (64,4%)	200,6	92.670 (86%)	528.338 (91%)	175,3	65.455 (97,7%)	309.360 (98%)	211,5
PARAÍBA	74.886	325.348	230,1	89.021	431.105	206,4	107.670	580.356	185,5	66.961	315.615	212,1

FONTE: IBGE - Censos Agrícolas e Agropecuários de 1950, 60, 75 e 85 *DEFINIDAS A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 1985

A tabela 8 evidencia claramente que na Paraíba a tendência do algodão foi firmar-se na região do semi-árido, aqui estabelecido como todo o sertão do estado. Se houver uma comparação com os dados apresentados anteriormente, apontando em 1919 o agreste e o brejo com aproximadamente 70% da produção algodoeira estadual, para uma produção de apenas 30% do grande sertão, verifica-se uma substancial alteração ao longo destes 70 anos.

À medida que o algodão foi adentrando o sertão, foram se consolidando as diversas formas de produção, basicamente estabelecidas em arraigadas práticas primitivas, quando o algodão ainda não era produzida em escala comercial e nem enfrentava a concorrência de outras áreas no território nacional, como veio a ocorrer com o estado de São Paulo, especializando-se na produção da malvacea.

Como afirma Vasconcelos(1980): '*o sertanejo foi incapaz de promover qualquer inovação tecnológica*'. Mesmos os grandes proprietários mantiveram as práticas de produção do início do século. A produtividade sempre inferior do sertão em relação ao agreste, brejo e litoral demonstra a total dependência do clima nesta atividade agrícola. No entanto, devem-se frisar as diferenças entre o algodão arbóreo, cultivado nos sertões e o herbáceo cultivado nas outras regiões do estado. Embora apresente uma produtividade em termos meramente quantitativos, inferior, o algodão arbóreo tem uma fibra longa, e um custo de produção inferior ao herbáceo. Estes fatores negam a absolutização do rendimento conforme é usual, ou seja, peso por área. Neste sentido, necessário se faz relativizar os dados de produtividade apresentados.

É importante observar que as reduções da produção e área ocorreram numa mesorregião de maior rendimento que o sertão, como também no período de maior modernização da agricultura brasileira e nordestina. Foi neste período, ou seja, na década de sessenta e primeira metade dos anos setenta que aconteceu o 'milagre econômico' brasileiro e a tão decantada 'modernização agrícola'. Neste sentido pode-se adiantar que, o aumento verificado na mesorregião do sertão não foi fruto da citada 'modernização'; antes deveu-se exclusivamente a um aumento significativo da área plantada de algodão. Na realidade, a 'modernização' neste período não foi saboreada pelos produtores do sertão paraibano. Observando os dois momentos

distintos deste processo, verifica-se um rendimento de 200,6 kg/ha, em 1959, para 175,3 kg/ha, em 1975.

A tabela 8 mostra também o quase total desaparecimento do algodão no litoral paraibano, aqui representado pela mesorregião de João Pessoa. Mas também evidencia a alta produtividade desta área em comparação com as demais do estado. Esta área envolve municípios que se destacaram no início do século XX como grandes produtores de algodão, como é o caso de Cruz do Espírito Santo, Itapororoca e Pedras de Fogo; para relacionar os principais. Área de altas temperaturas e regulares e bem distribuídas precipitações pluviométricas, o litoral alcançava bons rendimentos também por cultivar basicamente o algodão herbáceo, ou algodão 'mata' como é chamado pelos agricultores.

Para detalhar melhor a ocupação do algodão no espaço geográfico paraibano apresenta-se a seguir, os dados por microrregiões, destacando os municípios com maior produção. Para tanto, relacionam-se as microrregiões que compõe as mesorregiões, segundo o IBGE, no Censo Agropecuário de 1985:

<i>Mesorregiões</i>	<i>Microrregiões</i>
João Pessoa	Litoral Paraibano
Agreste e Brejo Paraibano	Piemonte da Borborema; Agreste da Borborema; Brejo Paraibano; Agro-Pastoril do Baixo Paraíba
Sertão Paraibano	Catolé do Rocha; Seridó Paraibano; Curimataú; Sertão de Cajazeiras; Depressão do Alto Piranhas; Cariris Velhos; Serra do Teixeira

No Censo de 1949, aparece a microrregião do 'agreste e Caatinga Litorânea' - correspondente hoje ao brejo paraibano e ao agro-pastoril do baixo Paraíba - como principais municípios produtores: Guarabira, no brejo; e Pilar, no agro-pastoril do baixo Paraíba. Esses

municípios, embora relacionados na mesma microrregião à época, apresentavam relevos, clima e características de produção bastante diversas. Entretanto, no final dos anos quarenta estavam entre os maiores produtores de algodão do estado. Hoje compõem a mesorregião do agreste e brejo paraibano.

Da mesma forma na mesorregião do sertão paraibano encontram-se municípios de características bastante diversas tendo como ponto comum a produção algodoeira. O melhor exemplo para esta mesorregião é a disparidade entre as microrregiões dos cariris velhos e curimataú com as microrregiões do sertão de Catolé do Rocha, Cajazeiras, Depressão do Alto Piranhas e Serra do Teixeira. Há, como já foi frisado anteriormente, uma grande aproximação climática, de solos e até de culturas entre os cariris e o curimataú.

Nos cariris e curimataú (microrregião que no censo de 1949 aparece também como cariris), predominou durante a primeira metade do século XX, a caprinocultura. Isto, antes das inovações iniciadas nos anos trinta e desencadeada a partir dos cinquenta, quando o gado bovino passa a participar significativamente destas microrregiões do estado.

Ainda no curimataú, é importante observar que o gado bovino expandiu-se com a expansão da 'palma', cacto ao qual já se falou anteriormente. Isto indica a preferência do criatório de gado de leite, visto que a 'palma' funciona como forragem complementar que é fornecida ao rebanho durante o verão (período que vai geralmente de agosto a março nestas áreas).

Nos cariris velhos tem-se como maior produtor de algodão, em 1949, o município de Alagoa do Monteiro. Para uma área produtora de 28.637 hectares, produziu-se em Monteiro 4.023 toneladas de algodão; dando um rendimento médio de 140 kg/ha, o que confirma a baixa produtividade da área, pois é a que menos chove na Paraíba. Em 1959, o município desta microrregião com maior produção foi o município de Aroeiras. Vale destacar, fazia parte naquele ano da microrregião do 'agreste e Caatinga Litorânea'. Aroeiras, embora conste como cariris velhos tem grande parte de seu território no agreste. Sua parte Leste tem mais características climáticas do úmido agreste que do seco cariris. Talvez por isso Aroeiras produziu naquele ano

1.984 toneladas de algodão, numa área de 6.114 hectares, alcançando a produtividade de áreas do agreste e litoral, ou seja, 324 kg/ha. Em 1975, apareceu como principais produtores dos cariris velhos, dois municípios encravados no centro dessa microrregião. Monteiro, com uma produção de 1.497 toneladas numa área de 12.163 hectares, dando um rendimento médio de 123kg/há, e o município de Taperoá, com uma produção de 1.423 toneladas para uma área de 10.110 hectares, dando uma produtividade de 140kg/ha.

Tanto Monteiro como Taperoá são municípios de forte caprinocultura. Municípios localizados nos altos do Planalto da Borborema, na sua costa Oeste. Em Monteiro e Taperoá, desenvolveu-se a partir dos anos cinquenta, forte tendência ao fortalecimento da pecuária bovina. Esta tendência desenvolveu-se em substituição ao algodão que, cada vez mais, foi desaparecendo como opção viável economicamente para os sofridos agricultores destas áreas. Esta tendência à substituição da cultura do algodão pela pecuária estendeu-se por todo o estado. Do agreste ao sertão, percebe-se nesse processo uma tendência à substituição também da agricultura de subsistência por pastos para a engorda do gado, tanto de corte, como de leite.

Para efeito de entendimento da forma como ocorre o avanço da pecuária nos cariris e curimataú, passa-se a descrever formas observadas nestas duas áreas e depoimentos de agropecuaristas destas microrregiões do estado da Paraíba. Em toda esta área, seja cariris ou curimataú, durante o período seco, o gado se alimentava de restolhos da agricultura, como o cambão do milho, a rama do algodão, a palma triturada em cochos (ou cocheiras) e farelo. No período de grandes safras de algodão, o principal farelo fornecido para aumentar a lactação da vacaria era o farelo do caroço do algodão.

No extenso sertão paraibano verifica-se um gradativo aumento da produção de algodão até o início dos anos setenta. Algodão quase todo do tipo arbóreo e consorciado. O sertanejo cultivava esta malvácea como um complemento de sua atividade criatória. Dominado por grandes latifúndios e baixa densidade demográfica, as terras sertanejas foram ocupadas pelo gado de leite e de corte. Mesmo assim, já em 1949, era desta mesorregião que saía a maioria da produção de algodão da Paraíba. Neste ano, o Censo aponta como os maiores produtores de todos os sertões, o

município de Sousa, com uma produção de 5.952 toneladas para uma área total de 31.226 hectares, mantendo um rendimento médio na ordem dos 190,6 kg/ha. O município de Patos apresentou naquele ano uma produção de 5.830 toneladas, numa área plantada de 22.192 hectares, obtendo, portanto, uma produtividade, segundo os dados do IBGE, de 262kg/ha. Sendo estes os maiores produtores daquele ano. No entanto, municípios como Pombal, Catolé do Rocha e Piancó tiveram produções superiores as 4000 toneladas. Num nível de volume de produção menor, mas com praticamente a mesma produtividade estão os municípios de Antenor Navarro, Cajazeiras, Princesa Isabel e Teixeira.

Note-se que a produtividade dos municípios do sertão neste ano, é superior aos índices de produtividade dos cariris e curimataú. Em 1959, os dados apresentam um fato interessante, Patos continua sendo o maior produtor desta microrregião, com uma produção de 6.823 toneladas. Mas tem uma produtividade muito abaixo da do município de Sousa, com uma produção de 5.159, numa área de apenas 16.355, atingindo uma produtividade muito acima da média estadual e de sua própria microrregião de 315,4 kg/ha. Enquanto Patos conseguiu apenas 174,9 kg/ha..

Importante verificar é a diferença existente entre a produção do sertão da Depressão do Alto Piranhas (DAP) e as demais microrregiões do sertão, pois, a produção na D.A.P e sertão de Catolé do Rocha foi muito superior a dos outros sertões. Para uma produção de 34.292, toneladas em 1959 no DAP, teve-se uma produção nos Sertões de Cajazeiras e na Serra do Teixeira de 14.280 toneladas. Em termos de área a proporção é a mesma, fato que se apresenta desde 1949 e pouco altera-se em 1975. Neste ano, o sertão do DAP teve uma produção de 32.017 toneladas numa área de 177.387 hectares, com uma produtividade de 180,5 kg/ha, enquanto o sertão de Cajazeiras produziu 17.707 toneladas numa área de 109.267 hectares , com uma produtividade de 162,4 kg/ha.

Fato interessante neste ano de 1975 foi a grande queda na produção, praticamente em todos os municípios, em relação aos anos anteriores. Para exemplificar esta queda apresenta-se Patos que produziu neste ano, apenas 1.102 toneladas, numa reduzida área em relação aos anos anteriormente apresentados de 6.756 hectares e, com uma produtividade de 163,1kg/ha. O único

município que não teve sua produção significativamente reduzida foi o de Sousa, que produziu em 1975 4.298 toneladas em 19.412 hectares, mantendo um rendimento médio superior ao 221kg/ha.

2.2 - As características da produção do algodão na Paraíba

De acordo com levantamento feito no IBGE, a principal característica na cultura do algodão paraibano era a predominância no cultivo do algodão arbóreo sobre o herbáceo e o seu plantio consorciado. Infelizmente, não foi possível obter a relação, como também a produção consorciada e a simples, pela pesquisa; pois a própria Diretoria Geral de Estatísticas, não divulgou área, nem a forma e nem o tipo de algodão produzido nos censos de 1920. Sendo assim, temos estes dados a partir do Censo Agrícola de 1940. Para se perceber melhor estas características, apresenta-se juntamente com cálculos de rendimento de cada forma de produção e tipo de algodão cultivado.

Apresenta-se, neste item, o processo de ocupação da cultura do algodão no espaço geográfico paraibano, a partir das suas características produtivas. Estuda-se o plantio do arbóreo em consórcio com outras culturas e em plantações simples. Também, o cultivo do algodão herbáceo consorciado e simples.

No Nordeste brasileiro e também na Paraíba, os tipos de algodão ocuparam as microrregiões de acordo com as condições climáticas, relações de produção e de trabalho; distribuição da propriedade fundiária e níveis de capitalização e tecnologia dos plantios. Do ponto de vista do espaço geográfico, ficou distribuído da seguinte maneira: predominância do cultivo associado e do algodão arbóreo, no sertão (semi-árido). O cultivo do algodão herbáceo - em volume bem inferior no estado - ocorreu predominantemente nos agrestes, brejos e litoral do estado, em muitos casos em cultivos simples.

É importante diferenciar essas formas de produção e os diferentes tipos de algodões cultivados, para entender as diferentes formas de organização social criadas em torno destas culturas, como também os baixos índices de produtividade e a falta de competitividade nos mercados nacional e internacional. Estas são questões que também se encontram nas raízes do declínio do algodão paraibano e nordestino.

2.2.1- O algodão arbóreo

São muitas as espécies de algodões 'selvagens' encontradas em todo o interior nordestino no século XVIII. “ *Na Paraíba, durante o século XVIII, já eram conhecidos pelo menos seis tipos de algodoeiros em cultivo. Três deles recebem a denominação de 'algodoeiro bravo' e, com este curioso nome, deve tratar-se de espécies selvagens, ou tipos asselvajados existentes nesta província naquela época. As outras três são conhecidas como 'algodão macaco', 'algodão da índia' e 'algodão do Maranhão' (...) Os tipos em questão diferiam em muitos caracteres, especialmente no que tange à cor da fibra e ao grau de aderência das sementes. A fibra também variava e podia apresentar cor marrom como o algodão 'macaco' e as três formas de algodão bravo, ou branca, a exemplo do que ocorria com o algodoeiro da Índia e do Maranhão. As sementes, nesses tipos, podiam apresentar-se desde muito aderentes, passando por parcialmente aderentes, até as completamente desunidas e separadas uma das outras*”⁷⁷.

Segundo os autores Moreira e Santos (1994) “..era grande a diversidade de tipos em cultivo no Brasil. Provavelmente, isto já era decorrência da hibridação natural do 'Inteiro' e 'Quebradinho', com outros que foram posteriormente introduzidos em diversos lugares do Brasil”⁷⁸.

⁷⁷ José de Alencar Moreira e Robério Ferreira dos Santos. Op. cit. p. 60.

⁷⁸ Ibid., p. 61.

Estas espécies eram cultivadas principalmente nas áreas úmidas do Nordeste. Moreira e Santos tratam a questão da seguinte maneira: *“em Pernambuco, chegou-se a cultivar o ‘Quebradinho’ (...) A introdução aí do algodoeiro herbáceo dar-se-ia em 1840, por intermédio de sementes distribuídas ‘por ordem da presidência da Província às Câmaras dos municípios de Cimbres, Garanhuns, Flores e Brejo’. (...) além do Quebradinho, a província importou, em 1859, sementes de algodoeiro do Egito e dos EUA, para distribuição no agreste pernambucano. Destacam-se, também, nesta época, tipos locais em cultivo e, entre estes, um de nome ‘Arbustivo’, cujo plantio foi muito generalizado e preferido em certas zonas de Pernambuco”*⁷⁹. No Ceará, foi cultivado principalmente o “Inteiro”. No Rio Grande do Norte, também foi esta a principal espécie a desenvolver-se.

Foi porém no seridó do Rio Grande que se originou o algodão que veio a ser o principal produto de toda a região Nordeste. A citação que vem a seguir é longa, mas bastante esclarecedora para entender a origem e expansão do algodão arbóreo no Nordeste. *“No seridó cultivou-se no passado, como ainda hoje, o algodoeiro mocó, classificado como *Gossypium hisufum* r. *marie galante* Hutch que tem distribuição somente no Nordeste do Brasil. Trata-se de um algodoeiro do tipo arbóreo (perene) com sementes lisas, de fibra excepcional e que, por isto, do seridó irradiou-se para as demais zonas do Nordeste, constituindo no século XX o tipo principal em cultivo na região. (...) Os primeiros registros da presença deste algodoeiro, na região, datam de 1860, quando foi visto pelo Capitão Francisco Raimundo, um adiantado agricultor do Rio Grande do Norte, dentro de umas trincheiras de serrote no lugar denominado ‘Olho d’água da Siriema’, do Município de Acari, no Rio Grande do Norte. Neste achado, o algodoeiro apresentava-se como selvagem, em pleno campo aberto. (...) Ao que parece, só em 1880 é que começou a ser, realmente, cultivado por toda zona do seridó norte-rio-grandense. Na opinião de Carvalho filho, no começo da década de 1890 as secas extinguíram o algodoeiro herbáceo, que somente era vantajoso nos terrenos úmidos de baixios ou alagadiços. Desta forma, o ressurgimento da cultura algodoeira, a partir de 1889, verificou-se por intermédio do mocó, que era o de maior resistência à seca dentre os algodoeiros cultivados. A origem deste*

⁷⁹ Id. *Ibid.*, p. 61.

*algodoeiro é ainda obscura mas, das conjecturas apresentadas, a mais provável parece ser mesmo a que defende ser ele mesmo autóctone da região do seridó norte-rio-grandense*⁸⁰.

Na Paraíba, foi a espécie de algodão 'mocó' que ocupou a condição de principal produto. Para efeito deste trabalho, e por dificuldades técnicas, resolveu-se denominar todas as espécies de algodões arbóreos, ou seja, de algodões perenes e que têm porte de árvores, de algodão mocó. Isto também porque, do ponto de vista dos produtores, a diferença que existe é entre o algodão de condição permanente, o arbóreo; e o algodão de plantio anual o herbáceo. Para estes produtores, o algodão arbóreo é o mocó, que também chamam de: preto, seridó, sertão, etc.

O algodão arbóreo consolidou-se no interior nordestino, consorciando-se às lavouras de subsistência e sendo cultivado em grandes extensões de terras. Com uma produtividade bem inferior ao algodão cultivado na mata, mas com uma fibra mais longa, mais resistente e de mais baixa umidade, esta espécie resistiu as estiagens e adaptou-se à absoluta ausência de técnicas científicas em seu cultivo. Na tabela 9, a seguir, apresenta-se a evolução desta espécie no estado. Mostra-se também, sua participação no total da Paraíba, ao longo dos anos e adianta-se um comparativo com a produção e produtividade do algodão herbáceo, predominante por um longo período apenas na Zona da mata.

⁸⁰ Id. Ibid., p 62-63.

TABELA 9
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NA PARAÍBA POR ESPÉCIE: 1940/1985

ANOS	ALGODÃO ARBÓREO				ALGODÃO HERBÁCEO				PARAÍBA
	PRODUÇÃO (t)	TOTAL	ÁREA (ha)	RENDIMENT O kg/ha	PRODUÇÃO (t)	% TOTAL	ÁREA (ha)	RENDIMENTO kg/ha	PRODUÇÃO TOTAL (t)
1940	46.958	45,4%	--*	--	56.389	54,5%	--	--	103.347
1949	49.841	66,6%	--	--	25.045	33,4%	--	--	74.886
1959	61.174	68,5%	--	--	27.486	31,5%	--	--	89.021
1970	36.644	68,1%	260.842	140,4	17.173	31,9%	62.985	272,6	53.817
1975	65.049	60,42%	450.301	144	42.621	39,58%	130.055	327	107.670
1980	22.564	45,4%	305.610	73,8	27.134	54,6%	103.469	262,3	49.698
1985	30.721	45,8%	204.725	150	36.240	64,1%	110.894	326,7	66.961

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários de 1940 - 1985. * Não foi possível obter dados

Na tabela 9, verifica-se que nos anos 40 predominava na Paraíba a produção do algodão herbáceo. No entanto, já em 1949, a produção do algodão arbóreo é superior. Sobrepondo estes dados aos oferecidos pela tabela 8, que aponta o sertão como a área de maior produção, embora com menor produtividade, desde a década dos 40; pode-se deduzir que era no sertão onde predominava a cultura do algodão arbóreo, fato aliás por demais conhecido. No entanto, a tabela 9 mostra a evolução do algodão herbáceo e sua supremacia em termos de produção na década de oitenta. E, verifica-se portanto, que a produção do agreste e brejo praticamente desapareceu neste período. Isto indica que, a partir da década dos 70, o algodão herbáceo penetrou na área antes destinada quase que exclusivamente ao algodão arbóreo: o sertão paraibano.

Como já se apresentou neste trabalho, o algodão arbóreo ocupou o sertão em consórcio com lavouras de subsistência e complementando a pecuária bovina. Com um rendimento sempre inferior ao herbáceo, o algodão arbóreo era o preferido dos agricultores do semi-árido por várias razões. O produtor de algodão, desde os anos quarenta, José Hemetério, da microrregião do cariris apresenta algumas razões da 'preferência' pelo arbóreo: *"... o mocó era mais resistente à seca. Ele dava até vinte anos, a gente não tinha preocupação com esse negócio de produtividade que se tem hoje. pra gente o bom era ter a chuva e vê os capuchos de algodão de setembro em diante, era dinheiro certo. Eu fui conhecer o algodão 'branco' (herbáceo), já nos anos quarenta. Achava trabalhoso, porque tinha que arrancar todo ano. Ora, como ele era considerado mais fraco, era comprado mais barato, então todo mundo ia na vantagem de plantar o algodão 'preto'. Hoje eu vejo que o algodão herbáceo é melhor, pois produz mais. Também acho que os custos de produção são maiores. Portanto os riscos de perdas também são maiores"*⁸¹.

A produção do algodão arbóreo foi uma das principais pilastra de sustentação das relações de produção 'não plenamente capitalistas no interior nordestino'. A possibilidade de se ter uma lavoura permanente onde se cultivassem outras de subsistência em conjunto, permitia a parceria do cultivo destas áreas entre os proprietários e os não proprietários que procuravam terras para

⁸¹ Depoimento do agricultor José Hemetério Cordeiro Duarte, produtor de algodão ainda hoje no município de Boqueirão - PB. Este agricultor conseguiu uma safra de aproximadamente 18 toneladas no ano de 1994, e apesar das despesas com o Bicudo, considera que foi altamente lucrativo sua agricultura naquele ano. Ele plantou algodão herbáceo e obteve um rendimento médio superior a 1000kg/ha. Entrevista em setembro de 1995.

desenvolver suas lavouras e ‘dividir’ os resultados do algodão. Assim fala-se a esse respeito um estudo de Santos et. all.: *“Deve-se destacar que na realidade a participação direta dos proprietários na produção do algodão arbóreo deve ser bem menor, pois é sabido, nos campos nordestinos, que os parceiros sempre foram, e continuam sendo, os responsáveis diretos pela produção de algodão arbóreo. A diferença é que após a promulgação do Estatuto da Terra e da extensão da legislação trabalhista para o campo, a presença de parceiros, sem a presença de contratos de parceria, não é mais informada oficialmente pelos proprietários de terras, passando eles a constarem nas informações oficiais com trabalhadores assalariados. Na verdade, no entanto, continuam sendo parceiros, a diferença sendo que após a propagação do bicudo do algodoeiro eles passaram a ter maior participação no rateio dos custos de produção, apesar de terem sido mantidos os rateios na receita”*.⁸²

De acordo com a citação acima, o algodão arbóreo, mesmo sob e após a ‘modernização’ dos anos sessenta e setenta, manteve as relações de produção que marcaram historicamente o Nordeste. Em outro trecho da pesquisa levada a cabo por Santos et. all., ficam claras as características do cultivo do arbóreo: *“Deve-se destacar que o sistema de produção prevalecente para o algodão arbóreo, acima descrito, tem uma característica importante. Ele é avesso ao uso de inovações, já que a atividade principal do grande proprietário de terras é a pecuária. O pequeno produtor do algodão, seja ele pequeno proprietário ou parceiro, não tem condições, financeiras ou de posse legal da terra, para utilizar inovações técnicas”*⁸³.

Embora não se pretenda neste trabalho deter-se a aspectos meramente técnicos, torna-se importante compreender alguns traços da produção para posterior análise das causas da queda de produção do algodão paraibano. Por isso, dedica-se mais espaços a explicações de caráter técnico com desdobramentos econômicos evidentes. Veja a seguir mais um trecho da pesquisa Santos et. all. *“Na tabela 9* observa-se que no Ceará e em Pernambuco, em 1980 e 1985, e no Rio Grande*

⁸² Santos et. all.. *Mudança tecnológica na Agricultura do Nordeste Semi-Árido; ocaso do algodão*. Campina Grande, 1995. p. 19.

⁸³ Ibid., p. 20.

* Refere-se a tabela 5 da pesquisa Santos et. all. 1995, p.18. A Tabela 5 traz: Número de informantes, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio para o algodão arbóreo, segundo a condição do produtor, tecnologia aplicada e grupos de

do Norte e na Paraíba, em 1980, os rendimentos médios obtidos por parceiros, arrendatários e ocupantes são maiores que aqueles conseguidos pelos proprietários de terra. Nos dois últimos estados os arrendatários também obtêm maior rendimento médio que os proprietários. Como os dados do IBGE não permitem apenas discriminar tipo de tecnologia utilizada por condições do produtor, pode-se apenas afirmar que o fato dos não proprietários cultivarem áreas menores deve ter alguma influência nos rendimentos médios por eles obtidos. (...) Pode-se observar na mesma tabela 9 que em 1985, em todos os estados, aumentou a participação dos estabelecimentos que utilizam tecnologia tradicional, sem uso de insumos industriais, na produção de algodão arbóreo. Em 1980 a maior parte dos produtores de algodão arbóreo, dos quatro principais estados produtores do Nordeste, utilizava tecnologia tradicional, sendo a tecnologia alternativa mais usada aquela que diferia da tradicional apenas pela utilização de defensivos. Em 1985, quando o bicudo do algodoeiro já estava em propagação, o uso da tecnologia que empregava defensivos se reduz, quando se esperava exatamente o contrário, já que esta praga exige combate para não implicar em perda total da produção. A explicação para esta aparente contradição se encontra no sistema de produção que prevalece para o algodão descrito linhas acima. Com o aparecimento do bicudo exige-se a utilização de nova tecnologia para produção do algodão. Não apenas o uso de defensivos, para seu combate, mas também plantio de variedades precoces e novas práticas culturais. Como o sistema de produção que prevalece é avesso ao uso de inovações, passa a predominar cada vez mais a tecnologia tradicional, já que o uso parcial de tecnologia, como o uso de defensivos sem adotar as recomendações da pesquisa, não se apresenta viável após a propagação do bicudo⁸⁴.

Estes informes completam as informações a respeito da cultura do arbóreo no interior nordestino. Esta espécie de algodão enraizou-se no semi-árido adaptando-se e mantendo as estruturas ali secularmente dominantes.

áreas total, de acordo com os dados censitários de 1980 e 1985, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

⁸⁴ Id. Ibid., pp. 20-21.

2.2.2 - O Algodão herbáceo

O cultivo do algodão herbáceo na Paraíba e no Nordeste remonta às primeiras produções com vistas ao mercado internacional, como já foi apresentado anteriormente. Esta espécie algodocira desenvolveu-se nas áreas mais úmidas da região, ou seja, ocupando as várzeas da zona da mata, onde camponeses, colonos e agregados compunham plantações de alimentos com o algodão e onde os senhores de engenhos e usineiros propagavam suas lavouras.

No semi-árido, a penetração do herbáceo é recente, aparece cedo, porém sem grandes aceitação. Difundiu-se a partir dos anos sessenta, setenta e, sobretudo, com o surgimento do bicudo, a partir dos anos oitenta. Esta região, que foi a principal área dedicada ao algodão no estado da Paraíba, teve o herbáceo consorciado com lavouras de subsistência e até como ração para o gado. *“ Quando chegava o verão, a gente soltava o gado no roçado de algodão, principalmente de algodão da 'mata' (herbáceo), mas também no de 'mocó'. O gado aumentava o leite, e para quem ia ter de comprar ração, era melhor sustentar um pouco o gado, pra findar as ramas de algodão. Só se botava o gado no algodão depois da colheita”*⁸⁵.

O algodão herbáceo foi aos poucos ocupando o espaço antes destinado ao arbóreo. De fibra mais curta, e segundo agricultores, *pesando menos*, o herbáceo chegou aos anos setenta para bater, em termos de produção, o arbóreo; e nos anos oitenta já aparecia como o responsável por mais de 50% da produção estadual, conforme dados da tabela 9.

A evolução do algodão herbáceo (de maior produtividade) no Nordeste não impediu entretanto, que esta região perdesse a hegemonia produtora em relação ao Centro-Sul, visto que naquelas regiões do país a produtividade era e continua sendo muito superior àquela alcançada na região Nordeste. Como o algodão herbáceo teve seu principal desenvolvimento e recebeu suas

⁸⁵ Depoimento do agricultor José Hemetério Cordeiro Duarte, produtor de algodão ainda hoje no município de Boqueirão - PB. Este agricultor conta que em 1995 fez a mesma coisa, isto é, soltou o gado no roçado de algodão, que neste ano praticamente não houve lucro, segundo ele, por falta de chuvas e por não tratar contra o bicudo.

inovações tecnológicas naquela área, tornou-se ali a área de maior rendimento desta espécie no Brasil.

O cultivo do algodão herbáceo (anual), que tem porte de erva, apresenta diferenças básicas do cultivo do algodão arbóreo. Tanto para os técnicos como para os agricultores estas diferenças são fundamentais. Segundo esta pesquisa, percebe-se quase sempre a maior produtividade do algodão herbáceo sobre o arbóreo e a tendência maior de consorciar o arbóreo do que o herbáceo. No entanto, a pesquisa Santos et. all. (1994), aponta as semelhanças no 'processo de modernização' entre as duas espécies: “ *Um recado que fica da análise dos dados da tecnologia aplicada da tabela 90* * *é que em 1980 e 1985, nos estados considerados, o uso da chamada 'tecnologia moderna', representada pela utilização de sementes selecionadas, adubação, defensivos e irrigação, praticamente não ocorreu no cultivo do algodão herbáceo no Nordeste. (...) Tal qual foi verificado com o algodão arbóreo, nota-se na tabela 90, que a produção de algodão herbáceo se concentra nos estabelecimentos com menos de 50 hectares de área total...*”⁸⁶.

O processo de 'modernização' ocorrido nos anos sessenta e setenta certamente propiciaram o aumento da produção de algodão herbáceo entre 1960 e 1985, período em que quase dobrou a área determinada para o cultivo deste algodão na Paraíba. Porém, conforme informações acima citadas as formas de produção permaneceram as mesmas.

2.2.3- A Produção Simples e Consorciada

Neste item apresenta-se evolução da produção do algodão na Paraíba em relação a sua forma de plantio. Técnicos estudiosos da questão da produção algodoeira no Nordeste apresentam como uma das principais causas do baixo rendimento produtivo a alta participação da

* Refere-se a tabela 10 da pesquisa Santos et. all.(1994), p. 29.

⁸⁶ Idem, Ibidem .p. 30

produção associada. Na realidade, conforme as circunstâncias históricas em que se desenvolveu o cultivo desta malvácea na Paraíba, entende-se a predominância da cultura consorciada à simples. Vejamos a tabela a seguir:

TABELA 10
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO SEGUNDO A FORMA DE CULTIVO NA PARAÍBA
1949/1985

ANOS	P A R A Í B A			EM CULTIVO SIMPLES			EM CULTIVO CONSORCIADO		
	produ ção (t)	área (ha)	rendi mento (kg/ha)	produ ção (t)	área (ha)	rendi mento (kg/ha)	produ ção (t)	área (ha)	rendim ento (kg/ha)
1949	74.886	325.404	230,1	49.530	189.088	261,9	25.045	136.316	183,7
1959	89.021	431.105	206,4	28.782	119.486	240,8	56.960	290.311	196,2
1975	107.670	580.356	185,5	22.134	50.068	442,0	82.049	446.023	183,9
1980	49.698	402.645	123,4	11.917	47.761	249,5	36.440	354.884	102,6
1985	66.961	315.619	212,1	27.921	77.740	359,1	37.985	233.834	162,4

FONTE - IBGE - Censos Agrícolas e agropecuários de 1950 à 1985.

De acordo com os dados da tabela 10, verificou-se uma tendência entre 1949 e 1975 de redução da área e da produção do algodão herbáceo. Entretanto, no mesmo período foi verificada uma tendência ao aumento da produtividade. No período seguinte, 1975 a 1980, observou-se o aumento da área e da produção na cultura temporária, com um aumento na produtividade. Há que se fazer uma observação acerca do ano de 1980, que marcou por ser de grande estiagem, sendo o principal motivo da queda de sua produção, drástica redução da área e queda nos níveis de produtividade.

O cultivo associado ocupou quase sempre uma área superior ao do cultivo simples. Apenas os dados de 1949 apresentavam uma área menor da cultura permanente em relação à temporária, fato que pode ser explicado pela predominância, naquela época, do algodão herbáceo

sobre o arbóreo e por existirem no agreste e brejos grandes áreas destinadas ao cultivo do algodão. Como se sabe, no agreste e brejo, predominava o algodão herbáceo e o cultivo simples. No entanto, com a regressão da produção naquelas áreas há uma queda desta forma de produção. Com a introdução do herbáceo no sertão verificou-se uma nova retomada do cultivo do algodão isoladamente.

Os dados fornecidos pela tabela 10 mostram a grande redução da produção consorciada, entre os anos 80 e 85. Certamente, com o aparecimento da praga do bicudo do algodoeiro esta foi uma das poucas medidas adotadas pelos agricultores. Ou seja, quem continuou a plantar algodão reduziu a área consorciada também reduzindo a área destinada ao arbóreo.

Um dos elementos a ser observado é a evolução da produtividade das duas formas de cultivo. O algodão em cultivo simples sempre alcançou uma produtividade superior ao consorciado. No entanto, não parece ser um elemento decisivo para os agricultores, visto que, como mostra a pesquisa de Santos et. all., as inovações tecnológicas foram poucas, e a resistência dos agricultores foram muitas.

Perguntando a um agricultor por que não desenvolvia o cultivo de algodão isolado, simples, este respondeu. *“ O algodão só, pode até dar mais, porém eu corro o risco de não ter o milho nem o feijão de comer o ano todo. E aí ? o dinheiro do algodão vai cobrir o que vou precisar para o resto do ano? quem tem muita terra e muito dinheiro pode fazer como é o certo, mas quem não tem, tem que arremediar. Faz um pouco aqui e outro ali” **

Com este depoimento pode-se identificar a ausência de objetivos mercantis na produção de algodão no interior paraibano, ainda na década dos 90. Percebe-se que, diferentemente de regiões produtoras como São Paulo, Paraná e, mais recentemente, regiões do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia que se tornaram grandes produtores para o mercado internacional e buscam

* Depoimento do agricultor Elias Francisco do Nascimento. Migrante do agreste pernambucano, do Município de Surubim, este agricultor diz que nasceu plantando algodão, e lá em Surubim, sempre conheceu o algodão herbáceo. Aliás, sempre plantou aquela espécie. Continua plantando algodão hoje, na divisa dos municípios de Campina Grande com Boqueirão. Planta consorciado, no roçado de Palma.

competitividade; na Paraíba o algodão não saiu da forma semi-artesanal de produção. Fator que se encontra nas raízes das causas do declínio da cotonicultura paraibana.

CAPÍTULO 3

3- A INDÚSTRIA TÊXTIL ALGODOEIRA NA PARAÍBA

Este capítulo aborda a evolução da indústria têxtil algodoeira⁸⁷ paraibana e o impacto de sua crise no conjunto da atividade econômica que envolve o algodão no estado. Inicialmente, apresenta-se uma visão panorâmica da trajetória da indústria têxtil mundial, compreendendo-a como o setor decisivo no alavancamento do próprio modo de produção capitalista. Também procura-se descrever a evolução da indústria têxtil algodoeira mundial como o mais importante pólo receptor da produção algodoeira do Nordeste e da Paraíba.

Em seguida, é narrado o processo de desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional. Também sob uma visão panorâmica, descreve-se sua origem, seu caráter e sua dinâmica regional. O fenômeno de concentração por áreas de maior intensidade industrial, sua influência decisiva na produção de fibras vegetais, em especial na dinâmica produtiva do algodão.

Este capítulo, apresenta ainda, a evolução da indústria têxtil algodoeira no estado da Paraíba. Partindo das organizações primitivas, nas quais os nativos já aproveitavam o algodão selvagem, sem cultivo planejado, na confecção de utensílios e trabalhavam artesanalmente as fibras daquele produto, passando pelas boladeiras⁸⁸; descrevendo as 'usinas de algodão' nas fazendas, até a indústria moderna urbana, descrevendo seu crescimento, auge e declínio.

A boladeira acompanha por sua vez o aumento da produção algodoeira no estado. Foi talvez ainda sob o comando da boladeira que a Paraíba destacou-se na produção algodoeira no Nordeste e no Brasil. Formada por um grande pente giratório, movido por juntas de bois ou por

⁸⁷ indústria têxtil algodoeira aqui está se referindo a todo processo de manufatura que tenha como matéria-prima básica o algodão, inclusive o caroço. A indústria de extração do óleo e prensagem dos caroços de algodão foi uma das mais importantes instaladas na Paraíba, pois do caroço do algodão se retira a 'torta' para ração bovina.

⁸⁸ A boladeira era uma indústria Semi-artesanal, geralmente instalada em fazendas ou povoados da zona rural, ocupando grandes salões e empregando numerosa mão-de-obra.

escravos e depois “trabalhadores de eito”⁸⁹, a bolandeira retirava os caroços do algodão, separando a lã para o comércio. A bolandeira espalhou-se por todo interior paraibano a partir da segunda metade do século XIX, chegando a tornar-se uma das atividades produtivas mais importantes do estado.

As usinas de algodão foram mecanismos mais avançados de descaroçar o algodão e preparar a lã para o comércio. Também difundidas no interior, estas usinas eram movidas por motores a gasolina e depois a diesel. Com uma maior capacidade produtiva, as usinas eliminaram mão-de-obra, mas aumentaram a procura por matérias-primas, intensificando o ‘negócio’ do algodão na região.

A indústria têxtil moderna, urbana, refere-se à indústria fabril, ou seja, a organização do espaço fabril onde se reúnem máquinas e força de trabalho. Geralmente localizadas em cidades que permitiam o escoamento dos seus produtos, estas indústrias não mais apenas descaroçavam o algodão. Com tecnologia superior e uma capacidade de produção bem maior do que as formas de organização anteriores, estas indústrias aproveitavam o óleo dos caroços de algodão; e além de retirar a lã, produziam o fio. Em alguns casos, inclusive, o tecido do algodão.

É a partir desta indústria têxtil de caráter urbano e organizada plenamente nos meandros de uma empresa capitalista que será analisada a crise da indústria algodoeira paraibana e seus reflexos sobre a cotonicultura como um todo no estado.

Indústria nascida a partir de capitais estritamente regionais, esta atinge alto nível de desenvolvimento nos anos 40 e 50, quando começa a declinar, sem mais reversão. Será analisado o processo de origem, desenvolvimento e queda desta indústria, observando suas conexões com a indústria internacional e com a produção algodoeira regional. Como fator decisivo, serão analisados os efeitos diretos da concorrência das indústrias multinacionais e as do Centro-Sul instaladas no estado.

⁸⁹ Trabalhadores de Eito denomina a junção de inúmeros trabalhadores livres que se reuniam para cumprir determinadas tarefas nas fazendas.

Como elemento de especial atenção, o capítulo trata a questão da concorrência das fibras artificiais. Durante os anos 70, principalmente, o país é tomado por um impulso consumidor de fibras artificiais, quando estas chegam a ocupar importante fatia do mercado nacional, restringindo o mercado das fibras vegetais, incluindo-se aí as de algodão. A partir de dados empíricos, analisa-se a influência deste processo na crise da indústria têxtil algodoeira regional.

Por fim, o capítulo descreve a realidade da indústria têxtil algodoeira no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, fazendo um paralelo entre a crise deste setor com a do setor agrícola, entendendo-a como parte de um mesmo processo, no qual um setor incide sobre o outro numa dinâmica de interdependência. Desta forma, ambos declinaram praticamente em paralelo na região Nordeste e em especial no estado da Paraíba.

3.1- Panorama da Evolução da indústria têxtil Mundial

A indústria têxtil foi a pioneira a nível mundial. Foi ainda no século XVII que as primeiras atividades industriais têxteis afloraram na Inglaterra e França. Inicialmente a partir de atividades domésticas, envolvendo mão-de-obra basicamente familiar e com base em equipamentos simples de madeira e movidos a força física humana. Embora essa atividade se desenvolvesse há séculos, é nesse período que assume um novo conteúdo marcando o próprio nascimento do capitalismo.

À medida que avançou o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, o processo de inovações tecnológicas e conseqüentes aumentos de produtividade, aquela indústria abandonou suas características meramente artesanal e familiar e aos poucos foi assumindo aspectos da indústria manufatureira, que marcou o modo de produção capitalista.

O século XIX representou a ruptura definitiva com os melindres da produção artesanal, em função de um mercado ainda tímido, restrito a Europa e um limitado mundo colonial consumidor. Os avanços tecnológicos do século XIX colocaram a indústria têxtil algodoeira como a ponta de lança do novo modo de produção que avançou sobre a Europa e posteriormente chegou aos mais distantes recantos do planeta. A trajetória da indústria têxtil algodoeira seguiu praticamente fiel os mesmos passos do modo de produção que a teve como genitora.

Os impactos da evolução da indústria têxtil algodoeira revolucionaram as atividades econômicas a nível mundial. Com uma capacidade de absorver algodão aumentada, à proporção das inovações tecnológicas, a indústria têxtil foi levada a ampliar mercados consumidores e aumentar cada vez mais o fluxo de matéria-prima (algodão) para alimentar suas máquinas com crescente capacidade produtiva.

Referindo-se a evolução da indústria têxtil algodoeira inglesa e às conseqüências de suas inovações às classes trabalhadoras, Karl Marx apresentou um quadro de sua evolução em aproximadamente 100 anos e os efeitos do aumento permanente de suas demandas. *“De 1770 a 1815, a indústria têxtil algodoeira só em 5 anos experimentou depressão ou estagnação. Durante esses primeiros 45 anos, os fabricantes ingleses possuíam o monopólio da maquinaria e do mercado mundial. De 1815 a 1821 houve depressão; em 1822 e 1823, prosperidade; em 1824, abolição das leis contra as Trades Unions, grande expansão geral das fábricas, em 1825, crise; em 1826, grande miséria e revolta entre os trabalhadores das fábricas; em 1827, ligeira melhoria, em 1828, grande aumento dos teares a vapor e das exportações; em 1829, as exportações; especialmente para a Índia, ultrapassaram todos os anos anteriores; em 1830, mercados abarrotados, grande penúria; de 1831 a 1833, mantém-se a depressão, e retira-se da Companhia das Índias Orientais o monopólio do comércio com a Índia e a China.”*⁹⁰

Continuando sua observação sobre a evolução da indústria têxtil algodoeira na Inglaterra, Marx apresentou suas constantes quedas e ascensões, descrevendo assim o final do ciclo

⁹⁰ Karl Marx. *O Capital - crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna, São Paulo, DIFEL, livro I, vol. II, 1982. pp. 520-521

analisado: “... Em 1859, grande prosperidade, aumento das fábricas. Em 1860, apogeu da indústria têxtil algodoeira. Então, os mercados indianos, australianos e de outras áreas ficaram tão abarrotados que, mesmo em 1863, não tinham absorvido ainda todo o encalhe. Tratado de comércio com a França. Desenvolvimento enorme das fábricas e da maquinaria. Em 1861, a melhoria continua por algum tempo, manifestam-se tendências opostas, sobrevivendo a guerra civil americana e a falta de algodão. De 1862 a 1863, colapso completo.”⁹¹

Essa passagem de “ **O Capital** ” demonstra as vinculações entre a indústria têxtil algodoeira britânica e a economia mundial. Os reflexos do desenvolvimento daquela indústria fez-se sentir em toda parte do mundo. Foi justamente a partir da Guerra Civil Americana que o Nordeste e a Paraíba passaram a ter destaque no fornecimento da matéria-prima àquela indústria. Por outro lado, foi a partir da integração deste mercado com a produção algodoeira que se incrementou a produção da malvacea e de suas exportações na Paraíba, a partir da segunda metade do século XIX.⁹²

Durante o século XX, a indústria têxtil inglesa passou a ocupar também o mercado brasileiro. Embora, não seja um setor de alto nível de internacionalização, a indústria têxtil nacional, em muitos casos, associou-se à indústria internacional. Esta por sua vez, desenvolveu-se em vários setores internamente. Desde o processo de confecção de fios, passando por confecção de tecidos, até o aproveitamento do subproduto do algodão, o caroço, conquistando o mercado interno da ração bovina.

Sobre a participação da indústria têxtil internacional, assim se refere Peter Ervans: “A desnacionalização é um rótulo razoável a ser aplicado à evolução dos produtos farmacêuticos; a indústria têxtil, porém, é mais difícil de caracterizar. As estimativas agregadas (...) mostraram um predomínio continuado do capital nacional com significativa participação estrangeira. Pode-se argumentar que, como a indústria foi criada pelo capital nacional, o

⁹¹ Ibid.

⁹² A respeito das exportações de algodão da Paraíba, no século XIX, no capítulo II apresenta uma tabela com dados entre 1862 e 1871, período em que o algodão passou a ser o principal produto da pauta de exportação do estado.

volume de participação estrangeira que existe hoje representa a desnacionalização a longo prazo. O rótulo 'desnacionalização', porém, obscurece a natureza complexa da interação entre o capital estrangeiro e o nacional nos têxteis."⁹³

3.2- Panorama da Evolução da indústria têxtil algodoeira no Brasil

A atividade têxtil no Brasil remonta às atividades artesanais nativas, quando, a partir da colheita de um tipo selvagem de algodão, os homens teciam redes, vestimentas e outros utensílios do cotidiano. Baseado num processo manual de separação da semente da lã do algodão, os nativos desenvolveram um processo de cardar a lã e, através de teares de madeira, chegaram inclusive a tecer redes. Embora houvesse um processo de manufatura, essa atividade era desenvolvida absolutamente para fins de autoconsumo.

Durante praticamente todo o período colonial, o Brasil foi apenas um exportador de produtos primários e importador de manufaturados. Foi, porém, a partir da segunda metade do século XIX que surgiram no Brasil iniciativas no sentido de produzir alguns bens, resultado da manufatura, para suprir algumas dificuldades de importações. Desta forma, alguns teares surgiram com vistas a tecer as roupas para os escravos e as sacarias para transporte de açúcar e café.

Espalhadas pelas fazendas do interior, estas incipiente indústrias desenvolveram inicialmente apenas o processo de separação do caroço (ou semente) da lã. Geralmente a lã era exportada para posterior regresso como produto acabado para o consumo interno. De acordo com o **Censo de 1920**, realizado pela **Diretoria Geral de Estatísticas**, existiam 2.072 instalações beneficiadoras de algodão em estabelecimentos rurais no País. Estas atuavam sob diversos sistemas de maquinaria, sendo assim distribuídas:

⁹³ Peter Ervans. *A Triplíce Aliança - as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*, 2ª. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 122.

Sistema de Maquinismo:

máquinas de serra - 709 unidades	bolandeiras - 484 unidades
máquinas de cilindros - 79 unidades	sistema indeterminado - 800 unidades

As máquinas de serra estavam assim distribuídas por estados: Paraíba - 197; Rio Grande do Norte - 120; Pernambuco - 103; São Paulo 93; Bahia - 53; Minas Gerais - 30; Ceará e Maranhão - 27; Sergipe - 22; Piauí - 13; Alagoas - 10; Rio de Janeiro (incluindo o Distrito Federal) - 10; Amazonas, Pará e Paraná - 02; e Santa Catarina - 01.

As Máquinas com Cilindros estavam assim distribuídas por estado: Pernambuco - 18; Paraíba - 17; Rio Grande do Norte - 13; São Paulo - 10; Ceará - 06; Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Alagoas, Piauí e Sergipe -02; e o Paraná -01.

Os principais fabricantes eram:

Nomes de Firms ou Fabricantes:

Eagle Cotton Gin., C^o. e Continental Cotton Gin., C^o. -	570 unidades
Bridgwater -	48 unidades
The Lummus Gin., C^o. -	15 unidades
Outros fabricantes -	955 unidades

As bolandeiras, instalações já descritas na introdução deste capítulo, estavam distribuídas nos seguintes estados: Goiás - 224; Paraíba - 54; Minas Gerais - 41; Rio Grande do Norte - 32;

Bahia - 24; Alagoas - 21; Pernambuco - 20 . Os demais estados apresentaram menos de 10 bolandeiras.

As máquinas estavam assim distribuídas, de acordo com a força motriz:

Força Motriz:

Motores a Animais -	520 unidades
Motores a Hidráulico -	127 unidades
Motores a Vapor -	670 unidades
Motores Elétricos -	66 unidades
Outros Motores -	381 unidades
Motores Indeterminados -	308 unidades

Assim se distribuía os motores, de acordo com a força motriz entre os estados brasileiros:

TABELA 11
DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS
DE MOTORES UTILIZADOS POR ESTADO - 1920

<i>estados</i>	<i>Motores a Vapor</i>	<i>Motores Hidráulicos</i>	<i>Motores Elétricos</i>
PB	178	--*	08
PE	132	--*	01
RN	127	--*	06
SP	57	24	42
CE	50	--*	02
MA	28	--*	01
SE	28	--*	--*
AL	22	--*	--*
MG	17	48	--*
PI	14	--*	--*
TOTAL	670	127	66

FONTE: IBGE Censo de 1920

* Não há registros.

Os dados acima são importantes para verificar a estrutura produtiva dessas instalações beneficiadoras de algodão, que eram parte da indústria têxtil algodocira, aqui estudada. Na realidade, para entender a geografia do desenvolvimento do setor têxtil industrial brasileiro e suas conseqüentes disparidades regionais, foi preciso ir às origens históricas deste processo, aqui apresentada parcialmente. Percebe-se que, embora os estados nordestinos apareçam como destaques em termos de quantidades de máquinas de beneficiar o algodão, estas são sempre de níveis técnicos inferiores as de São Paulo.

Para tanto, basta observar a relação de motores a base de energia elétrica. Do total de 66 motores movidos a energia elétrica das máquinas de beneficiar algodão, 42 estavam no estado de São Paulo, isto é 63,63%. Enquanto que no Nordeste, apenas 18, ou 27,27%, quando a região Nordeste era a maior produtora de algodão do país. Por outro lado, os dados mostram que os motores envolvidos nas atividades beneficiadoras de algodão de nível mais simples estão em sua grande maioria espalhadas nos povoados e fazendas nordestinos. Nestas, computam-se 86,41% dos motores a vapor, e logicamente nenhum motor hidráulico, visto as características de grande carência d'água na região.

Ainda sob esta ótica, verifica-se a predominância de máquinas de serra e com cilindros no Nordeste. Estas já estavam praticamente superadas pelos fusos de máquinas modernas importadas da Europa no início do século. Dos dados fornecidos acima, ainda pode-se verificar o nível dessa manufatura, no início do século, no Brasil. Dos 2.072 motores utilizados para mover as máquinas de beneficiamento do algodão, 520 eram movidos por tração animal, ou seja 25%; 127 por hidráulica, ou 6,1%; a vapor 670, correspondendo 32,3%, o maior índice; sendo 18,4% o índice para outros motores e 14,9% para motores indeterminados. Há porém de registrar-se que apenas 3,2% dos motores empenhados no beneficiamento do algodão no início do século eram movidos a energia elétrica. O Brasil no início do século continuava em plena era da máquina a vapor.

As primeiras fábricas têxteis, organizadas a partir do processo industrial no Brasil, surgiram em 1816, em Minas Gerais; e em 1826, em Pernambuco. Foi a partir da segunda metade do século passado que se desenvolveram no país algumas indústrias têxteis. Em 1864, são 20 em

todo território nacional, sendo 8 no Nordeste. Registros comprovam que já em 1881 o total era de 44 indústrias com 60.000 fusos e com uma capacidade de empregar 5.000 operários. “*Nas décadas seguintes, houve uma aceleração no processo de industrialização e, às vésperas da primeira guerra mundial, contávamos com cerca de 200 fábricas que empregavam 78.000 pessoas*”.⁹⁴ Neste período, estas se desenvolveram mais rapidamente no Centro-Sul, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, absorvendo muito do algodão e parte da lã produzida no Nordeste. Neste período a indústria têxtil nacional vai representar a maioria da demanda pela fibra de algodão nordestino.

É a partir da 1ª Guerra mundial que o país se viu obrigado a desenvolver uma indústria mais ‘moderna’, que realmente suprisse as carências das importações, consequência da guerra na Europa. A indústria têxtil foi a pioneira no processo; avançando em todas as direções. Parte da forma primitiva, encontrada já com os nativos, ou desenvolvendo-se nos moldes da indústria inglesa ou francesa, com motores e equipamentos importados. Verifica-se que até o início da 1ª guerra mundial atuavam no país apenas 10 grandes indústrias têxteis algodoeiras, sendo que destas, 9 eram de capitais nacionais e 1 de capital estrangeiro.⁹⁵

O avanço da indústria têxtil nacional na primeira metade do século é muito rápido, e no censo de 1940, os dados apresentam números que demonstram o alto incremento do setor. A tabela 12 evidencia também a tendência de concentração regional no desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil. Numa comparação do desenvolvimento da indústria no estado de São Paulo com o Nordeste e a Paraíba, verifica-se que há uma tendência de concentração regional no estado de São Paulo.

⁹⁴ Dados fornecidos pela SUDENE. “Dados sobre o Brasil”. Departamento de Industrialização. *Pesquisa sobre a indústria têxtil no Nordeste do Brasil - 1969*. Recife, 1971, p 20. Apud Alcir Veras. *Algodão e indústria têxtil do Nordeste - Uma atividade Econômica Regional*. Natal, Ed. Universitária/UFRN, 1980. p 43

⁹⁵ Dados fornecidos pela Revista Visão, 1974:265. Apud Peter ERVANS. *Op. cit.*, p. 125

TABELA 12

A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL, SÃO PAULO, NORDESTE E PARAÍBA

ANOS	BRASIL	SÃO PAULO		NORDESTE		PARAÍBA	
1940	2.212	998	45%	816	36,8%	212	9,5%
1950	2.941	-	-	-	-	193	6,5%
1960	4.272	2.149	50,3%	-	-	104	2,4%
1970	5.309	3.251	61,2%	-	-	59	1,1%
1980	7.153	3.718	52%	1.343	18,7%	355	5,0%
1985	5.534	2.432	43,9%	1.350	24,3%	281	5,0%

FONTE: IBGE - Censos de 1940,1950,1970, 1985 e Sinopse Estatística do Brasil -1977

O processo de concentração industrial regional pode ser considerado inerente ao próprio modo de produção capitalista ou à própria natureza da industrialização nacional. Para estudiosos deste processo, o fato de São Paulo ter atraído e concentrado a industrialização nacional tem suas bases na sua própria dinâmica interna de desenvolvimento econômico. Para Wilson Cano, “ *São Paulo contava com a maior parte da indústria nacional e também com a mais diversificada e, há que se considerar ainda, que aqui se desenvolveram relações capitalistas de produção mais amplas do que as verificadas na maior parte da periferia nacional. Os efeitos da política de recuperação da economia se fizeram sentir mais decisivamente em São Paulo do que no resto do país, dada sua maior base econômica - tanto a cafeeira quanto a industrial e urbana. No que se refere à periferia nacional, já mostrei que, antes da ‘crise de 1929’ seu desempenho econômico era sofrível, com exceção das regiões cafeeiras. Daí não haver dúvidas sobre o fato de que seria a região de São Paulo que poderia conduzir dominantemente o novo padrão de acumulação e integrar o mercado nacional sob sua determinação econômica. O novo padrão de acumulação seria dominado pelo capital industrial e este, majoritariamente, estava sediado em São Paulo; era ali onde se concentravam seus maiores interesses, maior mercado, maior capacidade de articulação inter-setorial, maiores ganhos de escala e de economias externas, e o mais bem constituído mercado de trabalho*”.⁹⁶

⁹⁶ Wilson Cano. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. 1930 - 1970*. São Paulo, Global, 1985, p 187

Realmente, a infra-estrutura de que gozava o estado de São Paulo atraiu capitais e investimentos. Por outro lado, o capital gerado na economia cafeeira paulista foi, sem dúvidas, um importante elemento que possibilitou montar em São Paulo um parque industrial mais avançado em relação ao resto do país. O fato de ter uma indústria mais produtiva deu a São Paulo a condição de concentrar indústria em todos os setores. Por outro lado, o estado foi beneficiado com a política tributária nacional.⁹⁷

Fator de suma importância para entender as alterações na indústria têxtil nacional é compreender a evolução da indústria nacional como um todo. Para isso, a seguir apresenta-se a discussão sobre o processo de substituição de importação, que é pedra angular para o entendimento da industrialização brasileira nos últimos 50 anos.

Primeiramente, é importante destacar que o Brasil é um país de industrialização retardada, pois ingressa num movimento industrializante com aproximadamente um século de atraso. Fato inclusive compartilhado com toda periferia capitalista. deste modo é necessário compreender como o Brasil promove seu processo de substituição das importações numa economia em processo de globalização e hegemônica por grandes monopólios.

De fato, o processo de substituição das importações, no Brasil, ocorreu sufocando a incipiente indústria nacional, em favor dos monopólios internacionais. Procurou substituir as importações com a implantação de uma indústria estrangeira em território nacional. As consequências foram muitas e as críticas também. Um dos trabalhos mais brilhantes que aborda essa questão é o de Maria da Conceição Tavares: **Da Substituição de Importação ao Capital Financeiro**. Nele é abordado, a partir de várias análises e principalmente dos estudos de Celso Furtado, que o processo de substituição das importações no país ocorreu numa lógica perversa de hegemonia do grande capital internacional⁹⁸.

⁹⁷ Cf. Francisco de Oliveira. *Elegia Para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁹⁸ Tavares (1988)

Guido Mantega, analisando as diversas correntes da economia política brasileira, aborda a questão da seguinte forma: “(...) *À medida que enveredava na trilha da substituição de importações, o processo de industrialização brasileiro pautava-se pela produção de mercadorias semelhantes às originárias dos centros desenvolvidos, e adequadas, portanto, à combinação de recursos produtivos e às respectivas técnicas desses países, embutidas nesses produtos e nos meios de produção que também se importavam. Assim, a industrialização brasileira fez-se de acordo com as prescrições técnicas e com a oferta de meios de produção condizentes com outra realidade e outro estágio de desenvolvimento que não o nosso, conduzindo o Brasil a uma má utilização de seus recursos econômicos*”.

Ora, de acordo com o autor, este processo representa as perdas da indústria doméstica para a indústria estrangeira. Reside aí um dos principais argumentos na observação do declínio da indústria têxtil nacional e mais precisamente nordestina, visto que a indústria paulista associa-se ou desenvolve condições de concorrer com às de capital internacional. Utilizando Celso Furtado, o autor afirma: “*Essa situação é agravada, segundo Furtado, pelas características monopolistas das empresas que se instalam na periferia subdesenvolvida, utilizando grandes montantes de capital devido à tecnologia sofisticada e operando com grandes escalas de produção, em flagrante contraste com a precariedade dos mercados subdesenvolvidos*”⁹⁹.

Dessa forma, entende-se que a indústria doméstica de nível técnico atrasado tende a ser ‘engolida’ pelas grandes que passam a penetrar país afora. Este processo ocorre em todo o país, mas no caso do Nordeste seus efeitos são sentidos com mais violência.

Quanto ao Nordeste e a Paraíba, particularmente, observa-se uma tendência a redução de sua participação no conjunto da indústria têxtil nacional. Verifica-se que nos estabelecimentos rurais do Nordeste existem um grande número de ‘indústrias de beneficiamento do algodão’. No entanto, fica claro, que estas não têm condições de competir no mercado com as indústrias relativamente modernas do Centro-Sul, embora apareçam momentos de crescimento; que

⁹⁹ Mantega (1987)

segundo alguns autores deve-se a implantação de indústria têxteis do Centro-Sul ou mesmo de multinacionais na região, em função da matéria-prima e da mão-de-obra baratas.¹⁰⁰ Dessa forma, talvez se possa compreender como durante o período de maior crescimento industrial brasileiro, ou seja, entre 1950 e 1970, a participação da indústria nordestina e paraibana tenha decrescido em termos relativos e, também em termos absolutos, conforme a tabela 12. Contudo, no período de crise e estagnação dos anos oitenta, os dados da tabela 12 apresentam um crescimento considerável na participação nacional, como também uma tendência de crescimento da indústria têxtil a nível absoluto na década dos oitenta. Como veremos, a seguir esta tendência confirma-se a nível de Paraíba.

3. 3 - Evolução e Crise da indústria têxtil algodoeira na Paraíba

A manufatura do algodão, tanto na Paraíba como no Nordeste, tem raízes nas atividades primitivas tribais. O processo desenvolveu-se entre os nativos como aproveitamento da lã do algodão em tecidos e redes para dormir, além de outras utilidades já apresentadas no 2º capítulo. Porém, com o desenvolvimento da cultura algodoeira, ocorreu em paralelo, o processo de 'modernização' na manufatura do algodão.

No período colonial, a tecelagem do algodão destinava-se basicamente à confecções de peças e vestuários, como também à confecção de sacarias para os engenhos de açúcar. Os teares usados na manufatura dessa época caracterizavam-se por seu caráter artesanal, ou semi-industrial, logicamente ofereciam baixos recursos técnicos e uma baixa produtividade.

A velocidade do desenvolvimento industrial inglês no último quartel do século XVIII, provocou uma permanente superação de sua maquinaria. Parte dessa maquinaria obsoleta na Inglaterra e em toda Europa migrou para as colônias, ou para os países periféricos. Dessa forma,

¹⁰⁰ Alcyr Veras. Op. cit., p.48

espalharam-se no Nordeste, por todos os estados, algumas indústrias têxteis com as máquinas obsoletas do processo industrial inglês. Esse processo chegou a um nível que preocupou a Coroa Portuguesa. Esta, pressionada pelos próprios ingleses, ávidos pelo algodão nordestino, proibiu, em 1785, a fabricação ou tecelagem no Brasil que não fosse com a função de servir para vestir os negros ou para fins de empacotamentos. *“Na verdade, o alvará de 1785, ao mesmo tempo em que foi um instrumento político no sentido de evitar a perda de domínio da Coroa Portuguesa sobre a colônia, cuja economia estava em via de estruturação de alguns mercados internos, o que poderia através da instalação de indústrias garantir-lhe uma relativa autonomia, serviu também de proteção aos interesses comerciais ingleses, na medida em que garantia o fornecimento absoluto da matéria-prima - o algodão, e continuava assegurando o mercado consumidor para os seus manufaturados têxteis”*.¹⁰¹

Dessa forma, a indústria têxtil no Nordeste nasceu como um subproduto da Inglesa. Montada através de ‘sobras’ ultrapassadas do maquinarismo inglês, instalaram-se aqui, muitas vezes, fábricas completas vindas da Inglaterra, inclusive com engenheiros e técnicos para montagens e reparos. muitas dessas máquinas vararam século. A primeira indústria têxtil montada na região data da década de 1820, após a revogação do alvará de 1785, em 1808, visto que os interesses britânicos alteravam-se em relação ao país. *“Desse modo, o Nordeste não se filia mais à Inglaterra como um grande fornecedor de matérias-primas (assumido pelos EUA), mas num consumidor dos produtos industriais ingleses”*, principalmente, bens de capital. É assim que o *“Imperialismo britânico”* exporta capitais e *“inicia a construção de várias estradas de ferro, portos, empresas de serviços urbanos e participa significativamente do reequipamento das usinas”*.¹⁰²

Assim, a indústria têxtil algodoeira avançou pelo Nordeste. Na Paraíba, a cidade de Campina grande, formada através do desenvolvimento do comércio de algodão na região, centralizava o comércio entre o algodão produzido no sertão, agreste, cariris e os produtos do

¹⁰¹ Ibid., pp. 35/36

¹⁰² Id. Ibid., p 38

brejo e litoral; foi a cidade sede da primeira indústria têxtil do estado . Fundou-se nesta cidade em 1919, o **Cotonifício Campinense**¹⁰³; em Areia, cidade do brejo paraibano, embora sua área agrícola fosse especializada em cana, café e outro gêneros alimentícios, fundou-se em 1946, a **Fiação e Tecelagem Arenópolis**.

Campina Grande centralizou, nos anos vinte, o negócio do algodão no estado. Sendo o principal pólo comercial algodoeiro do estado e do Nordeste, numa intensa ligação com o mercado internacional, a cidade desenvolveu suas potencialidades a partir de 1907, quando chegou a ponta de trilhos da Great Western.

Em 1923, uma grande indústria têxtil organizou-se na cidade: tratava-se da fábrica de Tecidos Reunidas da firma Marques de Almeida & Cia.¹⁰⁴ A maquinaria dessa fábrica fora importada da Inglaterra, os teares já usados foram trazidos do Recife; *“a fábrica destinava-se inicialmente à fabricação de tela de juta para envolver os fardos de algodão prensados”*.¹⁰⁵ Com o crescimento, a firma abriu o setor de produção de fios para elaboração de redes. Posteriormente, alterou a linha de produção, modificou os teares destinados às telas de jutas, em teares que fabricassem telas de algodão e passou a fabricar sacos de açúcar. Inicialmente abastecia todo mercado de Pernambuco, mais depois conquistou novos mercados, inclusive o da Paraíba. *“A empresa ingressou, também, no comércio de algodão, passando a exportá-lo para a Inglaterra e Alemanha, possuindo descaroadores em Souza, Patos e Queimadas. Em 1937, fundou a fábrica de óleo de caroço de algodão, a primeira do gênero em Campina Grande”*¹⁰⁶.

¹⁰³ Id. Ibid., p 42.

¹⁰⁴ Segundo Silvano Alberto de Vasconcelos. Ascensão e queda da economia Algodoeira de Campina Grande. João Pessoa, UFPB, 1980, p. 79, esta teria sido a primeira indústria têxtil de Campina Grande. Porém, de acordo com pesquisas e a definição de indústria têxtil aqui utilizada, considerou-se indústria têxtil algodoeira todas as fases da manufatura de algodão, considerando o registro de inúmeras formas de beneficiamento do algodão sem necessariamente tratar-se de uma indústria têxtil moderna. Ainda considera-se o fato de existirem registros de indústria têxtil num nível bastante avançado, não se considerou nesse trabalho a indústria de tecidos da firma Marques de Almeida a primeira de Campina Grande. mas sim o Cotonifício Campinense. Vide Epaminondas Câmara, **Datas Campinenses**, e estão de acordo com o registro de cadastro da **FIEP (Cadastro Industrial de Campina Grande - 1985, p. 91)**, enquanto que os dados de Alcír Veras baseiam-se em relatórios da SUDENE.

¹⁰⁵ Silvano Alberto de Vasconcelos. op. cit., p 79

¹⁰⁶ Id. Ibid., p 80

No período de 1923 a 1933, algumas indústrias têxteis organizaram-se no estado, a maioria em Campina Grande. Sendo assim, a cidade chegou a 1933 com 4 prensas para algodão, sendo elas: **Demóstenes Barbosa & Cia.**; **Cia. Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão**; **Lafaiete, Lucena & Cia.**; **José Vasconcellos & Cia.**; e 3 indústria têxteis: **S/A indústria têxtil de Campina Grande**; **Marques de Almeida & Cia.** e **Ulisses Silva & Cia.**¹⁰⁷ Em Termos de armazéns de algodão compras e de consignação, a cidade dispunha de 35. A Paraíba por sua vez contava com várias indústrias têxteis, além das de Campina Grande, destacaram-se as de Areia, Rio Tinto e Santa Rita.

Típica cidade fruto da indústria têxtil algodoeira foi a cidade de Rio Tinto. Distrito de um centro comercial de grandes riquezas, resultado da economia açucareira-canavieira. Rio Tinto foi escolhida, nos anos 30, para sediar uma das maiores indústrias têxteis do Nordeste - a **Ludgren**, que já tinha instalado a **Companhia Têxtil Pernambucana**, em Recife. De capital holandês, a indústria tornou-se responsável por praticamente 50% da economia da cidade.

Há porém que se ressaltar as inúmeras firmas descaroçadoras, ou fabricantes de óleo de algodão no estado, além das bolandeiras (na forma mais primitiva), das prensas e usinas de descaroçamento. Estas situavam-se quase sempre na zona rural, como mostrou-se no primeiro item deste capítulo. Estas usinas, bolandeiras ou prensas de algodão foram responsáveis pelo surgimento de inúmeros povoados e vilas do interior paraibano. Aliás, conforme levantamento do IBGE, o estado que tinha a maioria destas indústrias semi-artesanais, era a Paraíba. Para se ter uma idéia, no Censo de 1920, dos 11 municípios com maior quantidade de descaroçadores de algodão funcionando com máquina a vapor do país, 7 eram paraibanos, são eles: Espírito Santo - 21; Pilar - 18; Monteiro - 17; Ingá - 12; São João do Cariry - 12; Patos - 11 e Piancó - 10.

Nos anos trinta, a Paraíba tinha 782 descaroçadores de algodão, sendo eles divididos em bolandeiras, usinas ou outra forma de beneficiamento do algodão. Havia um total de 20.039 máquinas de serras. Os descaroçadores espalhavam-se por todo o estado, sendo os municípios

¹⁰⁷ Cf. Anuário Estatístico de Campina Grande - 1933.

com maior quantidade os seguintes: Campina Grande - 55; Patos - 46; Picuí - 42; São João do Cariry - 41; Monteiro - 40; Pilar - 37; Souza - 35; Piancó - 32; Antenor Navarro - 31. Os demais municípios tinham menos de 30 descaroçadores.

Numa estreita vinculação com o mercado internacional, a produção algodoeira paraibana escoava via portos do Recife e de Cabedelo, inicialmente passando por Campina Grande, depois numa relação direta entre as cidades do sertão e os Portos, através dos caminhões. Os importadores, principalmente ingleses e alemães, instalaram-se em diversos pontos do estado para facilitar tal escoamento da produção estatal. Por sua vez os empresários locais visavam o mercado externo e multiplicam os negócios de exportação do estado. Segundo a revista **ALGODÃO**, de 1937, a Paraíba contava com 22 firmas de exportação de algodão.

Estas ocupavam estrategicamente as áreas mais importantes no negócio do algodão no estado. Embora a maioria fossem firmas de capital local, as multinacionais participavam com maior peso (sobre as multinacionais SANBRA e ANDERSON CLAYTON será apresentado adiante as diversas visões da influência destas, no declínio do algodão regional). Abaixo, estão relacionadas as principais firmas exportadoras de algodão na Paraíba em 1937.¹⁰⁸

NOME DAS FIRMAS:

CAMPINA GRANDE: João Araújo & Cia.
 Araújo Rique & Cia.
 Vieira Filho & Cia.
 Louis Dreifus
 José Aranha
 Araújo Lucena & Cia.
 José de Brito & Cia
 José Simões & Filho
 Anderson Clayton & Cia.
 Com. América Fabril
 Demóstenes Barbosa & Cia.
 S. A. Nordeste Brasileiro - SANBRA
 João Leôncio

¹⁰⁸ Silvano Alberto de Vasconcelos. Op. cit., p. 94

**PRAÇA DE JOÃO PESSOA: José Henrique e Companhia & Cia.
 Abílio Dantas & Cia.
 Soares de Oliveira & Cia.
 Anderson Clayton & Cia
 Nicolau da Costa
 S.A. Nordeste Brasileiro - SANBRA
 S.I.R.F. Matarazzo**

**CAJAZEIRAS: Anderson Clayton & Cia. Ltda.
 J. Mattos**

Embora em termos quantitativo tenha havido uma predominância de firmas de capital local, verifica-se que as duas grandes multinacionais atuantes no setor aparecem nas três ‘praças’ receptoras e exportadoras de algodão. A Anderson Clayton instalou-se nos três municípios: a capital, que escoava através do porto de Cabedelo; Campina Grande, cidade empório que centralizava grande parte do algodão do estado e ainda, Cajazeiras, que no Alto sertão recebia o algodão daquela área do estado e tinha a possibilidade de escoar via o estado vizinho do Ceará. Por fim, há de considerar que já em 1936 a Anderson Clayton contava com escritórios em 40 municípios, objetivando financiar plantio e “apoiar” os produtores de algodão. A SANBRA instalou-se em Campina Grande e João Pessoa, os dois pólos estratégicos para monopolizar a produção.

A instalação das duas grandes indústrias multinacionais do setor têxtil no Nordeste e, em especial na Paraíba, provocou grandes discussões. Para alguns autores como Celso Mariz e José Américo de Almeida significou uma das razões do declínio da indústria local; Celso Mariz cita como “*principal causa no desmantelamento da economia algodoeira do estado*”. Para outros, pelo contrário, a participação direta das indústrias têxteis multinacionais na economia algodoeira regional teria dinamizado este setor.

A SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) instalou-se no estado em 1933. Ainda nos anos trinta instalou-se a Anderson Clayton. A SANBRA introduziu-se no Nordeste através de uma associação com a indústria têxtil pernambucana “ Pinto Alves & Cia.”. Com maior capacidade produtiva e equipamentos bem mais modernos do que os modestos

descaroçadores existentes anteriormente, estas açambarcaram realmente boa parte da produção algodoeira no estado e desenvolveram métodos de comercialização e interação com os produtores que provocaram uma seleção de empresas no mercado.

Tanto a SANBRA como a Anderson Clayton, utilizavam a mesma metodologia: 1º - Só compravam algodão em caroço; 2º - Pagavam um preço bem mais elevado para o algodão em caroço do que aquele vigente no mercado; e 3º - Financiavam os agricultores em larga escala, comprometendo a produção destes com estas firmas.¹⁰⁹

As razões da seleção das firmas de algodão são facilmente entendidas, se considerar-se a forma como penetraram na economia regional as grandes indústrias multinacionais. Num período inferior a dez anos, o mercado paraibano encontrava-se praticamente monopolizado pelas grandes empresas, entre elas, as duas multinacionais. Com poucas firmas atuando no mercado, tornaram-se fácil e rotineiro os acordos entre si e o estabelecimento de rigorosos sistemas de “padronização de fibras”.

Para o historiador paraibano Celso Mariz, “ainda mais que a SANBRA, o advento da Anderson Clayton fez tremer os paraibanos. Parecia polvo de mil tentáculos, com uma técnica de trust, favores, isenções e relações que podia utilizar como nenhuma outra. Alastrando-se no estado como a mais moderna maquinaria americana que vinha extinguir os organismos pequenos, maquinazinhas de 15 serras, locomóveis, vapores de 2,5 cavalos do nosso interessante parque do último quartel do século XIX e o primeiro do século XX”. Mais adiante Celso Mariz completa: “A Paraíba, em 1935, tinha mais de 800 descaroçadores pequenos. Deu-se com a indústria do algodão o mesmo fenômeno que se produziu com o açúcar. No raio da influência de uma usina de cana, morria o fogo de 50 hangtiês. A cada chaminé da Anderson Clayton, da SANBRA e de alguns grupos modernos que se aparelharam ao aparecimento destes, paravam 50 vapores em torno”¹¹⁰.

¹⁰⁹ Ibid., p 92.

¹¹⁰ Celso Mariz. *Evolução econômica da Paraíba*. João Pessoa, UNIÃO, 1939. pp. 33/35.

Com o número reduzido de empresas liderando o mercado paraibano de algodão, estas passaram da fase inicial de favores e benefício aos agricultores à fase que pode ser chamada de controle sobre os produtores. Assim relata o processo, Silvano Vasconcellos: *“a partir de então, seria lançada uma nova política de atuação. 1-) Acordo entre essas empresas antes do plantio do algodão, estipulando um preço altamente remunerador para a safra, impelindo os agricultores a aumentarem suas produções, na ânsia de maiores lucros; 2-) Acordo no início da colheita para estipular os preços a serem pagos ao algodão e o prazo de vigência desse preço”*¹¹¹.

De acordo com Vasconcellos, este controle sobre o preço e o prazo do produto colocava os agricultores na dependência das grandes empresas. À medida que colhiam o algodão, os agricultores eram obrigados a comercializar o produto direto com a firma na qual haviam contraído os empréstimos. Como as empresas estabeleciam um prazo de compra, quem não vendesse naquele período perdia a oportunidade de preço, sendo obrigado a fazer um “contrato de encostamento”. Nesses contratos, os produtores se viam obrigados a colocar seu produto nos armazéns da empresa. Esses contratos variavam de 30 a 60 dias, dependendo do tamanho e capacidade de armazenamento das empresas.

O fato de o algodão encontrar-se estocado nas dependências da empresa já se apresentava como grande vantagem as firmas, pois para os produtores retirarem o produto daqueles armazéns teria que romper um contrato e conseguir transportes. Por outro lado, a existência de poucas empresas, e estas na maioria acordadas entre si, colocava o produtor “nas mãos” daquelas indústrias. Dessa forma, o trabalhador via-se impelido a vender seu algodão pelo preço do dia, estabelecido pela empresa; visto que, na maioria, estes agricultores haviam assumido compromissos financeiros para serem pagos com a colheita. Sendo assim, não poderia esperar melhoria de preços do produto, submetendo-se ao oferecido.

¹¹¹ Silvano Alberto de Vasconcelos. Op. cit., p 95

Como já foi apresentado no II Capítulo, o algodão paraibano era produzido na grande maioria por pequenos agricultores; às vezes camponeses, muitas vezes meeiros ou posseiros e na maioria, um conjunto de trabalhadores descapitalizados dependentes basicamente das rendas oferecidas pelo algodão. Esse mecanismo de interação entre os produtores descapitalizados e estas indústrias com características de cartéis colocou os agricultores em franca desvantagem.

A influência do setor industrial nos destinos da cotonicultura paraibana foi sentida pelos produtores. Em depoimento sobre os 'tempos áureos' do algodão na Paraíba, um agricultor assim narrou o que sentiu como influência do controle da grande indústria têxtil sobre a produção algodoeira. Na realidade, ele sentiu a força do monopólio, vejamos: "*O que aconteceu foi que antes, a gente produzia o algodão e os compradores nos procuravam, depois a gente tinha que ir atrás de comprador, e ficava vinculado a este, pois produzia para aquele 'corretor de algodão' que havia emprestado algum dinheiro para plantar*"¹¹².

Este processo, iniciado na década dos 30, ocorreu fortemente na década dos 40, ano inclusive de auge da produção algodoeira no estado. Porém, a partir dos anos 50, a situação agrava-se. O processo de integração econômica nacional ocorre em alta velocidade, fazendo com que acelere-se o processo de comunicação. A passagem do transporte ferroviário ao transporte rodoviário pareceu aproximar distâncias e colocou áreas produtivas, antes distantes, próxima de outras, às vezes menos produtivas, levando conseqüentemente dificuldades para estas últimas.

Esse processo é típico da região Nordeste brasileira e do estado da Paraíba, que entra em acentuada decadência, justamente a partir desta integração. O processo ocorreu à medida que se tinha na Paraíba uma indústria têxtil monopolizando o setor industrial algodoeiro. Indústria esta que desenvolvia basicamente as funções de beneficiar o algodão, ou seja, extrair o caroço e prensar a lã para exportação internacional ou para o Centro-Sul. Do caroço extraía-se o óleo, fabricava-se e comercializava-se a 'torta' para abastecer o mercado nordestino da pecuária

¹¹² Depoimento de José Hemetério Cordeiro Duarte, agricultor do município de Boqueirão, PB. Entrevista realizada pelo autor em novembro de 1995.

leiteira. Essa, inclusive, era a função mais compensadora para estas indústrias, que sempre mantinham uma relação entre o preço da matéria-prima, o algodão, com o preço da 'torta'.

No setor agrícola, observou-se o fenômeno da baixa produtividade algodoeira, pois, como já se apresentou no II Capítulo, esta era desenvolvida basicamente por pequenos agricultores descapitalizados, e de forma praticamente semi-artesanal. Neste setor o algodão não figurava como produto principal. Além desses problemas inerentes à economia, haviam os das próprias condições climáticas desfavoráveis. Mesmo que o algodão necessitasse de pouca água e pouca chuvas, estas por serem quase sempre irregulares e concentradas deixavam os produtores de algodão com poucas alternativas que não consorciar este produto com os de sua subsistência. Tudo isto agravado por uma estrutura agrária que submetia o pequeno camponês a o grande proprietário pecuarista.

Este frágil complexo econômico tornou-se dependente das grandes empresas estabelecidas na região. Estas, por sua vez, viam nesta organização a forma mais lucrativa de ampliar seu negócios. Com a modernização das relações econômicas do país e as facilidades de transportes e comunicações, promoveu-se uma ocupação do algodão paulista no Nordeste. As indústrias na paraíba instaladas passaram a importar o algodão paulista, pois este com maior produtividade, oferecia melhores preços e melhor qualidade.

O processo de modernização e internacionalização da indústria brasileira como um todo, e em especial da indústria têxtil algodoeira, ocorrida a partir dos anos 50, eliminou muitas das indústrias de capital local. Um setor de grande importância na economia começou a declinar sem mais ressoerguimento. Nos anos 60, a Anderson Clayton deixa a paraíba e concentra suas atividades do Nordeste em Recife, para depois permanecer basicamente no Centro-Sul. Os anos sessenta e setenta foram de grandes 'pressões' da indústria internacional e do Centro-Sul sobre a indústria local. A indústria modernizou-se, mas provocou uma tendência a eliminar mão-de-obra e não mais procurar a matéria-prima na própria região. A tabela 13, a seguir, apresenta o quadro dessa modernização no Nordeste.

TABELA 13
NORDESTE: EVOLUÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PRINCIPAIS DA INDÚSTRIA TÊXTIL 1959/78

<i>Especificação</i>	<i>Em Operação</i>				<i>Em Operação, e</i>
	1959	1969	1972	1978	<i>em Implantação</i>
Fusos (em mil)	642,3	433,1	602,8	792,9	1.171,1
Teares (em mil)	22,5	11,0	10,9	12,1	14,2
Fusos (1959 = 100)	100	67	94	123	182
Teares (1959 = 100)	100	49	48	54	63

Fonte: SUDENE

O processo de 'reequipamento' da indústria têxtil levado a cabo pela SUDENE realmente promoveu uma modernização no setor. Segundo a Tabela 13, houve uma intensa modernização entre 1959 e 1978, com uma queda entre 1959 1972, para voltar à modernização da indústria. A medida que aumentou os números de fusos e diminuiu o número de teares, constata-se que há uma substituição da indústria semi-artesanal, representada pelos teares, pelas indústrias de fusos. No entanto, a simples observação numérica esconde que estas indústrias inovadas em boa parte tem capital originário do Centro-Sul, e logo passaram a buscar matérias primas noutras áreas que não o Nordeste, como também, eliminaram mão-de-obra, conforme a tabela 14, a seguir.

TABELA 14
PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA TÊXTIL DO NORDESTE
1959/1978

<i>Anos</i>	<i>Pessoal Ocupado</i>	
1949	80.700	100
1959	58.600	72,6
1970	38.400	47,5
1975	44.700	55,3
1980	56.500	70,0

FONTE: IBGE - Censos Industriais de 1950, 60, 70 e 80

* Vide Leonardo Guimarães. Op. Cit. p 199

As tabelas 13 e 14 denunciam a existência de um processo paralelo entre o incremento tecnológico e a liberação de mão-de-obra. Dados da SUDENE em 1971 mostram que na Paraíba, entre 1959 e 1969, resultado do processo de 'modernização' da indústria têxtil, houve uma liberação de quase 50% da mão-de-obra envolvida no setor. Para um total de 4.108 pessoas ocupadas na indústria têxtil algodoeira, em 1959, a Paraíba chega a 1969 com apenas 2.581 pessoas ocupadas; tendo admitido no período apenas 586 pessoas e liberado 2.113 pessoas¹¹³.

A SUDENE, após o programa de reequipamento da indústria Têxtil nordestina, realizou um estudo e comprovou que: "1- o consumo de Têxteis do Nordeste vem aumentando, enquanto que o consumo de tecidos de produção local têm baixado sensivelmente; 2- O Nordeste tem ampliado suas importações de tecidos de qualidade superior diante de um aumento proporcionalmente menor das exportações de artigos inferiores; e 3- Observa-se, portanto, que o Centro-Sul vem dominando o mercado nordestino de tecidos de melhor qualidade".¹¹⁴

De acordo com o diagnóstico da SUDENE, a integração da indústria têxtil nordestina com a do Centro-Sul deu-se sob a dependência da primeira. Embora este tenha sido tema do primeiro capítulo, faz-se importante aqui ressaltar alguns aspectos específicos do setor têxtil. Sobre este aspecto, Alcir Veras (1980: 79), destaca 4 pontos decisivos, geradores dessa dependência, seriam eles: "a -) A grande parcela do capital das indústrias implantadas no Nordeste são do Centro-Sul ou de origem estrangeira; b-) Cerca de 70% dos insumos industriais (matérias-primas semi-elaboradas), utilizadas pelas indústrias locais, provêm do eixo sul; c-) 60 a 80 % da produção de manufaturas têm como mercado a região Sulista; d-) a mão-de-obra de nível especializado procede do Centro-Sul".¹¹⁵

¹¹³ SUDENE - Pesquisa sobre indústria têxtil no Nordeste. Recife, 1971, p 38. Apud Alcir Veras. *Algodão e indústria têxtil do Nordeste - Uma atividade Econômica Regional*. Natal, Ed. Universitária/ UFRN, 1980, p 65

¹¹⁴ Ibid., p 64

¹¹⁵ Id. Ibid., p 79

Mesmo com a política de industrialização da região, levada a cabo pelos órgãos de políticas regionais como a SUDENE, BNB e o FINOR, não atacaram este problema e a indústria nordestina continuou se desenvolvendo como dependente da do Centro-Sul. Agravando-se esse processo a partir da segunda metade da década do 60, com um avanço dos produtos de origem sintética e artificiais, fato que trouxe inovações ao processo, mas que também levou a provocar crise no setor agrícola. Assim se refere Alcir Veras à questão: *“Com relação às matérias-primas, as indústrias nordestinas vêm aumentando gradativamente o uso de fibras sintéticas. Essa medida, se de um lado possibilitou a diversificação da produção e a redução dos custos, de outro evitou que essas indústrias permanecessem na dependência das oscilações das fibras de algodão, decorrente de fatores climáticos. Entretanto, a introdução das fibras artificiais no processo têxtil, vem contribuindo, de certa forma, para redução do mercado do algodão, resultando num processo gradativo de enfraquecimento de uma atividade agrícola regional, já agravada pela baixa produtividade e por outros fatores específicos do setor”*¹¹⁶.

Dessa forma a indústria têxtil algodoeira chegou aos anos 70, em crise, no estado e no Nordeste; e embora tivesse lampejos de recuperação esta entra em grave decadência nos anos 80. Até 1983, a indústria têxtil paraibana resistiu. Naquele ano porém, a seca que assolou o Nordeste e especialmente o estado da Paraíba levou a uma queda sem precedentes na safra. Em seguida, surgiu o ataque da praga do Bicudo do Algodoeiro, que prejudicou mais ainda os agricultores, praticamente eliminando a produção local. Esta, procurou ser retomada só a partir de 1985. Em consequência da inexistência da matéria-prima local, muitas indústria têxteis fecharam suas portas, outras apelaram para a importação de matérias-primas de outras regiões.

Nos anos 70, a indústria têxtil algodoeira paraibana, considerando todos os níveis de atividades que utilizam algodão como matéria-prima, reduziam-se a 25 empresas. Estas distribuíam-se por vários municípios:

¹¹⁶ Id. Ibid., p 64

**Instalações de beneficiamento
de Algodão**

1. Algodoeira Horácio Nóbrega S.A
2. Coop. Mista do Vale do Piancó
3. Coop.A.M. de Brejo do Cruz Ltda.
4. Algodoeira Pereira Filho Ltda.
5. Severino Lustosa Moraes
6. SANBRA - 2
7. SANBRA - 3
8. SANBRA - 1
9. André Gadelha Irmãos
10. Luiz Oliveira & Filhos
11. Algodoeira Gadelha S/A
12. Galdino Pires S/A - Ind. e Comércio
13. J. Sarmiento & Cia.
14. J. P. Dantas & Cia.
Pedro Ribeiro Ind. e Comércio - PERISA
16. Industrial Cirne
17. Araújo Rique
18. Ind. & Com. Irmãos Cabral S.A
19. Souza e Benjamim
20. S/A indústrias Reunidas F. Matarazzo
21. Soares de oliveira Com. ind. S/A
22. D. B. Pires & Rocha

Município Sede da Firma

- Patos
Piancó
Brejo do Cruz
Souza
Patos
Patos
Souza
Campina Grande
Souza
Souza
Uiraúna
Cajazeiras
Cajazeiras
Catolé do Rocha
Campina Grande
Campina Grande
Campina Grande
Campina Grande
Queimadas
João pessoa
João Pessoa
Cajazeiras

Embora estivessem registradas como indústrias de beneficiamentos, algumas destas funcionavam apenas como comercializadora do algodão. Em 1975/76, apenas 12 dessas beneficiadoras receberam algodão para classificar. De acordo com a tabela 14, classificaram naquela safra, 11.339.256 kg, assim distribuídos.

TABELA 15
CLASSIFICAÇÃO DO ALGODÃO PRODUZIDO NA PARAÍBA NA SAFRA 1975/76

Nome da Firma	Município	Marca da Prensa	Produção Classificada
SANBRA 1 e 6	Campina Grande	SANBRA	2.102.642 kg
Araújo Rique S.A.	Campina Grande	RIQUE	1.175.052 kg
Pedro Ribeiro Ind. E Comércio.	Campina Grande	PERISA	1.616.945 kg
Ind. e Com. Irmãos Cabral S.A.	Campina Grande	IRBRAL	304.629 kg
Industrial Cirne Ltda.	Campina Grande	CIRNE	663.645 kg
SANBRA 5	Souza	SANBRA	920.039 kg
Luiz Oliveira e Filhos	Souza	SAFIRA	573.797 kg
André Gadelha & Irmãos	Souza	ROMA	820.324 kg
J. Sarmento	Cajazeiras	CÂNDIDA	249.958 kg
Galdino Pires S.A.	Cajazeiras	DIVA	1.132.150 kg
Algodoeira Gadelha S.A.	Uiraúna	CANAA	384.053 kg
S.A. Ind. Reunidas Matarazzo	João Pessoa	MATARAZZ O	1.396.022 kg
Total			11.339.256 kg

FONTE: Bolsa de Mercadorias da Paraíba - Departamento de Classificação Safras 1975/83

Em 1982/83, a safra de algodão beneficiada nestas firmas foi bastante superior a de 1975/76. Com uma produção classificada, em firmas paraibanas, de 20.156.703 kg, foi o último registro por parte da Bolsa de Mercadorias da Paraíba. A partir daquele ano, a indústria têxtil Algodoeira Paraibana entrou em colapso, descapitalizou-se e sem condições de manter-se no mercado através de importações que permitissem manter essas indústrias, fecharam em sua maioria. Nas cidades de Patos, Souza e Cajazeiras, as pequenas e médias quebram, algumas diversificaram a atividade econômica. A SANBRA dominadora absoluta do mercado no estado,

transfere-se para o Centro-Sul. Em Campina Grande encerraram suas atividades de classificadoras a PERISA, a S.A. Ind. Têxtil de Campina Grande e a Industrial Ouro branco, além da SANBRA.

Conforme a Tabela 16, houve um processo de descentralização no beneficiamento de algodão da safra de 1982/83. Percebe-se a participação de várias Cooperativas Agrícolas no processo de classificação do algodão. Por outro lado, um dado a ser registrado foi a ausência da SANBRA nos pequenos municípios, restringindo-se unicamente a Campina Grande. Também naquela safra observa-se a participação de indústrias não relacionadas na safra anterior. A SANBRA participou pela última vez da classificação de algodão em Patos na safra 1978/79. Em Souza, a SANBRA encerrou suas atividades na safra 1977/78. Com o fim das atividades da SANBRA nestas cidades, possibilitou-se o ressurgimento de pequenas firmas classificadoras do algodão. Daí ter aumentado o número de firmas que atuaram na safra de 1982/83.

Entender a crise e o declínio da produção algodoeira na Paraíba e no Nordeste passa pela compreensão do processo de decadência da indústria têxtil regional. Esta teve seu papel esvaziado na região à medida que a produção local definhou e os produtos externos passaram a dominar o mercado local. O definhamento da indústria têxtil local trouxe graves conseqüências ao nível econômico e social regional e do estado. A indústria têxtil algodoeira foi uma das principais ocupações para a mão-de-obra local. Por outro lado, gerou uma economia indireta ramificada no setor pecuário de grande importância.

A indústria têxtil algodoeira instalada na Paraíba desenvolveu um importante papel de fornecedor da 'torta' de algodão para vacaria leiteira da região. Ótimo lactente, a 'torta' passou a ser obrigatória para os rebanhos em busca de melhoramentos na quantidade de leite do rebanho. Basta dizer que, na compra do algodão dos 'corretores de algodão' (intermediários que compravam algodão aos produtores e vendiam nas usinas), era negociado o fornecimento da ração a base da 'torta'. Com a falência da indústria têxtil, verificou-se um escasseamento deste produto no interior do estado. Nos anos oitenta, a ração para as vacas leiteiras à base do caroço do algodão teve o preço aumentado, superior em muito, à própria inflação daqueles anos. Na

realidade, o declínio da cotonicultura inviabilizou, em muitos casos, a pecuária leiteira. Os grandes fazendeiros encontraram saída na soja. Esta, após o declínio da indústria Algodoeira regional, ocupou o espaço. O farelo de soja, de origem basicamente do Centro-Sul, colocou a pecuária leiteira nordestina também na dependência do Centro-Sul.

Há porém, que se diferenciar a indústria têxtil, que decaiu a partir dos anos setenta, do setor que cresceu nos anos oitenta. De fato, a indústria têxtil de beneficiamento do algodão, que foi a mais significativa no estado no período áureo da economia algodoeira paraibana, declinou. Os dados acima apresentados não deixam margens a dúvidas. No entanto, a indústria têxtil, basicamente a tecelagem, conquista um crescimento na década de oitenta. Este crescimento é apresentado na tabela 12.

Também destaca-se a política desenvolvida por órgãos oficiais como a SUDENE, FINOR e BNB, no sentido de recuperar esse setor industrial no Nordeste, nos anos oitenta. Dados do Cadastro Industrial do Estado da Paraíba, da FIEP, oferecem esse processo a nível de Paraíba, no período entre 1985 e 1992. A Partir dos dados obtidos junto ao cadastro da FIEP, não se verifica alteração no setor de tecelagem e fiação no período.

Para 163 indústrias do setor têxtil em 1985 e 162 em 1992, 30% é do ramo de beneficiamento do sisal, predominando a fabricação de tapetes ou telas de sisal para exportação. A matéria prima é basicamente o sisal da Paraíba e Bahia e o polietileno de São Paulo para fabricação das cordas de náilon. Destaca-se, no cadastro, a cidade de São Bento, com 80 indústrias têxteis, ou seja, 50% do total. Estas produzem basicamente redes de fio de algodão. Utilizam como matéria prima, fios de algodão da Paraíba, anilina e tinta fornecidas do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e São Paulo. É importante ressaltar que os dados do cadastro da FIEP podem apresentar dados enganosos visto que, os fios de algodão, tidos como de origem paraibana, são fornecidos pela Industrial Cirne, indústria estabelecida em Campina Grande que importa fios de Pernambuco, Bahia e São Paulo. Portanto, de fato, essa matéria prima não tem origens na Paraíba. Por fim, destacar-se que a grade maioria destas indústrias é de pequeno porte e atuam mais como indústria familiar.

TABELA 16
CLASSIFICAÇÃO DO ALGODÃO PRODUZIDO NA PARAÍBA NA SAFRA DE 1982/83

NOME DA FIRMA	MUNICIPIO	MARCA DA PRENSA	PROD. CLASSIFI-CADA kg
Agro-industrial Rio do Peixe Ltda.	Antenor Navarro	AGRO-RIO	202.655
Algodoeira Horácio Nóbrega S.A.	Patos	OLÍVIA	213.334
Algodoeira Sertaneja Ltda.	Cajazeiras	SERTANEJA	257.729
Algodoeira Gadelha S.A.	Uiraúna	CANAA	319.712
Algodoeira André Gadelha Ltda.	Souza	ROMA	788.160
Coop. Agric. Mista de Brejo do Cruz Ltda.	Brejo do Cruz	COAMB	321.157
Coop. Agric. Mista de Patos Ltda.	Patos	CAMPAL	1.009.760
Coop. Agric. Mista de Pombal Ltda.	Pombal	COPERBAL	649.886
Coop. Cent. Agric. da Paraíba Ltda.	Guarabira	COCEPA	838.384
Coop. Cent. Agric. da Paraíba Ltda.	Piancó	COCEPA	858.557
Coop. Cent. Agric. da Paraíba Ltda.	São Mamede	COCEPA	1.719.642
Coop. Cent. Agric. da Paraíba Ltda.	Sousa 1	SOUSA 1	1.253.819
Coop. Cent. Agric. da Paraíba Ltda.	Patos	COCEPA 2	771.871
Cotonificio Campinense	Campina Grande	CAMPINENSE	156.350
Galdino Pires Ind. & Com. Ltda.	Cajazeiras	DIVA	377.728
Ind. Com Irmãos Cabral S.A.	Campina Grande	IRBRAL	1.044.001
Industrial Ouro Branco Ltda.	Campina Grande	OURO 1	2.138.918
Industrial Ouro Branco Ltda.	Campina Grande	OURO 4	1.787.474
Ind. Com. Souseense de Algodão Ltda.	Sousa	INCOSA	185.781
J.P. Dantas & Cia.	Catolé do Rocha	LAGOA	376.319
Humberto Malheiros Feliciano	Marí	PE DE LADEIRA	5.535
Pedro Ribeiro Ind. de Fibras S.A.	Campina Grande	PERISA	1.029.498
Soc. Alg. Do Nordeste Brasileiro S.A.	Campina Grande	SANBRA	2.776.272
S.A. Ind. Têxtil de Campina Grande	Campina Grande	TÊXTIL	55.226
Soares de Oliveira Com. Ind. S.A.	João Pessoa	KRONCKC	1.078.935
TOTAL GERAL			20.156.703

FONTE: Bolsa e Mercadorias da Paraíba - Departamento de Classificação Safras 1975/83

3.4- As Fibras Artificiais e a Crise da indústria têxtil algodoeira

A discussão sobre a influência das fibras sintéticas na indústria têxtil algodoeira em particular, e na cotonicultura como um todo, é aqui apresentada sem a pretensão de colocá-la como fator decisivo da crise e declínio deste setor da economia. Neste trabalho, já foram demonstrados os vários aspectos do desenvolvimento econômico nacional e regional que culminaram com o declínio da cotonicultura estadual. Há porém, sobre este tema um 'desprezo' da sua relevância como elemento componente, dentre os aqui já apresentados, como causador da crise da cotonicultura.

Para isso, procurou-se relacionar alguns autores que compartilham da tese de que o aumento do consumo e da produção dos produtos sintéticos contribuíram para a crise da cotonicultura regional. Dentre estes autores, destacamos Brandão Lopes, Alcir Veras e Peter Ervans. Foi realizada uma pesquisa sobre a evolução da produção industrial física das fibras de origem vegetal, em particular o algodão, e a evolução da produção industrial física de fibras de origem sintéticas ou artificiais. Um paralelo entre estes dois setores indica um quadro representativo da realidade entre as duas fibras.

Para completar a pesquisa sobre as fibras têxteis, fez-se um levantamento dos principais produtos de fibras naturais de algodão e quais as possibilidades de estes setores passarem a consumir fibras artificiais. Neste sentido, foram relacionados os principais produtos de fibras naturais e os produtos que passaram a ser fabricados a partir de fibras sintéticas ou artificiais. Basicamente utilizaram-se dados do IBGE e transcrições de dados de autores que estudaram profundamente a questão.

Em 1940, eram estas as principais atividades da indústria têxtil em geral: 1- preparação de fibras naturais, fabricação de barbantes, cordéis e produtos similares; 2- preparação de cânhamo, caroá, juta, linho e outras plantas têxteis; 3- Beneficiamento, fiação e tecelagem do algodão e de mescla de algodão e outros fios têxteis; 4- tratamento, fiação e tecelagem da lã e outros fios

têxteis; 5- fiação e tecelagem da seda natural e de fios artificiais isoladamente e em mesclas, inclusive com outros fios têxteis; 6- preparação de filanças e fabricação de feltros e de tecidos de acabamento especial, tapetes e tecidos impermeáveis; 7- fabricação de fitas, artigos de passamanaria, filós, rendas e bordados; 8- fabricação de tecidos elásticos, artigos de malhas e de cama e mesa e artefatos diversos de produtos têxteis; 9- tingimento, mercerização e estamparia de produtos têxteis; 10 - indústrias têxteis associadas a outra classe de atividade industrial.

Neste ano, a indústria têxtil, que utilizava o algodão como matéria-prima, computando apenas o item 3, ou seja, Beneficiamento, fiação e tecelagem do algodão e de mescla de algodão e outros fios têxteis, dispunha de 823 estabelecimentos, com 150.774 pessoas ocupadas; representando 51% da atividade têxtil no país. Indústria têxtil com matérias primas artificiais praticamente não existiam. No entanto, na relação do IBGE, reuniram a indústria que tem base na seda com artificiais. Sendo assim, esta aparece naquele ano como fiação e tecelagem da seda natural e de fios artificiais isoladamente e em mesclas, inclusive com outros fios têxteis e soma um total de 249 estabelecimentos, ou 15,4%. Nesta, a seda é a principal matéria-prima.

Durante as décadas de 1950 e 1960, ocorreu um intenso incremento da indústria têxtil no Brasil. A indústria com matéria-prima à base de algodão cresceu praticamente 80%, se comparada todas as outras atividades têxteis no país. No Censo Industrial de 1960, ainda não aparecia como setor isolado a indústria têxtil de matéria-prima artificial. No entanto, foi a partir de 1960 que esta desenvolveu-se a altos níveis. De acordo com a Tabela 16, verifica-se um importante aumento na evolução da produção industrial física das Têxteis com base em fibras artificiais.

Na década de sessenta, a introdução das fibras artificiais e o aumento do seu consumo faziam parte de uma estratégia maior do governo federal. No processo de modernização ocorrido na indústria automobilística, desenvolveu-se em paralelo o aumento das fibras artificiais. Com uma política voltada à importação de Petróleo, com vistas ao abastecimento interno, o governo estimula amplamente o consumo de produtos, resíduos do petróleo. Assim, a introdução de produtos Sintéticos, do Náilon e do Poliéster aumentam consideravelmente.

É importante destacar que grande parte das indústrias têxteis que utilizavam as fibras sintéticas ou artificiais concentravam-se, inicialmente no Centro-Sul. Porém em pouco tempo, as indústrias nordestinas passaram a utilizar-se também da matéria-prima sintética. O autor Brandão Lopes alerta para outro detalhe que tem significado no consumo de sintéticos no país. Para ele, houve no final da década dos sessenta e início dos anos setenta, *'uma febre'* por produtos sintéticos. Com a montagem de um grande esquema de *marketing*, a moda passou a ser a roupa de poliéster, o calçado de borracha, ou náilon, as cordas de náilon, etc. Divulgou-se uma espécie de modismo a base de produtos sintéticos, desvalorizando-se os produtos regionais a base do algodão, couro e sisal.

Para Alcir Veras, o setor petroquímico e o capital estrangeiro tinham interesses na expansão dos sintéticos no Brasil. *" a participação das fibras sintéticas, por sua vez, também causa modificações no quadro industrial algodoeiro com reflexos na política externa e no capital estrangeiro ligado ao setor petroquímico"*¹¹⁷. É evidente que interessava ao setor petroquímico uma maior expansão de seus produtos no mercado nacional.

Do ponto de vista da evolução dos produtos sintéticos na indústria têxtil nacional fica claro a conquista de mercados entre 1960 e 1972. Para Peter Ervans, *" As exportações de tecidos de algodão não são a única área da indústria têxtil em crescimento rápido. As fibras sintéticas, que não podem ser exportadas porque o custo da matéria prima local é demasiado alto, tem uma vantagem mais do que compensadora na forma de uma parcela crescente do mercado interno. Entre 1960 e 1972, a produção de náilon aumentou em 500% (IPEA, 1974:104). A produção de poliéster passou de zero, em 1960 para igualar-se à produção de náilon em 1972. O algodão que representava mais de 80% do consumo brasileiro de fibras, passou a representar menos da metade em 1972. As fibras sintéticas, que representavam apenas cerca de 1% do consumo de fibras em 1960, estão se apoderando de uma parcela cada vez maior do mercado. As projeções do mercado mostram que ele triplicará entre 1972 e 1980, até chegar a mais de um quarto do*

¹¹⁷ Alcir Veras. Op. cit., p 142

consumo de fibras (IPEA, 1973 : 31; IPEA, 1974 : 45; ECLA, 1963 : 18). Assim, para as companhias de fibras sintéticas, o mercado interno nada tem de estagnante".¹¹⁸

TABELA 17
EVOLUÇÃO COMPARATIVA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL FÍSICA DE PRODUTOS
TÊXTEIS DE ORIGENS DO ALGODÃO E ARTIFICIAIS - 1970/85

Produtos Têxteis	1970		1975		1980	
Fios de Algodão (T)	96.168,4	100	80.586,4	83,7	115.241,9	119,8
Fios C/ Fibras Artificiais e Sintéticas (T)	26.450,9	100	65.736,9	248,5	105.698,2	399,6
Linhas de Algodão P/ Coser e Bordar (T)	5.537,1	100	10.793,5	194,9	10.087,8	182,1
Linhas Artificiais P/ Coser e Bordar (T)	524,5	100	1.242,3	236,8	4.307,0	821,1
Tecidos de Algodão (mil metros)	1.180.676	100	1.241.606	105,1	1.252.538	106,0
Tecidos Artificiais (mil metros)	343.851	100	552.182,9	160,5	629.375,8	183,0

FONTE: IBGE - Censos Industriais de 1970,1975 e 1980

De acordo com os dados da Tabela 17, o crescimento dos produtos artificiais ocorreram numa proporção bastante superior aos de algodão. Destacam-se as *Linhas para coser e bordar* que para um índice 100 em 1970, obteve um índice de mais de 820 em 1980. Tanto os fios, como os tecidos também cresceram mais os produtos com matéria prima artificiais, do que os de algodão, embora não na mesma proporção que as *Linhas para coser e bordar*.

¹¹⁸ Peter Evans. *A Triplíce Aliança - as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*, 2ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. pp. 124/125.

O mais interessante é que, embora haja evidências de um vínculo entre a expansão das fibras sintéticas e a indústria Petroquímica, não ocorreu tendência à estagnação no setor de sintéticos no período. Embora não se tenha o quadro comparativo com os anos posteriores a 1980, é sabido de uma nova redução da participação dos sintéticos a partir dos anos oitenta, inclusive em função da política de redução das importações e aumento das exportações como política adotada em função da crise da dívida externa.

Porém, há clareza de que os produtos sintéticos, embora a previsão de Peter Evans não tenha acontecido plenamente, ocuparam em grande parte alguns dos espaços antes exclusivos do algodão. O mais notável é o caso das sacarias. Este setor, absorvedor tradicional e exclusivo do tecido de algodão, sofreu fortes mudanças com a introdução das fibras sintéticas. Os sacos para transporte de cereais e ração eram, até meados dos anos 70, de tecidos de algodão. A partir do final dos anos sessenta aparecem os primeiros sacos à base de fibras de náilon; nos anos setenta, estes assumem a dianteira e nos anos 80, são poucos os sacos para transporte e armazenamentos que não sejam de náilon.

Sendo assim, fica claro que, com as indústrias Têxteis Algodoeiras nordestinas, fragilizadas por uma série de motivos aqui já apresentados, principalmente devido a concorrência da indústria paulista e do Centro-Sul em geral, mas também por uma histórica incapacidade produtiva que a impedia de competir em qualquer mercado aberto e integrado como passou a ser o mercado brasileiro, a partir dos anos sessenta; aliado a um inconstante fornecimento de matéria-prima (o algodão), devido as dificuldades de produção apresentadas por este produto na região, por razões de natureza históricas, aqui também apresentadas; a indústria têxtil algodoeira estadual entra em crise e definha.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho estudou-se o processo de crise e declínio do Sistema Algodoeiro Industrial paraibano e nordestino e as vinculações existentes entre os diversos elementos apontados como causadores dessa crise. Como ponto de partida, analisou-se o próprio modelo econômico adotado no país a partir da segunda guerra mundial, a partir do qual ocorreu no país um processo de inovações industriais e, posteriormente, a modernização da agricultura nacional.

Embora a problemática central trabalhada tenha sido a acima mencionada, precisou-se, para entender a evolução deste processo, analisar historicamente como se estruturou a produção algodoeira paraibana. Apresentou-se sua evolução geográfica e suas estruturas produtivas vinculadas a uma estrutura política, econômica e social marcada pelo atraso. O ritmo do desenvolvimento das forças produtivas na grande região produtora de algodão no Nordeste e Paraíba seguiu a dinâmica oferecida pelas elites dominantes. Pode-se concluir então que esta foi uma das razões que emperrou seu processo de florescimento e a permanência de baixíssimos índices de produtividade.

No que se refere à indústria têxtil algodoeira paraibana e nordestinas, observou-se as mesmas estruturas inibidoras de sua consolidação agravada por fatores exógenos a sua dinâmica

interna. Buscou-se resgatar o processo histórico de sua evolução para compreender os mecanismos que a levaram ao declínio.

Ao término destas análises, pode-se concluir que as estruturas de organização interna, tanto na agricultura como na indústria algodoeira, são complementares à dinâmica econômica transcorrida no país ao longo dos últimos 40 anos. Completam-se no sentido de que a evolução da economia nacional contribuiu decisivamente para a desestruturação e *débâcle* do Sistema Algodoeiro Industrial nordestino e paraibano.

O processo de evolução da economia nacional, ao contrário do que se esperava, não provocou na dinâmica dessas estruturas de produção agrícola e industrial, incipientes, existentes no Nordeste, um processo de evolução positiva, que garantisse a consolidação de uma agricultura algodoeira forte e competitiva na região. O mesmo acontecendo com o setor industrial.

O caminho percorrido pela economia nacional foi o de sacrificar estes processos débeis, mas de grande importância para a economia regional e mesmo nacional. Foi a lógica da evolução econômica brasileira, desencadeada a partir dos anos cinquenta, que implodiu a dinâmica organizacional dessas estruturas. É importante frisar que, embora se destaque em meados dos anos cinquenta, esse processo teve início ainda na passagem do século.

A pesquisa mostra que o modelo econômico brasileiro adotado a partir dos anos cinquenta, consolidado a partir de 1964, encontra-se na raiz das causas do declínio do Complexo Algodoeiro Industrial. O principal elemento de contribuição deste trabalho é relacionar entre si as diversas causas, apontadas por vários estudiosos, com a evolução econômica nacional.

As disparidades regionais que sucumbem a economia algodoeira nordestina em favor da economia paulista foram frutos dos mecanismos de desenvolvimento da economia nacional. A superação da produção algodoeira, oriunda do pequeno produtor rural nordestino, pela alta produtividade dos paulistas também se explica a partir da compreensão da evolução econômica nacional no período. Como também as agrurias sofridas por estes produtores com o violento

processo de modernização imposto à agricultura brasileira pelos monopólios nacionais e internacionais.

Até mesmo a incapacidade de enfrentar as grandes estiagens que se abateram sistematicamente sobre o Nordeste relaciona-se com o modelo de desenvolvimento econômico adotado no país. Não que a seca em si não seja um fator de limitação da capacidade produtiva nordestina. No entanto, é evidente que as respostas às estiagens, de uma economia capitalizada e tecnificada seriam diferentes das respostas adotadas por uma economia pobre, de riquezas concentradas e desqualificada tecnicamente para qualquer eventualidade, como é o caso do Nordeste. A lógica do desenvolvimento econômico brasileiro aprofundou de tal modo os mecanismos, que quando chegou a seca, o caminho de muitos produtores de algodão foi o abandono das terras, a migração e o flagelo.

Da mesma forma da agricultura, a indústria têxtil algodoeira foi atingida por esta lógica de “capitalismo dependente”. O processo de inovações da indústria brasileira não partiu das indústrias incipientes existente, dispersas por todo país, mas deu origem a um processo de implantação de monopólios internacionais que desencadeou privilégios de áreas e setores, penalizando a frágil indústria têxtil nordestina. Dessa forma, a concorrência de outras áreas ou produtos atingiram violentamente a estrutura produtiva local.

Portanto, pode-se concluir que os diversos elementos aqui apresentados como causas da crise e declínio do Complexo Algodoeiro Industrial se relacionam e contêm em suas raízes os mesmos ingredientes detonadores de diversos mecanismos responsáveis pela problemática analisada.

BIBLIOGRAFIA

1. AGUIAR, Ronaldo Conde. Abrindo o Pacote tecnológico - estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil. São Paulo, Brasília/Polis/CNPq, 1986.
2. Anuário Estatístico de Campina Grande - 1933.
3. ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro de. Campina Grande: poder local e mudança nacional (1945-1964). Campina Grande, UFPB, 1985. (mimeo)
4. Bolsa de Mercadorias da Paraíba. Departamento. Safras 1975/1983
5. BRAGA, José Roberto. Influência das políticas agrícolas e tecnológicas sobre o processo produtivo da cotonicultura paraibana. Recife, UFRPE, 1992. (mimeo)
6. BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 10ª ed. Petrópolis, Vozes, 1991.
7. BUENO, Ricardo (Coord.). O ABC do Entreguismo no Brasil. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
8. CÂMARA, Manuel de Arruda. "Memórias sobre a cultura dos algodoeiros". In: Obras reunidas de José Antônio Gonsalves de Melo. [s.l.]
9. CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. 1930 - 1970. São Paulo, Global, 1985.
10. CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Nordeste do Brasil - um desenvolvimento conturbado. Recife, Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1981.
11. COSTA, José Jonas Duarte da. O surgimento da favelas de Campina Grande. Campina Grande, UFPB, 1989. (mimeo)

12. COSTA, José Jonas Duarte da.; MACAGNAM, Roberto. Indicadores de "Modernização" da agricultura brasileira 1980 - 1985. Campina Grande, UFPB, 1992. (mimeo)
13. DELGADO, Carlos Guilherme da Costa. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. Campinas, Unicamp / Ícone, 1988.
14. DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. 7ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
15. Santos et. all.. Mudança tecnológica na Agricultura do Nordeste Semi-Árido; o caso do algodão. Campina Grande, 1995.
16. ERVANS, Peter. A Trílice Aliança - as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
17. FIEP. Cadastro Industrial do estado da Paraíba. 1985; 1992.
18. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 32ª ed. São Paulo, Nacional, 1987.
19. GUIMARÃES, Pedro Maia. O Bicudo e a crise da cotonicultura no estado da Paraíba. Campina Grande, UFPB, 1990. (mimeo)
20. GURJÃO, Eliete Queiroz de. Morte e Vida das Oligarquias, Paraíba (1889 - 1945). João Pessoa, Universitária/UFPB, 1994.
21. IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
22. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil: 1994, Rio de Janeiro, 1995.
23. _____. Censos Agropecuários do Brasil, 1920; 1940; 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985, Rio de Janeiro.
24. _____. Censos Agropecuários da Paraíba, 1950; 1960; 1975; 1980; 1985, Rio de Janeiro.

25. _____. Censos Industriais do Brasil, 1920; 1940; 1950; 1960; 1970; Rio de Janeiro.
26. _____. Censos Industriais da Paraíba, 1940; 1950; 1960; 1970; Rio de Janeiro.
27. _____. Microempresas: 1985. Rio de Janeiro, 1989.
28. LEMOS, Maria Auxiliadora. Efeitos Sócio-Econômicos da Crise da Cotonicultura, Agravada com a Praga do "Bicudo". Estudo de caso: Município de Ingá, PB. Campina Grande, UFPB, 1986. (mimeo)
29. LÉNINE, V.I. "O Imperialismo, Fase superior do capitalismo". In: Obras Escolhidas, Vol. I, 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
30. LIMA, Rômulo de Araújo. A Burguesia Comercial de Campina Grande. Campina Grande, 1985. (mimeo)
31. LIRA, Gitana Figuerêdo de. O Homem ou o boi. O roçado ou o capim. Campina Grande, UFPB, 1983. (mimeo)
32. LOPES, Juarez Rubens Brandão. Do Latifúndio à Empresa. Petrópolis, Vozes, 1981.
33. MARIZ, Celso. Evolução econômica da Paraíba. João Pessoa, A UNIÃO, 1939.
34. MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985.
35. _____. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.
36. MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Vol. II, 5ª ed. Trad. Reginaldo Sant'anna, São Paulo, DIFEL, 1987.
37. MELO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. 8ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.

38. MELO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba: Lutas e Resistências. João Pessoa, União, 1994.
39. MOREIRA, José de Alencar e SANTOS, Robério Ferreira dos. Origem, Crescimento e Progresso da Cotonicultura no Brasil. Campina Grande, EMBRAPA, 1994.
40. MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro - Uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
41. MULLER, Geraldo. Introdução à Economia Mundial contemporânea. São Paulo, Ática, 1987.
42. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia Para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
43. PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 37ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
44. SILVA, Alcir Veras da. Algodão e indústria Têxtil no Nordeste - Uma atividade Econômica Regional. Natal, Universitária/ UFRN, 1980.
45. SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa, Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.
46. _____. O Que é Questão Agrária. 16ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.
47. SILVA, Josefa Gomes de. Latifúndio e algodão em Campina Grande: modernização e miséria. Recife, UFPE, 1985. (mimeo)
48. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordestino - Existência e Consciência da Desigualdade Regional. São Paulo, Moderna, 1984.
49. SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo (1930 - 1964). 10ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

50. _____ . Brasil: De Castelo a Tancredo (1964 - 1985). 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
51. SODRÉ, Nelson Werneck. Radiografia de um Modelo. Petrópolis, Vozes, 1982.
52. SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1980.
53. VASCONCELLOS, Silvano Alberto de. Ascensão e queda da economia algodoeira de Campina Grande (1907 - 1940). João Pessoa, UFPB, 1980. (mimeo)
54. VIANNA, Sérgio Besserman. A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954). Rio de Janeiro, BNDES, 1987.